

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARISTELA DO NASCIMENTO ANDRADE

**PODER E POLÍTICA NO BRASIL IMPERIAL: TRAÇOS DA GÊNESE E DA  
TRAJETÓRIA DOS *FONTES* E DOS *DANTAS* NO SERTÃO DA BAHIA E DE  
SERGIPE DEL REY (1820-1850)**

São Cristóvão  
Sergipe – Brasil  
2017

**MARISTELA DO NASCIMENTO ANDRADE**

**PODER E POLÍTICA NO BRASIL IMPERIAL: TRAÇOS DA GÊNESE E DA  
TRAJETÓRIA DOS *FONTES* E DOS *DANTAS* NO SERTÃO DA BAHIA E DE  
SERGIPE DEL REY (1820-1850)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Edna Maria Matos Antonio

**São Cristóvão  
Sergipe – Brasil  
2017**

**MARISTELA DO NASCIMENTO ANDRADE**

**PODER E POLÍTICA NO BRASIL IMPERIAL: TRAÇOS DA GÊNESE E DA  
TRAJETÓRIA DOS *FONTES* E DOS *DANTAS* NO SERTÃO DA BAHIA E DE  
SERGIPE DEL REY (1820-1850)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em 28 de agosto de 2017

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Edna Maria Matos Antonio  
Orientadora  
Universidade Federal de Sergipe

---

Prof. Dr. Samuel Barros de Medeiros Albuquerque  
Examinador  
Universidade Federal de Sergipe

---

Prof. Dr. Waldefrankly Rolim de Almeida Santos  
Secretaria de Estado da Educação de Sergipe

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Andrade, Maristela do Nascimento

A553p      Poder e política no Brasil Imperial: traços da gênese e da trajetória dos *Fontes* e dos *Dantas* no Sertão da Bahia e de Sergipe Del Rey (1820-1850) / Maristela do Nascimento Andrade ; orientador Edna Maria Matos Antonio. - São Cristóvão, 2017.

114 f., il.

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, 2017.

1.História do Brasil - política. 2. Famílias rurais. I. Antonio, Edna Maria Matos orient. II. Título.

CDU 32"18"(813.7+813.8)

Dedico este trabalho a meus pais, Aurelina Lourdes do Nascimento Andrade e Lourival Clemente de Andrade, em reconhecimento por tudo o que eles representam em minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço:

a Deus, a força e a coragem de viver;

a meu pai, Lourival Clemente de Andrade, e minha mãe, Aurelina Lourdes do Nascimento Andrade, o incentivo para enfrentar desafios e superar obstáculos;

a minha orientadora, professora Edna Maria Matos Antonio, a paciência para com minha teimosia “intelectual ou não intelectual”;

a meu amigo, professor José Carlos Santos, o incentivo à pesquisa;

aos professores, Samuel Barros de Medeiros Albuquerque e Augusto da Silva, o apoio durante o processo de qualificação;

a meus amigos-irmãos, José Marcelo Prata de Carvalho e a Morgana Martins Prata, o compartilhamento de aventuras no curso da pesquisa;

a minha irmã-prima e futura historiadora, Rosângela Oliveira Nascimento, o auxílio e as sábias observações;

a André Monteiro Pinto Dantas de Carvalho e Álvaro Pinto Dantas de Carvalho, a amizade e a disposição de ajudar;

a Floriano Santos Fonseca, Maria Hortência Santos, Marcos Vinícius Nascimento, Rogério da Graça Freire e Anito Steinbach, Salim Souza, a solicitude sempre e muito solidária;

aos colegas da Universidade Tiradentes, o incentivo nos momentos críticos;

ao professor José Ricardo Freitas Nunes, à professora Suelayne Oliveira Andrade e ao professor José Uesele Oliveira Nascimento, o senso profissional;

Ao colegiado do curso, na pessoa do professor Bruno Gonçalves Álvaro, o empenho na promoção do PROHIS.

[...] porque quem tem muitos amigos, tem para o conselho muitas cabeças; para a execução muitas mãos, muitos olhos, e muitos braços, nos perigos, e nas calúnias, muitas bocas, que o defendem. (BLUTEAU, 1789, p. 340).

## RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise acerca do poder e política no Brasil imperial ao buscar evidenciar os traços da gênese e da trajetória de duas famílias no sertão baiano e sergipano: os Fontes e os Dantas, as quais constituíram grupos poderosos e de importância regional pela confluência de ação política e de arranjos matrimoniais. A pesquisa analisa a bibliografia pertinente ao objeto e fontes impressas e manuscritas do século XIX localizadas no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no Arquivo do Judiciário, no Arquivo Público de Sergipe (Aracaju/SE), no Arquivo do Barão de Jeremoabo (Itapicuru/BA), na Paróquia Nossa Senhora da Piedade - Lagarto/SE, na Associação Nacional dos Professores de História, no Arquivo Público do Estado da Bahia (Salvador/BA), no Arquivo Público do Judiciário do Estado de Sergipe (Aracaju/SE), na Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro/RJ) e no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. O texto esboça as transformações políticas ocorridas na América Portuguesa e seus reflexos no sertão de Sergipe e, em especial, da Bahia; identifica agentes dominantes dos espaços de poder e sua atuação política e social e destaca os esforços de uma família para se manter atuante na esfera pública.

**PALAVRAS-CHAVE:** Família. Sertão. História de Sergipe. Brasil Imperial.



## ABSTRACT

This work presents an analysis about power and politics in imperial Brazil as it seeks to show the traces the genesis and trajectory of two families in the backcountry of Bahia and Sergipe: the Fontes and the Dantas, which constituted powerful groups that accomplished regional importance by the confluence of political action and marriage arrangements. The research analyzes the literature pertinent to the object and printed sources and manuscripts from the nineteenth century located in the Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, in the Arquivo do Judiciário, in the Arquivo Público de Sergipe (Aracaju/SE), in the Arquivo do Barão de Jeremoabo (Itapicuru/BA), in the Paróquia Nossa Senhora da Piedade – (Lagarto/SE), in the Associação Nacional dos Professores de História, in the Arquivo Público do Estado da Bahia (Salvador/BA), in the Arquivo Público do Judiciário do Estado de Sergipe (Aracaju/SE), in the Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro/RJ) and in the Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. The text outlines the political transformations that have occurred in Portuguese America and its reflections in the *sertão* of Sergipe, and especially of Bahia; identifies the main agents of the spaces of power and their politic and social participation and highlights the efforts of a family to remain active in the public sphere.

**KEY WORDS:** Family. Backcountry. History of Sergipe. Brazil Imperial.

## LISTAS

Ordem	Títulos	Páginas
-------	---------	---------

### FIGURAS

1	Núcleo Familiar de Martins Fontes	36
2	Mapa da Província de Sergipe	40
3	Mapa dos Principais Rios de Sergipe (1983)	46
4	Ramo genealógico do Capitão-mor Antônio Martins Fontes (1679 - 1753)	51
5	Esboço da Árvore Genealógica dos Fontes	53
6	Divisão política-administrativa da Província da Bahia, 1827.	60
7	Tronco Genealógico dos Reis	61
8	Tronco Genealógico dos Dantas Reis	67
9	General Pedro Labatut	70
10	Mapa do movimento das Tropas para Adesão a Independência por Sergipe	73
11	Capitão-Mor Joaquim Martins Fontes	82
12	Tronco Genealógico dos Dantas Imperiais Itapicuru	90
13	João Dantas dos Reis Júnior (1802-1872)	91
14	Tronco Genealógico Dantas dos Imperiais Itapicuru Júnior	91
15	Cícero Dantas Martins	99
16	Mariana da Costa Pinto	100
17	Dependências Internas e Senzalas do Solar Engenho Camuciata	101

### TABELAS

1	Distribuição da População de Sergipe em 1825	47
2	Distribuição da População segundo Situação Jurídico-Social em 1825	48

### QUADROS

1	Sesmarias Solicitadas por Gaspar Fontes	36
2	Formados e Diplomados em Direito em Pernambuco (1832 a 1851).	95

### GRÁFICOS

1	Distribuição Étnica da População de Sergipe Del Rey em 1808	42
2	Origem e Propriedade de Produtos de Sergipe Del Rey Embarcados Via Porto de Salvador	43
3	Tempo Médio de Viagem, via Rio Cotinguiba, de Sergipe Del Rey até Salvador	44
4	Engenhos em Sergipe Del Rey entre 1724 e 1840	47

## **LISTA DE SIGLAS**

ABJ - Arquivo do Barão de Jeremoabo

ANPUH - Associação Nacional dos Professores de História

APEB - Arquivo Público do Estado da Bahia (Salvador)

APES - Arquivo Público do Estado de Sergipe (Aracaju)

APJES - Arquivo Público do Judiciário do Estado de Sergipe (Aracaju)

BN - Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)

IGHBA - Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

IHGSE - Instituto Histórico e Geográfico Sergipe

ITB - Instituto Tobias Barreto

RIGHB - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

RIHGSE - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Sergipe

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

UFS - Universidade Federal de Sergipe

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>2 O SERTÃO: SUA CONQUISTA, SUA ECONOMIA E SUA GENTE</b>	<b>26</b>
2.1 Entre Troncos e Barrancos: O Sertão na Colonização Portuguesa e a Organização do Espaço Político	27
2.2 Homem e Economia: Sertão de Sergipe Del Rey	35
2.3 Caminhos da Fortuna: Construção do Poder Local	45
2.4 A Família Fontes: Origem e Relações Políticas em Sergipe Del Rey	50
<b>3 TRANSFORMAÇÕES NO PANORAMA COLONIAL: REFLEXOS EM SERGIPE DEL REY</b>	<b>55</b>
3.1 Sertão: Cultura, Política, Negócios e Família	58
3.2 O Processo de Autonomia da Capitania de Sergipe	63
3.3 Guerra de Independência do Brasil em Sergipe Del Rey: a Contribuição do Homem Local	69
3.4 A Letra é Morta Quando o General é Amigo: Pedro Labatut e Sua Intervenção em Sergipe Del Rey	76
<b>4 FAMÍLIA DANTAS FONTES: POLÍTICA, VIZINHANÇA E RELAÇÕES</b>	<b>80</b>
4.1 Constituindo Relações	82
4.2 Capitão-Mor João Dantas dos Reis Portátil ou João Dantas dos Imperiais Itapicuru (1773-1832)	88
4.3. Geração dos Bacharéis: Suas Estruturas e Redes de Atores Sociais	92
4.4 Engenho Camuciatá: Relações Interpessoais e Referência Familiar	97
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>106</b>

# 1 INTRODUÇÃO

O tema de nosso estudo versa sobre Família e poder no sertão. Na historiografia brasileira, estudos sobre família têm em Gilberto Freyre, na década de 30 do século XX, seu princípio, com a caracterização de uma organização chamada por ele de “família patriarcal”, modelo típico presente no nordeste colonial, açucareiro e elitista do Brasil<sup>1</sup>. No entender de Freyre, coube a família e não ao indivíduo ou ao Estado ser o responsável pela colonização do Brasil, ao estabelecer a unidade produtiva, com escravos, bois, e força social que se desdobra em política, justiça e riqueza. Governando a vida religiosa por meio dos capelães, no território onde o Rei de Portugal reinava sem governar<sup>2</sup>. Uma das dimensões de abordagem do tema é estudar a da família e o universo da política em que se busca evidenciar as relações de poder e o papel dos casamentos na criação de ramos familiares que se constituirão como tradicionais em determinadas regiões.

Dissertar sobre poder e política no Brasil Imperial, permite ressaltar os modos pelos quais se constituiu a gênese e a trajetória das famílias Fontes e Dantas no sertão da Bahia e de Sergipe Del Rey<sup>3</sup>, com o intuito conhecer a história, contrapondo e apresentando o processo de formação reorganização política, alianças e interesses presentes principalmente na elite das décadas de 1820-1850 e seus descendentes.

Partindo dessa premissa, propõe-se a narrar os acontecimentos da “Guerra da Independência” e seus desdobramentos (1820-1850), num diálogo com a historiografia, fundamentados na pretensão de destacar a participação dos homens do sertão no movimento, para cuja finalidade importa proceder à releitura e breve reflexão dos acontecimentos sociopolíticos ocorridos nos sertões da Bahia e de Sergipe Del Rey, do início do século XIX até meados mesmo.

Em razão do projeto de expansão territorial organizado na Colônia, notadamente entre os séculos XVI e XVIII, foram doadas sesmarias com o intuito de povoar regiões interioranas da Província da Bahia e da capitania de Sergipe Del

---

<sup>1</sup> Sobre o tema, estudos pioneiros como o de Eni Samara (1984) apresentaram diferentes formas de composição de famílias no período colonial para além da estrutura patriarcal.

<sup>2</sup> Sobre o tema, ver FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Editora Aguilar, 1977.

<sup>3</sup> Sergipe Del Rey, como defende Felisbello Freire (2013), recebeu esse nome, provavelmente por seu território ter sido conquistado por ordem Régia e a custas da Coroa, contribuindo, assim, para se diferenciar de Sergipe do Conde, na Capitania da Bahia.

Rey, território segundo o qual a Coroa portuguesa pretendia ocupar seus espaços vazios, consolidando sua política de povoamento e formação de vilas.

As três primeiras décadas do século XIX marcaram-se em razão de conflitos políticos, os quais geraram tensões e instabilidade entre as elites detentoras de poder e riqueza.

Resultado da herança colonial do Estado português, a sociedade esteve organizada em conformidade com hierarquias sociais, entre brancos (considerados puros), índios (almas aptas à conversão e à subserviência aos interesses do branco) e negros (o escravo).

Esse contexto resultou em disparidades político-sociais resultantes da concentração de bens e terras nas mãos minoria branca em detrimento aos trabalhadores escravizados como índios, negros e homens pobres livres. O ostracismo e a marginalização econômica, no qual esses povos se encontravam submetidos constituem o cenário social no período de transição do regime Colonial para o Imperial no Brasil.

Na conjuntura internacional, o início do século XIX assentam-se as transformações decorrentes da Revolução Francesa e na política de Napoleão Bonaparte, a instituição do bloqueio continental a Portugal (1806) e a aliança entre Portugal e Inglaterra, resultante, entre outros pontos, da transferência de toda família real em fuga para a Colônia no Brasil.

Agitações tomavam o Império português. Já na década de 1760, a cidade de Salvador viu esfacelar sua soberania na Colônia, a nova sede do poder passava a ser o Rio de Janeiro (1763), local onde toda a comitiva Real e sua Corte fixou governo a partir de 1808. O empenho governamental consistia agora em preservar a unidade do território, governar os diversos interesses e manter a Monarquia.

Ressalte-se que, segundo Jucá de Sampaio (2014), esses acontecimentos influenciaram no aumento da insatisfação na Província da Bahia, principalmente em razão do maior controle exercido sobre ela pelo governo português instalado no Rio de Janeiro e da perda de receitas.

Richard Graham (1996), ao analisar a política do século XIX no Brasil, define-a como resultado não de lutas ideológicas, mas de acordos firmados por meio de laços pessoais, de tal forma que a lealdade não estaria associada a partidos, e sim a uma pessoa, à estrutura da família, e esse aspecto constitui um dos elementos importantes para construção do Império do Brasil, posteriormente.

A família é celebrada em razão do sacramento do matrimônio, ato religioso celebrado entre duas famílias mediante a união dos seus filhos, regulamentado por meio das Ordenações Filipinas<sup>4</sup>, que, em seu título LXII, artigo 259, discorre sobre o sacramento do matrimônio, compilado nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, organizadas por D. Sebastião Monteiro de Vide, em 1707 e publicadas em São Paulo em 1853 na Tipografia de Antonio Louzada Antunes<sup>5</sup>. Seu texto trata da instituição, matéria, forma, ministro desse sacramento, dos fins para que fosse instituído, e dos efeitos causados pelo matrimônio.

Almeida (1870) registra:

O último Sacramento dos sete instituídos por Cristo Nosso Senhor é o do Matrimônio. E sendo ao princípio um contrato com vínculo perpétuo, e indissolúvel, pelo qual o homem, e a mulher se entregam um ao outro, o mesmo Cristo Senhor nosso o levantou com a excelência do Sacramento, significando a união, que há entre o mesmo Senhor, e a sua Igreja, por cuja razão confere graça aos que dignamente o recebem. A matéria deste Sacramento é o domínio dos corpos, que mutuamente fazem os casados, quando se recebem, explicado por palavras, ou sinais, que declarem o consentimento mútuo, que de presente tem. A forma são as palavras, ou sinais do consentimento, em quanto significam a mútua aceitação. Os Ministros são os mesmos contratantes (ALMEIDA, 1870, p. 107).

Outras prerrogativas legais foram instituídas para regulamentar as relações civis. A Lei de 29 de novembro de 1775 estabelece os procedimentos para o caso de recusa matrimonial por parte de pais, mães, tutores ou curadores. O § 27 da Lei de 9 de setembro de 1769 define os matrimônios lesivos dos viúvos. No Brasil a influência das Ordenações Filipinas perdura até 1917, quando se institui o código civil brasileiro.

---

<sup>4</sup> Resulta da reforma, realizada por Felipe II da Espanha (Felipe I de Portugal), do código Manuelino, durante o período de União Ibérica, e consiste na compilação de leis jurídico-legislativas. As Ordenações Filipinas (1603) constituíram-se em peça fundamental para o ordenamento político-administrativo de todo o Império português, necessária ao conhecimento dos oficiais da Coroa, especialmente os magistrados. Sua organização compreende cinco livros. Livro I - referente ao regimento dos magistrados e oficiais de justiça. Livro II - define a relação entre Estado e Igreja. Livro III - trata do processo civil. Livro IV - de contratos, testamentos e tutelas e livro V - das questões penais.

<sup>5</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de, Ordenações Filipinas. Ordenações e leis do Reino de Portugal. 1818-1881. Décima quarta edição segundo a primeira de 1603 e a nona de Coimbra de 1824, adicionada com diversas notas filológicas, históricas e exegéticas, em que se indicam as diferenças entre aquelas edições e a vicentina de 1747 ... desde 1603 ate o presente. Publicado no Rio de Janeiro, na Tipografia do Instituto Philomathico, em 1870.

Para entender o aspecto historiográfico dessas relações, voltamos a atenção aos estudos da história política<sup>6</sup> e seus micropoderes<sup>7</sup> associados à contribuição de outras ciências inclusas a análise histórica, particularidade possível em razão da revisão dos postulados da história política tradicional, ao reestruturar suas correntes teórico-metodológicas, via a contribuição da Escola dos Anais<sup>8</sup>, que, ao tratar do político, consolidou novas bases e a possibilidade de publicações inéditas com enfoques diferenciados da história política tradicional.

Do marxismo, a história política tradicional sofreu críticas quanto ao que chamou de seus principais postulados, o político e a política, desvinculada da totalidade do processo histórico e relacionada construção da ideologia dominante; a formulação de ideias e ações com o auxílio de poucos agentes históricos, propagando discursos individuais; e por fim, um discurso histórico linear construído à base da narrativa cronológica dos fatos<sup>9</sup>.

O marxismo apresentou novo sentido para a história política, colocando em primeiro plano a escrita da história e do poder, política e político, contudo defendendo a política como resultando do efeito das estruturas. Diante do novo contexto, o estudo da história política resultou na releitura dos seus postulados e na consciência da impossibilidade de se estabelecer uma história total ou global, procedimento que permitiu a incorporação de novo entendimento do espaço e das suas múltiplas unidades, tornando o conhecimento histórico particularizado e possível de análises locais, capazes de respeitar especificidades e de rememorar múltiplas histórias.

Coube à terceira geração da Escola dos Anais, ou a quarta conforme classificou o historiador Peter Burke, construir uma fundamentação teórica capaz de repensar as relações de poder e do político na conjuntura Estado/sociedade, incorporando ao contexto a atuação de diferentes agentes, inclusive a família.

---

<sup>6</sup> Sobre o tema, ver FALCON, F., História e Poder, In: **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**, RJ: Campus, 1997, p. 61-90.

<sup>7</sup> Sobre a perspectiva de micropoderes, José D'Assunção Barros (2008), compreende como modalidades de poder outras que não as institucionalizadas. Em sua forma de entender, o micropoder encontra-se presente na vida cotidiana, no uso político dos sistemas de representações, nos poderes exercidos através da palavra, do discurso e assim por diante.

<sup>8</sup> Movimento intelectual surgido na França, na década de 1920, segundo o qual um grupo, reunido em torno da revista *Annales (Annales d'Histoire Économique et Sociale)* sob a liderança de Marc Bloch e Lucien Febvre, propôs inovações quanto a abordagens metodológicas e temáticas, numa perspectiva interdisciplinar voltada à produção do conhecimento histórico, produzido pelo historiador. Sobre a Escola dos Anais, ver BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: Unesp, 1991.

<sup>9</sup> Idem, 1997, p. 71.



Quanto ao poder, Barros (2008) defende que não se encontra necessariamente no aparelho estatal e na centralidade política, é possível observá-lo nas relações interindividuais, na família, na vizinhança, na vida cotidiana.

Em Rémond (2003, p. 444), a política assim concebida consiste na “relação com o poder na sociedade global: aquela que constituía a totalidade dos indivíduos que habitam um espaço delimitado por fronteiras que chamamos precisamente de políticas”. Essa forma de entender política é também reforçada a partir do entendimento do conceito de poder, o qual se relaciona com a capacidade de fazer o outro exercer uma vontade que voluntariamente não faria<sup>10</sup>. O político nesses termos estabelece uma relação de influência,

[...] como nota Rémond, o importante é deixar claro que o político existe, distingue-se de outros tipos de realidades, constitui algo específico, é irreduzível a outras realidades, pode ser determinante ou determinado, é dotado de certa autonomia e é capaz de imprimir sua marca e influir no curso da história; ou ainda, como em Julliard, é o acontecimento político que deve ser revisto, pois nem é autônomo, nem é simples subproduto (FALCON, 1997, p.80).

Seguindo essa linha tênue dos estudos sobre poder, política e família, afirma-se que o período de 1820-1850 vivenciou-se na região das Províncias da Bahia e de Sergipe Del Rey sistemáticas divergências políticas.

Diante da impossibilidade do reestabelecimento das relações harmônicas internamente, viviam-se instabilidades políticas entre os senhores do litoral e do sertão, na linha divisória entre a província da Bahia e o sertão de Sergipe. Devido às frequentes incursões e estratégias de controle, os senhores do litoral mantinham o poder de comando no território, entretanto, a insatisfação presente em diferentes pontos do território criava novas expectativas entre os pares sertanejos. A instabilidade refletida no governo local é fruto da intranquilidade e das reformulações acumuladas no interior do Governo Colonial, que se acentuam na década de 1820.

Muito além da política colonial tem-se também a reestruturação de uma nova elite, que em sua estrutura interna (formada, sobretudo, por homens brancos e de posses) sinaliza rupturas quanto ao ideal de Estado a ser defendido. Os senhores de engenho de açúcar ligados à Bahia mantinham maior relação com a Corte de Lisboa e por essa razão tendiam a queixar-se e buscar seus antigos privilégios, como o

---

<sup>10</sup> Sobre a relação poder e política, ver o Dicionário de conceitos históricos, organizado por Maciel H. da Silva e Kalina Vanderlei, 2010.

comércio intercontinental realizado diretamente com Portugal. Por sua vez, senhores ricos e de menor participação social, estabelecidos nas regiões sertanejas do interior, veem no momento político oportunidade de ascender politicamente com a reestruturação em curso.

Diante disso, é importante questionar e assim historicizar a atuação da elite num período de relativa instabilidade governamental da Coroa, de maneira a reconhecer as manifestações e tentativas de negociação para a resolução de conflitos internos e as revoltas das Províncias contra o Governo português instalado no Brasil.

Os trabalhos que compõem a literatura historiográfica da Guerra de Independência, em geral, dedicam-se a analisar a expressão do poder manifestada e o radicalismo entre grupos rivais, numa espécie de divisor *bipartite*, que ignoram movimentos outros de descontentamento e manifestação. Contudo, em razão das muitas críticas historiográficas<sup>11</sup> instituídas a essa forma metodológica de compreender a história, observaram-se também os inúmeros mecanismos, segundo os quais é possível constatar notável evolução quanto à reconstrução e utilização de variadas fontes para averiguar o processo histórico e a participação de homens de negócios, mesmo aquele que constituem sua representação e influência fora dos grandes centros urbanos de poder.

Dado à necessidade de refletir a produção historiográfica do passado monárquico, intelectuais estabeleceram críticas à escrita da história. Manoel Bomfim (1868-1932)<sup>12</sup>, autor de *A América Latina* (1905), destaca a necessidade de pensá-la a partir das classes subalternas, modificando a perspectiva da escrita e situando os movimentos de militantes na história, que oscilam claramente entre rupturas e continuidades.

Dentro do estudo do movimento de independência do Brasil e da emancipação de Sergipe Del Rey, essa noção de totalidade é fragmentada, observando-se as particularidades presentes nas ações dos homens que exercem poder e influência local, estendendo-se a diferentes grupos do litoral ao sertão, em cujo âmbito este trabalho destacará a atuação dos agentes ligados às famílias

---

<sup>11</sup> Essa nova abordagem deve-se aos novos caminhos traçados pela história política no campo historiográfico que buscou ampliar suas verdades inseridas em documentos oficiais e tecer análise e comparações junto a outras ciências ampliando assim seus domínios historiográficos.

<sup>12</sup> Para saber mais ver BOMFIM, M. **A América latina: males de origem** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

Fontes e Dantas no século XIX na Província da Bahia e na capitania de Sergipe Del Rey.

A mudança do cenário colonial é também apresentada por Felisbello Freire (2013)<sup>13</sup>, que, em sua *História de Sergipe (1575-1855)*, apresenta documentos transcritos que fundamentam os estudos de inúmeros pesquisadores.

Na celebração do centenário da Independência de Sergipe, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), em sua revista comemorativa, de 1920, edição 9ª, volume 5, celebrou o feito, destacando atos e personagens que contribuíram com o processo de independência.

Maria Thetis Nunes (1978)<sup>14</sup>, ao escrever sobre a guerra de independência, Nunes sinaliza para a participação do homem do sertão e apela aos historiadores que busquem conferir a participação dos senhores locais no processo, destacando inclusive o sentimento nativista que envolvia o contexto.

É Nunes quem, com maior atenção e apoiada em Freire, se dedica ao estudo do conflito em Sergipe Del Rey, apresentando razões econômicas, políticas e militares. Em seus estudos, a guerra possui diferentes sentidos de análise, buscando consolidar a autonomia política entre Brasil e Portugal; na tentativa de manter unido e coeso o território imperial do Brasil; na instituição de uma nova forma de governo Imperial; e assegurar a garantia da autonomia de Província de Sergipe Del Rey da Província da Bahia, resultado do decreto de 8 de julho de 1820, assinado por D. João VI, tornando o território Estado provincial, não mais capitaneado pelo governo da cidade de Salvador. É bem possível que um leitor mais atento encontre outros pontos, mas no momento adota-se este.

Trilhando os passos de Nunes, mas na perspectiva do uso do conceito de cultura política, Antônio (2012)<sup>15</sup>, em sua tese de doutoramento, estudou as motivações regionais, sua atuação na construção do formato de sociedade, as lutas entre grupos que rivalizavam quanto ao reconhecimento da independência do Brasil

<sup>13</sup> A produção historiográfica de Felisbello Freire constitui farol de orientação para o pesquisador que queira de algum modo compreender a história de Sergipe e a sua relação com a Capitania da Bahia. Ela foi em 2013 reeditada pelo IHGSE em parceria com a UFS.

<sup>14</sup> Sobre a proposta ver: NUNES, Maria THETIS. **História de Sergipe a partir de 1820**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, LTDA. 1978, p. 52-53.

<sup>15</sup> A obra de Antonio traça um panorama da história e principais acontecimentos políticos referentes ao contexto local durante o processo de guerra pela independência do Brasil e conquista da autonomia de Sergipe (1750-1831). A documentação utilizada é baseada em correspondências diversas e bibliografia especializada. Consulatr: ANTONIO, Edna Maria Matos. **A independência do solo que habitamos: poder, autonomia e cultura política na construção do Império Brasileiro – Sergipe (1750-1831)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

e também em questões referentes à autonomia da capitania de Sergipe Del Rey<sup>16</sup>. Em sua obra, Antônio analisa a atuação dos senhores representantes oficiais da Corte no período de instabilidade política em Sergipe Del Rey, possibilitando a compreensão da guerra da independência no contexto local, destacando a atuação dos agentes e dos sujeitos locais, que, em decorrência da inconstância político-militar, pendiam suas intencionalidades, mediante estratégias devolvidas pela elite local que possuíam vínculos de proximidade e trocavam favores políticos, econômicos e sociais.

No estudo da guerra pela independência e posse do poder local, cabe destacar o descortinar da íntima relação estabelecida entre história, poder e memória, em que o tema política de favorecimento por meio de apadrinhamento pode ser analisado.

Em um panorama mais amplo, destaca-se o trabalho de Luiz Mott (1986)<sup>17</sup>, cujos estudos contribuem para o reconhecimento dos aspectos sociais, populacionais e econômicos de Sergipe no processo colonial e em sua transição.

Sobre o tema, destaca-se ainda o trabalho de Carvalho Júnior (2006)<sup>18</sup> relativo ao Barão de Jeremoabo, seu parente. Sua dissertação publicada apresenta levantamento historiográfico e genealógico do período e da atuação de uma importante família dos sertões da Bahia e Sergipe Del Rey, matriz inclusive do objeto deste estudo.

Para analisar a trajetória das famílias Fontes e Dantas, restringe-se a análise ao período de 1820-1850, em razão de corresponder ao intervalo de tempo em que ocorre a Guerra da Independência, com a formação de alianças políticas locais e regionais, das quais decorrem inclusive acordos familiares, e por ser a década de 1850 o momento no qual família Dantas Fontes já representa signo de referência local e de poder no sistema político no consolidado Império brasileiro.

---

<sup>16</sup> Não se pode ser simplista imaginando que existiam apenas dois blocos em disputa, os que eram a favor e os que eram contrários. Muito pelo contrário, os senhores divergiam internamente, o que se presume ter sido resultado da inconstância política e da ausência de um direcionamento governamental consolidado quanto ao futuro do Estado do Brasil.

<sup>17</sup> Sobre o antropólogo e historiador Luiz Roberto de Barros Mott, ver Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade. Aracaju: Fundesc, 1986.

<sup>18</sup> Álvaro Pinto Dantas de Carvalho Júnior ao publicar sua dissertação de mestrado, trouxe à sociedade uma contribuição referente ao estudo da genealogia da sua família, através da atuação de um líder notadamente sertanejo que, por meio de alianças, conquista o poder político, destacando-se em âmbito nacional e impondo ao seu legado familiar e regional os resultados desse prestígio. Para conhecer sobre o tema ler O Barão de Jeremoabo e a política do seu tempo: trajetória de um líder conservador na Bahia, Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 2006.

Na ótica historiográfica, o trabalho de levantamento de fontes históricas relacionadas às trajetórias de poder e de política se confundem. A história política ignora os condicionamentos e as minorias, seus discursos por vezes representam, na perspectiva bibliográfica, análise particular que é generalizada às massas, ignorando as diferenças. O poder na história é instituído e sinônimo de política, prestígio nas Cortes, e a sua posse resulta de diversificados sistemas de artimanhas e alianças através dos quais os fatos são manifestados na escrita e na produção de fontes, as mesmas que, pelo trato historiográfico, resultarão em conhecimento histórico reproduzido para a posteridade.

Por essa questão durante algum tempo o estudo da história política esteve associado a uma visão centralizadora e institucional, ligada ao poder e a sua pretensão de se tornar memória. Essa concepção tradicional da história foi questionada, procurando-se o cientificismo e a imparcialidade do trabalho histórico, uma vez que sua prática estava ligada ao factual, ao político, à busca por uma explicação da totalidade, num movimento direcionado à reprodução incontestada das fontes.

Segundo o historiador francês Marc Bloch, o objeto de estudo do historiador consiste em investigar os 'homens' por meio da sua relação com o tempo, considerando não apenas o passado ou o passado pelo passado, mas a relação deste como o presente e vice-versa. É importante destacar que o homem é entendido como agente passivo e/ou ativo do fato histórico, e é através dos vestígios materiais e imateriais, como textos, monumentos, testamentos, fotografias, pinturas e tantos outros resquícios deixados por ele, que a história se constitui. Desse modo, cabe ao pesquisador resgatar essas memórias e analisar os fatos cronologicamente dentro de determinado contexto histórico.

Para Bloch (2001, p. 65), "a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado" e, por isso, cabe ao historiador ultrapassar a perspectiva do olhar somente para o que é velho, ou seja, cabe observar toda a dinâmica e vida presente passível de análise.

O entendimento e a apreensão da relação existente entre o passado e o presente em Marc Bloch (2001, p. 67) são utilizados "para interpretar os raros documentos que nos permitem penetrar nessa gênese, para formular corretamente os problemas, para até mesmo fazer ideia deles, uma primeira condição a ser cumprida: observar, analisar a paisagem do hoje", entendendo que grande parte dos

acontecimentos históricos possui uma localização inicial imprecisa e inalcançável. Fazendo-se uso dessa técnica, é possível compreender os homens do passado, sem estabelecer julgamento, e colocar o problema no universo de observação histórica.

Como afirma Edward Thompson (1998), quando tratou de estudos sobre as relações entre a aristocracia e os trabalhadores pobres da Inglaterra no século XVIII, as fontes sobre a elite existem em profusão, em razão, principalmente, de seu interesse em registrar os acontecimentos e preservá-los para as futuras gerações, com intuito de que elas compreendam sua opulência e poder.

Para Karnal e Tatsch (2013, p.12), fazer história requer observar diferentes estruturas ligadas ao documento, considerado as possibilidades de diálogo, “[...] mas um diálogo claro entre o presente e o documento. Registrar o passado é transformá-lo pela simples evocação. Em decorrência da ideia anterior, todo o documento histórico é uma construção permanente”.

A história dos *Annales*, ao rejeitar a história factual, historicizante, centrada nas ações políticas, no corporativo e nos grandes nomes, aprimora a História Positivista alemã. A Nova História proposta ultrapassa essa barreira, reconhecendo os novos padrões de mundo e ampliando seus domínios.

No século XX, o historiador francês Jacques Le Goff, ao escrever sobre documento/monumento, descreve a história como uma ciência que possui técnicas e métodos próprios para ser ensinada, destacando que ela se faz com documentos, pré-selecionados pelo historiador, porém com subjetividade na construção desse conhecimento. Essa observação coloca em xeque as diferentes concepções e interpretações quanto ao uso dos documentos e ao papel do pesquisador nesse processo.

Fustel de Coulanges, historiador francês do século XIX, em sua obra *A Cidade Antiga*, defende que é preciso procurar os fatos não na imaginação, nem tão pouco na lógica, mas buscar seu segredo nos textos escritos e, na ausência destes, nas línguas mortas; no âmbito dessa metodologia, o texto escrito é predominante, abrindo exceções para outras fontes somente na ausência deste, buscando assim os fatos e não uma ideia referente a eles.

A interpretação do fazer histórico foi modificada profundamente a partir de Paul Veyne, historiador da segunda metade do século XX, que, fundamentado em outras ciências, como a psicologia, a sociologia e a antropologia, fez com que o

sujeito reavaliasse e questionasse o uso do texto escrito na produção realizada pelas gerações anteriores, buscando identificar as crenças, as ideologias políticas e as visões de mundo nele impregnadas. A crítica documental interna e externa mudou a relação do pesquisador com suas fontes.

A história enquanto verdade absoluta e enciclopédica, com culto aos fatos considerados sagrados e imutáveis, perdeu adeptos. Os fatos, embora essenciais, não mais constituem a história. Aprendeu-se que quem registra os fatos, transmite sua versão sobre eles, e ela é carregada de interesses. Caberá então ao pesquisador distanciar-se da busca pela verdade absoluta e se ocupar da elucidação dos posicionamentos apresentados.

O uso do documento em pesquisa histórica precisa ser analisado, as informações contidas nele podem justificar e ampliar o entendimento de diferentes objetos que revelam um novo campo de saber antes despercebido. Desse modo,

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo o pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um presente relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p.295).

A pesquisa documental utiliza-se da fonte e material bibliográficos, como livros e artigos, e se vale de documentos originais. Em Figueiredo (2007, p.5), o documento é entendido como “fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Esses documentos são utilizados como fontes de informação, indicações e esclarecimentos”.

Para pesquisar, de acordo com Gaio, Carvalho e Simões (2008, p.148), precisa-se “de métodos e técnicas que nos levem criteriosamente a resolver problemas. [...] é pertinente que a pesquisa científica esteja alicerçada pelo método, o que significa elucidar a capacidade de observar, selecionar e organizar”, ou seja, sem caminhos não se percorre o campo da investigação científica.

Neste estudo, o *corpus* documental é composto por documentação de natureza administrativa, ofícios e correspondências salvaguardadas no Arquivo Público do Estado de Sergipe; por notas pessoais e cartas do Acervo Fundo João Reis e Fundo Padre Aurélio, disponíveis no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe; por publicações e periódicos do Instituto Tobias Barreto; por

periódicos presentes no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de Sergipe e da Bahia; por registros de batizado e casamento da Paróquia de Lagarto; por inventários do Arquivo do Judiciário de Sergipe. Da Bahia, contou-se também com documentos pessoais dos herdeiros do barão de Jeremoabo, Cícero Dantas Martins, do Arquivo do Barão de Jeremoabo, no Engenho Camuciatá, cidade de Itapicuru. Do Arquivo Nacional, do Rio de Janeiro, identificou-se a compilação de documentos referentes a Câmaras Municipais e Juntas Governativas da Independência, que foram organizados em dois volumes.

Os dados da pesquisa foram sistematizados e o registro de seus resultados é feito em três capítulos.

O primeiro capítulo trata da formação da América Portuguesa Colonial e a origem dos espaços territoriais, distinguindo o litoral dos sertões, e, a partir desses elementos, identificam-se os traços econômicos, os modos de vida e a organização do poder local entre as famílias coloniais ao longo dos trezentos anos que correspondem ao período. Sua abrangência alcança a dinâmica econômica praticada no território de Sergipe Del Rey e a sua relação com Capitania da Bahia e os mecanismos políticos que impulsionaram a vida colonial com a migração do Reino de Portugal para a Colônia.

No segundo capítulo, centra-se atenção nas questões de reordenamento interno do território do Brasil e busca da unidade territorial, verificada na realização da guerra de independência. Para tanto, recorre-se às transformações operacionalizadas por Dom João VI (1767-1826), com vista a descentralizar o poder das Capitanias, ação que resultou na autonomia de antigas Comarcas, como é o caso de Sergipe Del Rey da Capitania da Bahia. A ação concorre com as questões de organização do território da América portuguesa no Brasil, onde é possível identificar a atuação de personagens dos sertões que passam a protagonizar processos fundamentais para a realização do projeto imperial.

O terceiro capítulo aborda a transformação dos novos eixos de ação política, para além das conjunturas locais, em que senhores de propriedades em regiões antes pouco favorecidas obtêm espaço na seara política e constroem arranjos políticos locais e regionais, associados aos novos modelos de governo em que o poder passa a ser centralizado não mais nas estruturas locais, Câmaras Municipais, mas nas Câmaras Provinciais, outorgado pelo Estado.



Pretende-se, fazendo uso dos estudos sobre as temáticas sertão, família e poder, construir o perfil da complexa estrutura de política, identificando suas alianças e conflitos, de modo a perceber as elites sertanejas como participantes da construção da unidade territorial da nação brasileira no século XIX.

## 2 O SERTÃO: SUA CONQUISTA, SUA ECONOMIA E SUA GENTE

Quando se pensa em sertão, em geral, vem à mente o modelo de sertão descrito por Euclides da Cunha, em *Os Sertões* (1902), ao descrever o território de Canudos no interior da Bahia. A partir da análise dessa obra é possível identificar três momentos distintos: a terra, com a descrição do território enfatizando aspectos geográficos e a seca; o homem, seu estilo de vida e costumes, destacando-se aspectos antropológicos e sociológicos; e, por fim, a descrição da guerra de Canudos e seu poderio bélico.

O sertão euclidiano representa um espaço de superação do homem, no qual suplanta as dificuldades diárias, tornando-se sobrevivente em meio às adversidades específicas da região, lutando até o fim. Esse homem sertanejo, sua terra e sua luta são, contudo, vistos e descritos a partir dos parâmetros do homem da cidade, através do olhar de militar e em linguagem jornalística.

O sertão colonial consiste, pois, em um espaço geográfico, social e cultural, descrito de igual forma pela literatura, por estudos geográficos, históricos, sociológicos e antropológicos, segundo o qual é possível conhecer as questões culturais, econômicas e políticas.

Importado da Europa, o termo emerge na Colônia do Brasil, em narrativas de viajantes, cronistas, documentos oficiais, cartas, ofícios, solicitações relatando especificidades e descrevendo os fatos vivenciados. Seu emprego esteve na literatura atrelado à descrição apresentada pela oralidade, e impressa na arte, no imaginário e nos costumes dos povos.

Vicentini (1998, p. 44) nos ensina que o termo sertão foi importado de dentro para fora do território do Brasil, é marca do processo de colonização, expressão imposta, que pressupõe hierarquia, sendo delimitada por uma autoridade capaz de indicar onde começa e onde termina sua significação.

Para a história, o sertão vai além do olhar poético produzido pelas artes, traduzindo-se em objeto de estudo. O sertão e o sertanismo têm vida, é lugar de movimento, variedades, transformações de diferentes sentidos. Conduzido pela abordagem e análise das fontes históricas, o cotidiano do sertão passou a ser representado, em diferentes perspectivas, inclusive como espaço de política e poder.

O termo importando da Europa, veio nos porões da esquadra portuguesa, ampliando seus sentidos, navegou a reboque das transformações empreendidas ao longo dos séculos XVI ao XIX, período em que o sentido do sertanismo foi alterado, incorporando, pela literatura social, aspectos políticos e econômicos diversos.

Ainda que os preceitos literários ajudem a situar o leitor no contexto do que vem a ser o sertão, o entendimento desse espaço passa a ser ampliado. Regredindo à conjuntura colonial, recorreu-se a Bluteau (1789), que apresenta a etimologia da palavra, e a outros estudos, como o de Janaína Amado (1995), que estuda o sertão à luz das distâncias com relação ao litoral e aos grandes centros da economia.

Esses espaços, embora demonstrem semelhanças, apresentam sensíveis diferenças, sinalizadas, neste trabalho, a partir do estudo das fronteiras entre a região agreste da Capitania da Bahia, mais precisamente a vila de Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru de Cima, e da vila de Lagarto, território da Comarca de Sergipe Del Rey, de onde o entendimento do sertão e do homem sertanejo será objeto de estudo, no período 1820-1850, retroagindo, no entanto, ao período de formação das famílias Fontes e Dantas. Para tanto, recorreu-se à contribuição de Freire (2013), Nunes (1978), Fontes (1992) e Carvalho Júnior (2006).

## **2.1 Entre Troncos e Barrancos: O Sertão na Colonização Portuguesa e a Organização do Espaço Político**

O sertão deste estudo diverge da definição euclidiana. Aqui o termo compreende uma abordagem vinda de Portugal, segundo a qual sertão faz referência a lugar desconhecido, incerto, impenetrável, do além-mar, o que faz o significado se ampliar no vazio das distâncias. Nesse caso, ganha importância à política de espaço cuja ocupação o Estado português precisa plenamente abraçar e assegurar, a fim de evitar que outros povos, por quaisquer razões, tenham sua posse.

Em Portugal, desde o século XII, afirma Amado (1995), o termo sertão ou 'certão' era utilizado para designar áreas ou regiões interioranas na península ibérica, sobretudo espaços distantes da cidade de Lisboa.

Segundo o dicionário de Língua Portuguesa, de Rafael Bluteau, o termo possuiu o seguinte significado,

SERTÃO,- f. m. o interior, o coração das terras, opõe-se ao marítimo, e costa v, g. Cidade- do sertão. § O sertão toma-se por mato longe

da costa. § O sertão da calma i. e. o lugar onde ela é mais ardente. Lobo metendo-se pelo sertão da calma, que naquele tempo fazia (BLUTEAU, 1789, p. 396).

O sertão português diferenciava os habitantes da costa litorânea lusa dos demais povos ocupantes do território. O Império português organizava seu território por meio dessa diferenciação geográfica, tornando oposto o litoral, enquanto espaço administrativo e político, e o interior, o sertão, espaço rudimentar e natural, terra sem comunicação.

O termo sertão, em razão do seu uso, refere-se à designação geográfica, ao lugar, ao território. A relação estabelecida comprova-se nas correspondências, relatórios, solicitações, entre outros documentos produzidos e enviados a Corte de Lisboa, em que os remetentes assim o identificam.

O uso da expressão oficializava-se à medida que emissores em suas diligências identificavam o espaço natural do qual falavam como sertão. O lugar social da fala apresentava-se dessa maneira a partir das distâncias do litoral.

Com as transformações políticas, econômicas e militares desencadeadas pelas navegações do século XVI em diante, o mesmo signo passou a ser aplicado para espaços situados em terras a serem exploradas por Portugal noutras regiões, no além-mar.

Na carta de Pedro Vaz de Caminha, encontra-se referência ao sertão como lugar a ser explorado. Sendo assim descrito,

“[...] Mas, segundo os arvoredos são mui muitos e grandes, e de infindas maneiras, não duvido que por esse sertão haja muitas aves!”; (e ainda como) “[...] Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa” (DE CAMINHA, 2017).

Nesse sertão, o sentido encontrado é de território vasto e desconhecido a ser desbravado, rodeado por uma natureza exuberante e perigosa.

Segundo Janaina Amado (1995, p. 147), Duarte Nunes de Leão, ao estudar a categoria, adicionou-a a uma nova definição, na qual a palavra seria uma derivação do termo *desertão*, que, para Gilberto Teles, deriva do latim *sererem*, *sertanum*, trançado, entrelaçado, embrulhado; *desertum*, deserção do soldado, o que sai da obediência, da fileira e da ordem, e, por fim, *desertanum*, referente a lugar desconhecido, destino do desertor.

É possível também que “sertão” derive do vocábulo ‘muceltão’, uma variação linguística angolana, cujo sentido aproxima-se das variações “terras entre terras, local distante do mar, e lugar interior” (FLORES, 2016, p. 83).

O sentido inicial aos poucos foi modificado, passando a agregar outras conotações, ligadas à exploração da nova realidade colonial portuguesa. O sertão descrito passou a referenciar a vastidão colonial do império de Portugal na África, na Ásia e na América.

A definição de sertão, como espaço natural transpôs os oceanos. Na América associou-se a espaços desconhecidos, misteriosos e atraentes, nos quais é possível, uma vez vencida a vastidão do desconhecido, enriquecer domando a natureza com seus mistérios, feras e povos.

O espaço interior perde o sentido de ambiente vago, a concepção de distâncias muda de padrão, a barreira imposta torna-se a barra litorânea que, uma vez ultrapassada, torna-se sertão, área desconhecida, tomada por ‘negros da terra’<sup>19</sup>, seres aptos a serem convertidos, espaço que aguarda ser colonizado e explorado sertão adentro. O interior e suas distâncias retoma a concepção originária portuguesa, ampliando-se. A organização territorial e a organização da sua fala emprega o termo sertanista a espaços a serem explorados e nos quais o agente político português precisa atuar.

A perspectiva militar e de organização administrativa do espaço geográfico decorrente da distribuição de terras, em sesmarias, que, de acordo com as Ordenações Filipinas (1603), consistem em prosperidades de terras cujo agente, o sesmeiro, deve ser capaz de, por meio da sua atuação no espaço colonial, delimitar a circunscrição, atuando distante do litoral, nos sertões.

Na Colônia, durante as entradas e bandeiras<sup>20</sup> que se estenderam até o século XVIII guiadas pelo ciclo do ouro e das pedras preciosas, o termo fez referência ao vazio populacional, descrito na historiografia como espaço a ser ocupado pelo homem branco, signo de civilização e defesa da “fé, da lei e do Rei”<sup>21</sup>, cuja ausência constitui (des)governo, presente na dualidade entre o formal e o real,

<sup>19</sup> Sobre a expressão, ver John Manuel Monteiro, *Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, publicado pela Companhia da Letras, 1994.

<sup>20</sup> Expressão referente aos aventureiros que participaram de expedições armadas pelo interior do Brasil entre os séculos XVI e XVIII, realizando entradas e bandeiras. Ver VAINFAS, 2001, p. 64-66.

<sup>21</sup> A expressão de época é oriunda das concepções de Santo Agostinho, segundo as quais é da visão interior que nasce o modo de pensar e, logo, do que se expressa. Essa concepção foi utilizada durante o processo de colonização, buscando converter as diferentes etnias indígenas, pensando os religiosos em torná-los ‘almas’ tementes ao deus cristão dos colonizadores e ao Rei de Portugal.

geradora de visão negativa e de caos, imperante na barbárie. Nessas condições, aceitar o vazio do sertão significa também desconsiderar a existência dos povos nativos.

O espaço colonial da América portuguesa no Brasil correspondente ao sertão consiste nas extensas áreas de terra afastadas do litoral, habitadas por nativos ainda distantes da civilização portuguesa e da instrução da autoridade do Estado português e da Igreja. O sertão descrito representa território com pouca ou nenhuma influência externa, um espaço a ser ‘lapidado’ pelo homem civilizado e, por essa razão, descrito de forma pejorativa ou de maneira romantizada pela literatura.

A palavra sertão aparece em inventários paulistas dos séculos XVI e XVII, e, de acordo com Vainfas (2001, p.528), a ele é atribuída condição de “centro solar do mundo colonial”, para onde a coletividade voltava sua atenção na ânsia por enriquecer de modo fácil e rápido, correspondendo, desse modo, a espaço de projeção para o futuro e de esperança.

Contrapondo-se ao sertão, tem-se o litoral. No início dos seiscentos, Frei Vicente Salvador escreveu a primeira *História do Brasil* (1627), em que, embora sem aprofundar o tema, acaba, segundo Iglésias (2000), denunciando a falta de iniciativa dos portugueses, que, ao não se embrenharem pelo interior, desenvolveram comportamento tipo “caranguejos arranhando o litoral”, construindo suas edificações e formas de vida nas proximidades do Atlântico e evitando emprenhar-se no desconhecido, surge assim uma nova concepção de sertão em oposição ao litoral colonial.

A iniciativa de avançar pelos sertões foi deixada a cargo de vaqueiros<sup>22</sup> que aos poucos, em razão das necessidades, desenvolveram a agricultura de subsistência e, a partir dela, iniciaram pequenos núcleos habitacionais.

Na região litorânea, estabeleceram-se os primeiros engenhos para a exploração do primeiro produto cultivado na Colônia e voltado para exportação: a cana-de-açúcar.

O engenho de açúcar representou a unidade produtiva de riqueza, poder, prestígio e nobreza presentes no Brasil colonial. Ser senhor de engenho implicava ser obedecido, temido e respeitado. O maior prestígio, no entanto, segundo Vainfas (2001, p. 199 - 202), provinha da posse da terra e do que nela se produzia, quanto

---

<sup>22</sup> Sobre o assunto, ver Amado (1995) e Vicentini (1998).

maior o território e a produção de um engenho tanto maior a influência de seu senhor.

Ao senhor de engenho coube gerenciar a vida no interior do seu núcleo de influência, nos engenhos e nos espaços da Corte, mantendo sempre agregados a si credores, ávidos por realizar novas e lucrativas propostas, e demais indivíduos submissos e dispostos a assegurar a riqueza e o poder dos seus senhores. No ambiente rural, em razão da presença rarefeita de agentes do Estado metropolitano português, a grande propriedade, de acordo com Del Priore (2000, p. 18), “constituía-se em centro de poder e riqueza. Seu objetivo não era a racionalidade empresarial, mas a acumulação de escravos e terras, fatores de honraria e poder”, cuja determinação abarcava a lei e os princípios necessários à gestão do lugar e de todos que nele habitassem.

Sua influência extrapolava os limites da soberania doméstica sobre mulher e filhos, ela se estendia a pequenos lavradores, vaqueiros, e demais arrendatários das terras do “coronel”<sup>23</sup>, escravos e nativos, que, submissos e obedientes prestavam serviço e respeito ao “senhor”. O poder e a influência do senhor de engenho não evitam, no entendimento de Del Priore (2000, p. 20-21), esporádicas fugas e rebeliões nem afastavam, em razão da proximidade com o litoral, a permanente ameaça de invasões externas de nativos, corsários e piratas.

O senhor de engenho participava de perto de todas as questões e atividades produtivas, incluindo as pertinentes à prática religiosa e à culinária nativa ou africana, e, sempre que julgasse necessário, impunha sua autoridade ou a tornava flexível, como forma de tratar de seus negócios e de seus bens.

O desenvolvimento da atividade da lavoura de cana-de-açúcar no litoral colonial passou a requerer espaço e investimentos, demandas que em alguns casos eram conflitantes. A convivência do gado com as plantações de cana-de-açúcar e a inexistência de cerceamentos ocasionava situações de desconforto e conflito, o que, associado à busca por lucratividade crescente, fez com que o gado fosse tanguido para o interior, sob os cuidados do vaqueiro, responsável por acompanhá-lo sertão adentro.

---

<sup>23</sup> Não trata aqui ainda propriamente daquela figura instituidora, na fase republicana, do Coronelismo, detentor do poder público, mas sim das características secundárias, relacionadas ao protecionismo local, ao apadrianhamento, a organização da estrutura, do mando e da posse, figura que faz valer suas determinações e vontades, sujeitando a tudo e a todos.

Os vaqueiros, além de conduzir o rebanho tornaram-se responsáveis pela lida com o gado, com tarefas de amansar animais, marcar com ferro os bezerros, curar seus males e mantê-los distantes de predadores naturais, como onças e cobras. Como forma de pagamento por seus serviços, a cada quatro bezerros nascidos, um lhe pertencia (ARAÚJO, 2000, p. 52). Essa prática, embora mantivesse o vaqueiro subjugado ao “coronel”, lhe possibilitava transitar com relativa liberdade e, inclusive, juntar para si pequeno patrimônio. Embora não existisse a hereditariedade, no sertão era comum que filho de vaqueiro também se tornasse vaqueiro, dando continuidade à ocupação de seu pai e à subjugação.

Além dos vaqueiros, os bandeirantes, parte de estratégia colonial eficaz para o avanço e o desenho do território de Portugal na América, também exerciam suas ações com relativa mobilidade, fazendo com que o interior da Colônia fosse sendo povoado e surgisse processo de mestiçagem de gente, de culturas alimentares, de práticas de paz e de desenvolvimento de estratégias militares.

Tangendo boiadas, brancos, mulatos, negros, indígenas e estrangeiros de outras partes que não de Portugal foram povoando o sertão e, em meio a ordem e desordem, a governo e desgoverno, ocuparam o território e foram, aos poucos, construindo alianças entre os colonos e as autoridades.

O arrendamento de grandes propriedades tornava os proprietários da terra, dos engenhos e da criação de animais senhores influentes, com poder de acolher ou expulsar a qualquer hora os prestadores de serviços, como meeiros, moradores e vaqueiros, sem intervenção efetiva dos agentes do Estado, que evitavam enfrentar as querelas pontuais, interessando-lhes mais as questões econômicas geradoras de renda e poder.

A demonstração de bravura e riqueza constituíram característica do homem do sertão, guerreiro e bravo, mesmo em tempo de paz, nessa sociedade marcada pela necessidade de ter posses para assegurar representatividade, prosperidade e prestígio.

Além das propriedades particularidades constituíram espaço de poder desses homens as Câmaras Municipais que,

[...] no decorrer do período colonial foram representativas dos anseios coletivos, ao mesmo tempo em que, importavam na existência de um poder único organizado, sob certos aspectos, com a participação universal dos que viviam nos núcleos urbanos, poder necessário à solução dos problemas de ordem local, que



evidentemente escapavam à ação direta de autoridades de maior competência, absorvidas por assuntos menos limitados (AS CÂMARAS, 1973, s/n).

Já a partir de 1532 foram instituídas, e coube às Ordenações Filipinas (1603) a organização desse espaço e a determinação de que a cada três anos fossem eleitos homens considerados bons<sup>24</sup>.

Fazia parte das Câmaras um núcleo privilegiado de senhores responsável por negociações políticas e econômicas. A instituição possuía diversificado patrimônio, formado em geral por terrenos públicos, terras alienadas e tributos específicos, e exercia a função de promover a aproximação entre a população e a administração colonial, desempenhando papel de elo do poder local com o poder régio. Segundo Vainfas (2001, p.89), “as câmaras eram também responsáveis pela fiscalização das condições de vida urbana, incluindo o abastecimento de gêneros, a salubridade e higiene nas vilas”.

A composição das Câmaras variava de acordo como a localidade, devendo ser integrada por um juiz ordinário, vereadores, procurador e almotacé<sup>25</sup> e ofícios honorários, em princípio, não remunerados. Em alguns casos, após o período pombalino, o presidente da Câmara era um juiz de fora nomeado pelo rei e com poderes para interferir no âmbito do governo local. As Câmaras funcionavam como extensão da presença do monarca e da política administrativa metropolitana, o que, segundo Camargo (2013), era suficiente para gerar interesse em participar desse seleto grupo e para angariar poder e prestígio. No sertão, embora as Câmaras vivessem em estado de pobreza, com ausência ou carência, inclusive, de recursos para a comunicação com os centros, o simples fato de pertencer a esse grupo fazia notáveis as pessoas.

Cabia às Câmaras, entre outras atribuições, a indicação de pessoas a serem contempladas com títulos e honrarias, concedidas somente por meio da outorga real e cuja concessão se fundamentava, muitas vezes, na fortuna do agraciado e em sua condição de honrar o título ou honraria recebidos<sup>26</sup>.

A distância entre o sertão e o litoral e, por conseguinte, da Metrópole permitiu, por um lado, maior liberdade às câmaras e seus representantes, e, por

---

<sup>24</sup> Sobre o assunto, ver Camargo (2013).

<sup>25</sup> Derivado de *al-muhtásib* - inspetor de pesos e medidas nos mercados-, era o encarregado da exata aplicação dos pesos e medidas e da taxaço e distribuição dos gêneros alimentícios. Ver mais em Código Plilippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal, 14ª ed. Ed. Rio de Janeiro, 1870.

<sup>26</sup> Sobre o assunto, ver Dantas Júnior (1929).

outro, segundo Araújo (2000, p. 82), consagrou o entendimento de que o sertão “apartado do litoral, do mar, mas com o tempo ganhou, no Brasil, o sentido de região inóspita e sem lei (caso, sobretudo do Nordeste) ou, ao contrário, de floresta luxuriante ao mesmo tempo generosa e perigosa (Amazônia)”, caracterização reproduzida incansavelmente na literatura histórica.

Além das questões de posse territorial, a caracterização do espaço interiorano da Colônia se deu em razão de processo em que o contraste entre sertão e litoral funcionava como divisor: aquele, perigoso e habitado por hereges e fugitivos; este, espaço do homem civilizado. No entanto, de acordo com Amado, (1995, p. 149), as duas realidades se completavam “como em um jogo de espelhos, uma foi sendo construída em função da outra, refletindo a outra de forma invertida a tal ponto que, sem seu principal referente (litoral, costa), ‘sertão’ esvaziava-se de sentido, tornando-se ininteligível e vice-versa”. Entre os dois mundos atuava o senhor, responsável por manter livre fluência entre os dois polos.

A legitimação do proprietário de terras, personagem que livremente transitava entre o sertão e o litoral, decorria quase sempre de seu instinto aventureiro, que o levava a se embrenhar nas matas; a conquistar e assegurar posse de terras; a se estabelecer; a liderar numerosa gente e a manter controle sobre questões sociais (batismos, casamento, enterros) e militares, condição que, não raro, o induzia a abusos de poder, mas que sempre resultava em reconhecimento por serviços prestados à Coroa, com a consequente outorga de títulos e patentes.

Os homens poderosos do interior podiam até, em suas atividades diárias, viver sem luxo, quando, no entanto, precisavam ultrapassar as fronteiras de suas propriedades, empenhavam-se em ostentar aparência luxuosa, de modo a impressionar, agradar e não passar despercebidos, comportamento mais característico do senhor de engenho do litoral que do proprietário do sertão, propriamente dito.

Vilaça e Albuquerque (2006, p. 23) estabelecem diferença entre o alcance da influência do senhor do sertão (interior) e do litoral, destacando ser mais antiga a ancestralidade do senhor de engenho que dos coronéis do agreste e do sertão. Afirmam eles: “os coronéis do interior, contudo, prolongaram seu nome, prestígio e influência até pelo menos meados do século XX, tendo, portanto, sobrevivido por mais de meio século a seus precursores, os coronéis do açúcar”.

Não se pode afirmar terem sido os coronéis do sertão menos influentes que os do litoral, mas, em razão do meio em que viviam, tiveram condições de se manter afastados das transformações, das rupturas e dos modismos, a que estavam mais vulneráveis os senhores de engenho do litoral, preservando inclusive suas fortunas.

Segundo ainda Vilaça e Albuquerque (2006, p. 24), a origem desses senhores remonta, em alguns casos, a descendentes das melhores famílias portuguesas, embora de ramos empobrecidos, de portadores de 'defeitos' de sangue, filhos de relações extraconjugais ou mestiços.

Durante a Colônia, em razão das necessidades militares, os senhores de engenho ocupavam a terceira linha na escala de auxílio e muitas vezes a primeira na área de combate. Vainfas (2001, p.395-396) ensina que a defesa era organizada a partir das tropas de linha, força permanente e profissional recrutada; milícias, constituídas por tropas regulares; e corpos de ordenanças, de caráter local, que abrangiam toda a população masculina entre 18 e 60 anos e estavam subdivididos em terços, por sua vez subdivididos em companhias, sendo cada terço comandado por um capitão-mor e um sargento-mor. A influência local exercida pelo capitão-mor contribuiu para majorar seu prestígio social e poder, transformando-o em senhor absoluto de terras, rebanhos e gentes.

Definidos os espaços e entendimentos do sertão, passa-se agora a observar os sertões portugueses da América situados na província da Bahia.

## **2.2 Homem e Economia: Sertão de Sergipe Del Rey**

Decorridos quase trezentos anos de ocupação do espaço colonial e consolidadas as redes de solidariedade e pertencimento, já não se falava mais na presença de sesmeiros, os senhores da terra já haviam constituído família, descendência e herança, passava-se a vigorar novos princípios segundo o qual a posse da terra constituía-se em um bem do qual as "possibilidades" de aproveitamento da terra e das condições materiais resultavam do trabalho e esforço do proprietário<sup>27</sup>.

O modelo de sociedade formada na América Portuguesa das primeiras décadas dos oitocentos, resultada da herança e traços de um modelo colonial primitivo, no qual o desbravamento consistia na mais eficiente maneira de construir e

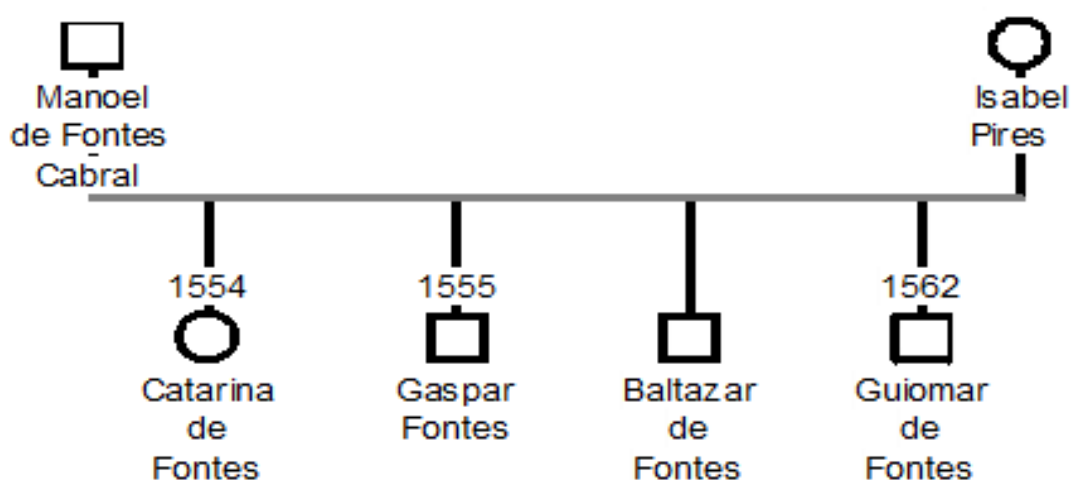
---

<sup>27</sup> Sobre a definição final do título da terra, será devida a posteriori em razão da Lei nº 601, de 1850, segundo a qual se organizavam os pilares para o ordenamento do espaço e suas terras.

consolidar as condições materiais e bases para o surgimento de núcleos familiares, talvez resultado do instinto por possuir bens, poder e riqueza.

Nas proximidades dos rios Poxim e Vaza-Barris, num lugar chamado Tinharé, em 1600, e em Itaporanga, em 1602, região da Capitania de Sergipe Del Rey, estabeleceu-se um dos primeiros homens do lugar, Gaspar de Fontes Lemos, sesmário natural da ilha de Santa Maria, nos Açores, cujo provável núcleo familiar, de acordo com registros dos livros das denúncias e as confissões do Santo Ofício (1591) na Bahia <sup>28</sup>, vai ilustrado na **Figura 1**.

**Figura 1.** Núcleo Familiar de Gaspar de Fontes<sup>29</sup>



Fonte: ARAÚJO, 2006, p. 202-204.

Gaspar de Fontes Lemos, como ilustrado no **Quadro 1**, recebeu pelo menos três sesmarias:

**Quadro 1.** Sesmarias Solicitadas por Gaspar de Fontes

Nºs das Solicitações <sup>30</sup>	Regiões	Áreas	Datas	Destinatários das Solicitações
38	Banda Sul / Rio Poxim	1/2 légua	3/1/1600	Diogo de Coadros Capitão e Governador da Capitania
50	Tinharé / Banda Norte	Não descrita	12/3/1600	Manuel de Miranda Barbosa Capitão
142	Itaporanga	4 léguas	7/8/1602	Cosme Barbosa Capitão

Fonte: Livro de registro de sesmarias de Sergipe, IHGSE (1600-1602).

<sup>28</sup> Livro 1 de denúncias da 1ª visita ao Brasil por Heitor Furtado de Mendonça. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, liv. 779. Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 4466.

<sup>29</sup> Presume-se serem de nascimento as datas em evidência.

<sup>30</sup> Sesmarias de Sergipe (Livro de dados). Manuscrito (1602-1603), classificados por ordem cronológica e organizados em blocos pelo IHGSE.

Pelos registros de pedidos de sesmarias, presume-se que Gaspar de Fontes reunia condições para explorar a região, haja vista possuir diferentes lotes, requeridos e autorizados em momentos distintos. Testemunhos de 1601 e 1602 reforçam, segundo o registro do livro de sesmarias de Sergipe, que Gaspar de Fontes foi citado por duas vezes como proprietário de sesmarias, respectivamente por Melchior Maciel d'Andrade<sup>31</sup>, que o indica como proprietário das antigas terras de Paulo Adorno, e Sebastião Vasques<sup>32</sup>, solicitante de terras que foram doadas a Gaspar de Fontes e se encontravam devolutas.

As solicitações correspondiam à formação do patrimônio inicial dos Fontes - estudos sobre a genealogia do sesmário Gaspar de Fontes apresentam indícios de que se trata de importante ancestral, ou mesmo, aventa-se, do primeiro Fontes da região<sup>33</sup>. As áreas recebidas correspondiam a terras devolutas à Coroa ou de que o donatário nunca assumiu a posse, como ocorreu com a de Tinharé, de que, passados seis meses da doação a Paulo Adorno, este não havia tomado posse.

Durante as primeiras décadas de colonização portuguesa, efetivação da posse dessas terras se deu por meio de conflitos diretos com nativos e, por essa razão, a região permaneceu relativamente abandonada. O território da capitania de Sergipe Del Rey, doado a Francisco Pereira Coutinho, por El Rei Dom João III, em 5 de abril de 1534, constituiu-se em empreendimento de difícil conquista, devido à dificuldade em desenvolver estratégias de posse, da escassez de recursos financeiros e de mão de obra para a exploração e do conflito com os indígenas locais, fatores que inviabilizavam o donatário cuidar e manter a área sob sua tutela<sup>34</sup>.

A colonização iniciada não prosperou em razão da morte de Francisco Pereira Coutinho, vítima de naufrágio. Seu filho, Manuel Pereira Coutinho, herdou a capitania, mas, dado às dificuldades do negócio, devolveu à Coroa as cinquenta léguas doadas, tornando o território terra devoluta, colonizada por determinação régia e a custas da Coroa e denominada Sergipe Del Rey.

O estabelecimento de famílias e indivíduos aventureiros na Colônia portuguesa na América contribuiu para o processo de interiorização e povoamento de seu território. Muitos dos que para cá vieram não possuíam, como registra

---

<sup>31</sup> REGISTRO de sesmarias de Sergipe – IHGSE, nº 78.

<sup>32</sup> REGISTRO de sesmarias de Sergipe – IHGSE, nº 103.

<sup>33</sup> Documento intitulado informações sobre Antônio Martins Fontes. Trata-se de uma árvore genealógica a partir de Antônio Martins Fontes. Fundo João Dantas Martins dos Reis. Cx. 416. Documento 26. IHGSE.

<sup>34</sup> Sobre o tema, ver Freire, Descoberta e conquista de Sergipe, capítulo I, 2013.

Schwartz (1998), *status* ou condição social no Reino, e vinham em busca de melhor sorte:

A primeira geração de senhores de engenho da Bahia tinha origens sociais muito menos ilustres do que as propaladas pelas gerações subsequentes. Se bem que houvesse homens de famílias nobres ou com altos cargos públicos como Mem de Sá, proprietário do Engenho Sergipe (...). Talvez um terço dos engenhos do Recôncavo na década de 1580 fosse propriedade de comerciantes que haviam facilmente trocado o comércio pela atividade açucareira; alguns continuavam a exercer as duas ocupações simultaneamente. (SCHWARTZ, 1988, p. 227).

A sociedade foi constituída nos trópicos sob o modelo do Antigo Regime português importado da metrópole, inclusive em sua estrutura de hierarquia senhorial, mas, nesse caso, forjando nova elite a partir dos beneméritos e das suas posses.

O ambiente doméstico e a composição familiar colonial tomaram como referência a estrutura agrária, latifundiária e escravocrata, que, em razão da descentralização administrativa, a concentração fundiária e as distâncias, estimulou à dependência e a organização de grupos voltados à prática de ações defensivas e de onde a economia favorecia a prosperidade e a formação de um corpo estável e homogêneo, a família.

As famílias sertanejas se desenvolveram em razão do chefe de família, que concentrava questões econômicas e sociais acomodando a população livre e pobre, forjando nesses princípios a nobreza rural. Da mulher casada esperava-se ser fértil e que tivesse um filho após o outro. O homem, enquanto procriador, possuía sua família social, e em busca de prazer constituía relações com concubinas gerando filhos bastardos. Mulheres e os filhos encontravam-se, todos, submissos ao poder exercido pelo *pater familiae* e sobre suas memórias ou participação pouco se conhece, haja vista serem raros os registros das suas memórias e feitos.

No contexto social em que os primeiros Fontes estabeleciam sua descendência, é incerto afirmar como seria sua relação familiar, mas acredita-se que não muito diferente da descrita, considerando ser a presença feminina enquanto cabeça da família uma característica pouco provável<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> Sobre o paternalismo, a historiografia nas obras de Caio Prado Júnior, História Econômica do Brasil (1967), Oliveira Vianna, Populações Regionais (1920), Gilberto Freyre, Sobrados e Mocambos (1977), entre outras, é possível perceber a transposição do relacionamento paternalista como modelo

Sobre a economia na Capitania da Bahia, e de modo mais específico no território de Sergipe Del Rey, Nunes (1996, p. 16) ensina que ela prosperou a partir da criação dos rebanhos de gado, responsáveis pela interiorização, no sentido dos rios Real e Piauí, por onde se estabeleceram núcleos de povoamento, comprovados em razão das propriedades doadas a Gaspar Fontes.

Nos sertões coloniais, a vida seguia seu fluxo. No século XIX, a família Fontes se envolvia com a indústria do açúcar. Suas propriedades não faziam parte do eixo de maior fertilidade no vale do Cotinguiba, contudo, nelas se praticava a agricultura de subsistência, responsável pelo abastecimento e consumo interno da Comarca. O núcleo de que os Fontes faziam parte desenvolvia a agricultura com cultivo de pequenas lavouras, especialmente tabaco, fabrico de farinha de mandioca e criação de animais, que serviam para abastecer de carne a região.

Os sertões do território de Sergipe Del Rey, comarca da Província da baiana, como ilustra o mapa da **Figura 2**, limitam-se ao sul com a barra da Estância, à esquerda a foz do Rio Real, confluindo ao norte para barra do rio São Francisco, limite com a capitania de Alagoas, seguindo rio a cima até as vilas de Própria e Vila Nova Real, novamente ao sul segue rumo à vila de Jeremoabo, findando na Capitania da Bahia<sup>36</sup>, região próspera onde se estabeleceram as famílias senhoriais, dando origem às primeiras cidades, vilas e entrepostos comerciais (FONTES, 2002, p.143).

---

predominante na organização econômica do ciclo do açúcar, no qual impera de forma clássica e quase universal.

<sup>36</sup> FERNANDES, José A. In RIHGSE, 1913, p. 46.

**Figura 2.** Mapa da Província de Sergipe (1868)



Fonte: ANTONIO, Giovanna Matos, 2017.

Nesse território, confundem-se os sertões da Bahia e de Sergipe, com diferentes percepções quanto aos limites<sup>37</sup> entre as duas unidades, podendo-se considerar as freguesias de Itapicuru (Capitania da Bahia) e a freguesia de Lagarto (Capitania de Sergipe) como eixo de separação.

Itapicuru, conforme ensina Carvalho (2008), iniciou seu povoamento em 1648 durante o governo do Conde de Vila Pouca de Aguiar. Nessas terras chegou Pacífico, bandeirante que se estabeleceu em casa modesta de taipa coberta de palha, nas proximidades do rio Itapicuru, onde, em razão da sua devoção, ergueu altar à Santíssima Virgem de Nazaré. Não se sabe ao certo o nome de Pacífico, nem tão pouco se veio só ou acompanhado, no entanto, sua penetração pelos sertões se fez com convívio com as tribos Tapuias, Paiaiazes e os Orizesproeazes. Logo em torno da capela a Virgem de Nazaré formou-se a povoação. Em 1680, no governo de D. João Franco de Oliveira, constitui-se Freguesia Curada<sup>38</sup> de Nossa Senhora do Nazaré do Itapicuru de Cima.

<sup>37</sup> Acerca dos limites geográficos de Sergipe e Bahia, encontrou-se vasta produção e discussão em Ivo do Prado (1919) e Carvalho Lima Júnior (2015), o último publicado em segunda edição.

<sup>16</sup> Freguesia ou distrito com um Cura, o padre.



O crescimento do lugar fez prosperar para a condição de vila criada por Vasco Fernandes Cesar de Menezes, em 1827, está situada a 3 quilômetros do rio Itapicuru. O seu solo, em grande parte agreste e pouco fértil, produz milho, feijão, fumo e, às margens do rio, cana e arroz<sup>39</sup>. O território de Itapicuru tem área superior a trinta mil quilômetros quadrados<sup>40</sup>.

A vila de Lagarto abarcava as paróquias de Nossa Senhora da Piedade e Nossa Senhora dos Campos do Rio Real, estendendo-se, de norte a sul, por vinte e duas léguas, contadas do Rio Vaza Barris, que a separa da vila de Itabaiana, ao Rio Cumbe, que a divide do da Vila de Abadia, na Comarca da Bahia, e quinze léguas desta a oeste do termo de São João de Jeremoabo, comarca da Bahia. Da vila de Santa Luzia da Estância, da mesma comarca, viajando doze léguas chega-se à cidade de São Cristóvão, de onde se contam dezoito léguas para que se chegar à vila de Itapicuru<sup>41</sup>. A comarca da Bahia e os termos das Matas de Simão Dias, hoje Simão Dias, e Campos, hoje Tobias Barreto, são pontos limitadores entre as províncias de Sergipe e da Bahia.

Segundo o bispo Dom Marcos Antônio de Souza, no ano de 1808, a população de Sergipe Del Rey, como ilustra o **Gráfico 1**, era composta por 72.236 almas, distribuídas entre 20.300 brancos, 19.954 pretos<sup>42</sup>, 1.440 índios e 30.542 de raças combinadas, distribuídas entre as vilas de Santa Luzia do Itanhy, Nossa Senhora do Socorro de Tomar, Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, Santo Antônio e Almas de Itabaiana, Santo Amaro das Grotas, Vila Nova do Rio São Francisco e Vila de Propriá.

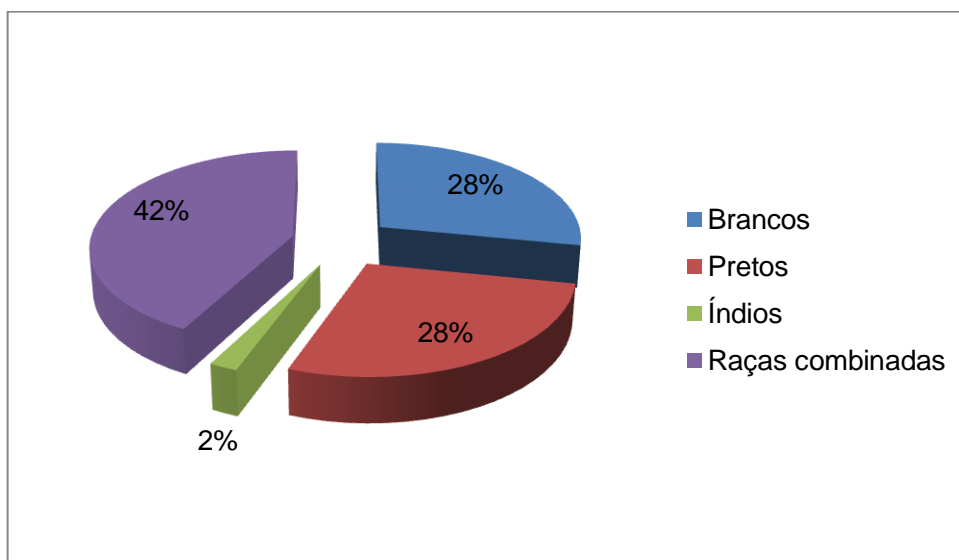
<sup>39</sup> Itapicuru. Estado da Bahia. In Almanak Laemmert (RJ) - 1891 a 1940. Edição 60, 1903.

<sup>40</sup> Cf. André Carvalho (2008), o território da freguesia de Itapicuru, atualmente abrange, além do município de Itapicuru, os municípios de Rio Real, Crisópolis, Ribeira do Amparo, Tucano, Araci, Euclides da Cunha, Queimadas, Monte Santo, Cansanção, Jeremoabo, Paripiranga, Antas e Cícero Dantas.

<sup>41</sup> Descrição de 1817, realizada por José F. da Matta Bacellar. Fundo Padre Aurélio, doc. 393, cx. 175.

<sup>42</sup> Considerando a terminologia da época do documento, mantém-se o termo preto, em razão das especificidades apresentadas e para demonstrar fidelidade ao documento original.

**Gráfico 1.** Distribuição Étnica da População de Sergipe Del Rey em 1808



Fonte: Dom Marcos Antônio de Souza (1943)

Constata-se que percentual de homens brancos e pretos (negros) é o mesmo, 28%, o que permite admitir que não eram os brancos os únicos responsáveis pela manutenção do sistema econômico escravocrata, uma vez que não dispunham de superioridade numérica em relação aos escravos, o que pode ser explicado em parte pelos 42% de indivíduos de raças combinadas, resultantes do processo de miscigenação (europeus, índios e negros) e das possíveis relações de dependência e associação construídas na sociedade dos oitocentos. Outro ponto que merece atenção é o reduzido percentual de índios, nos dois primeiros séculos, que perfazem somente 2% da população.

Fator que ajuda compreender a força hegemônica exercida pelo homem branco é a construção de alianças mútuas de defesa e proteção, procedimento efetivamente possível de ser realizado entre pares, nesse caso, senhores brancos de posse, estratégia que se assentava e mantinha através bons acordos, selados, geralmente, por alianças matrimoniais.

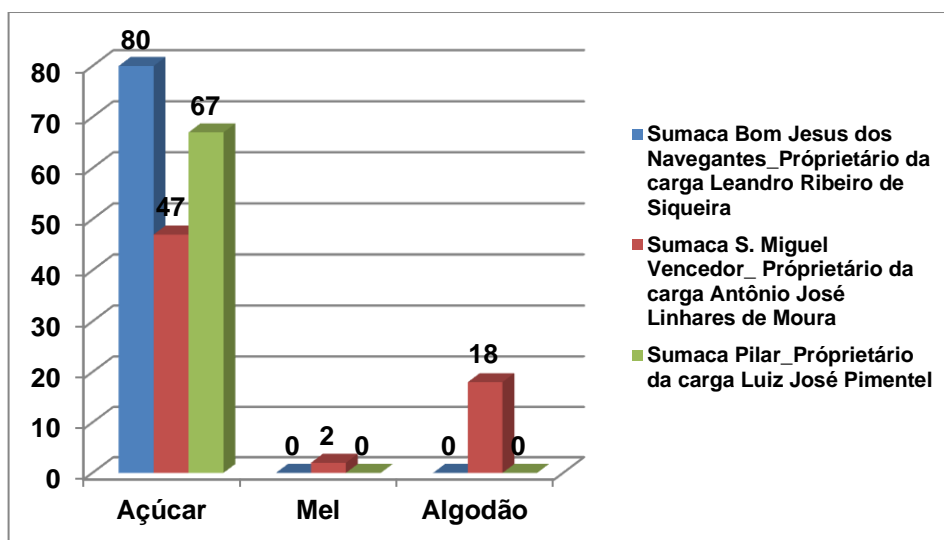
Numa perspectiva de registro demográfico semelhante a de Dom Marcos Antônio de Souza, em 1821, José Antônio Fernandes<sup>43</sup>, funcionário do governo

<sup>43</sup> José Antônio Fernandes atua como funcionário de Sergipe Del Rey e em sua análise constrói um panorama da Capitania, destacando aspectos como localização, população, vilas e ouvidorias, finanças, produtos agrícolas e da pecuária para consumo interno e de exportação, dificuldades de comunicação e deslocamento, capacidade militar e destacamentos, vida religiosa e patrimônio da Capitania. A existência dessas informações possibilita uma visão ampla das condições de que na época os governos e seus representantes deveriam estar cientes. Ver mais em FERNANDES, 1913, p.46-50.

colonial, construiu painel informativo sobre a Província<sup>44</sup> de Sergipe. Esse documento dá conta de população de 114.916 almas na Capitania e da existência de seis missões indígenas, deixando entrever a complexidade da administração e a importância da construção da representatividade entre freguesias da Capitania. No documento-relatório são descritos os produtos agrícolas cultivados, destacando-se açúcar, algodão, farinha de mandioca, cereais - feijão e milho - e mel. No campo da pecuária destaca-se a criação de gado *vacum* e *cavalar*, itens responsáveis pelo abastecimento interno e por suprir as necessidades das capitanias vizinhas, sobretudo, a da Bahia.

O periódico baiano *Idade D'ouro do Brasil*<sup>45</sup> publicou, em uma de suas edições de 1818, um relato detalhado sobre as embarcações que chegaram ao porto de Salvador, saídas da região do Cotinguiba. A análise dos dados, sumariamente indicados no **Gráfico 2**, permite conhecer o volume e a origem de alguns produtos.

**Gráfico 2.** Origem e Propriedade de Produtos de Sergipe Del Rey Embarcados Via Porto de Salvador em 1818 (toneladas)



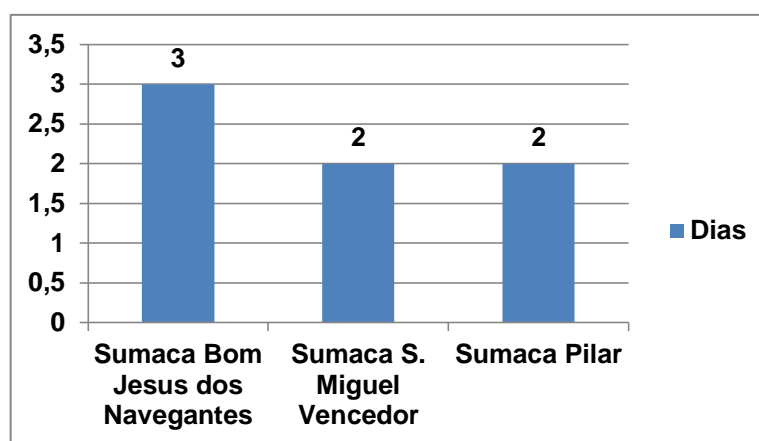
Fonte: *Idade D'ouro do Brasil*. nº 32, terça-feira 21 de abril, 1818, p. 6.  
Disponível no acervo digital da hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital.

<sup>44</sup> Embora se tenha respeitado a grafia empregada, realizou-se a leitura do documento considerando o período como anterior a 1822, marco cronológico para a alteração do termo Capitania para o termo Província. Compreende-se, assim, o relato como referente o momento histórico em que se vive a Capitania em Sergipe Del Rey.

<sup>45</sup> O jornal é o primeiro periódico impresso na província de Salvador, o informativo contava com a permissão do Governo e era impresso na Bahia, na tipografia de Manuel Antonio da Silva Serva. Sua circulação ocorria nas terças e sextas-feiras, tendo tido periodicidade regular entre 14 de maio de 1811 e 24 de junho de 1823. Ver mais sobre o periódico na publicação *A primeira gazeta da Bahia: Idade d'ouro do Brazil*, de Maria Beatriz Nizza da Silva (2011).

Constata-se que o principal produto exportado de Sergipe Del Rey, via rio Cotinguiba, com destino ao porto de Salvador, é o açúcar, seguido por, com alguma relevância, algodão. A duração média da viagem, como indicado no **Gráfico 3**, era de dois a três dias e, não tendo periódico feito referência às condições climáticas, é de se crer que a viagem por ele reportada ocorreu com tempo bom, uma vez que as condições de navegação pelas barras fluviais de Sergipe Del Rey eram apontadas como difíceis.

**Gráfico 3.** Tempo Médio de Viagem, Via Rio Cotinguiba, de Sergipe Del Rey até o Porto de Salvador em 1818



Fonte: Idade D'ouro do Brasil. nº 32, terça-feira 21 de abril, 1818, p. 6.  
Disponível no acervo digital da hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital.

A cabotagem fluvial constituía meio fundamental para escoar a produção dos centros afastados para as diferentes regiões, dado a seu baixo custo, sua grande capacidade de carga e sua confiabilidade para o transporte de cargas pelas vias interioranas, inacabadas em muitos pontos e permeadas de obstáculos físicos e geográficos. Fontes (1992) registra um roteiro com suas paradas, nos seguintes termos:

Em 1777 o Governo da Bahia determinava a criação de paradas para dar urgência à correspondência oficial. Nas paradas existentes no percurso Bahia – Vila Nova de El-Rei (atual Neópolis), se contavam entre outras, as seguintes: sítio da Água Redonda, junto do rio Real e próximo À matriz de Campos; Fazenda Maria Samba, a 5 léguas, na Comarca de Sergipe, vila do Lagarto, a 5 léguas, povoação de Itaporanga, a 9 léguas; são Cristóvão, a 2 léguas; engenho de Pedra Branca, a 7 léguas, termo da vila de Santo Amaro; engenho São João, a 9 léguas; Vila de El-Rei, a 11 léguas (FONTES, 1992, p.116).

Não obstante a dificuldade, é facilmente perceptível a importância da navegação de cabotagem. Há que registrar, ainda, as queixas de perdas em virtude

do baixo investimento na drenagem dos rios da Capitania de Sergipe, que muitas vezes ficavam entregues ao sabor das marés, o que ocasionava a inconstância e inexistência de barras seguras para transbordo e navegação. Fernandes (1913, p. 46) relata um episódio de naufrágio que sofreu “o meu naufrágio na barra de Sergipe Del Rey, quando daquela cidade me dirigia para esta Corte, me fez perder todos os documentos que eu tinha”.

Transpondo as dificuldades naturais do lugar e vivendo a partir das condições e possibilidades econômicas muitas vezes precárias, famílias se constituíram e administraram o território, gerando renda, construindo patrimônio e relações de camaradagem, transmitidas a suas descendências, e forjando a identidade do universo sertanejo.

### 2.3 Caminhos da Fortuna: Construção do Poder Local

No alvorecer do século XIX, a Capitania de Sergipe Del Rey despontava na produção açucareira para exportação. Essa atividade econômica<sup>46</sup> foi favorecida pela fertilidade do solo rico em massapê, pelas barras fluviais dos rios Real, Vaza Barris, Cotinguiba, Japaratuba e São Francisco (**Figura 3**), agentes naturais de fertilidade e canais de acesso a outras partes da Capitania, mesmo as mais distantes.

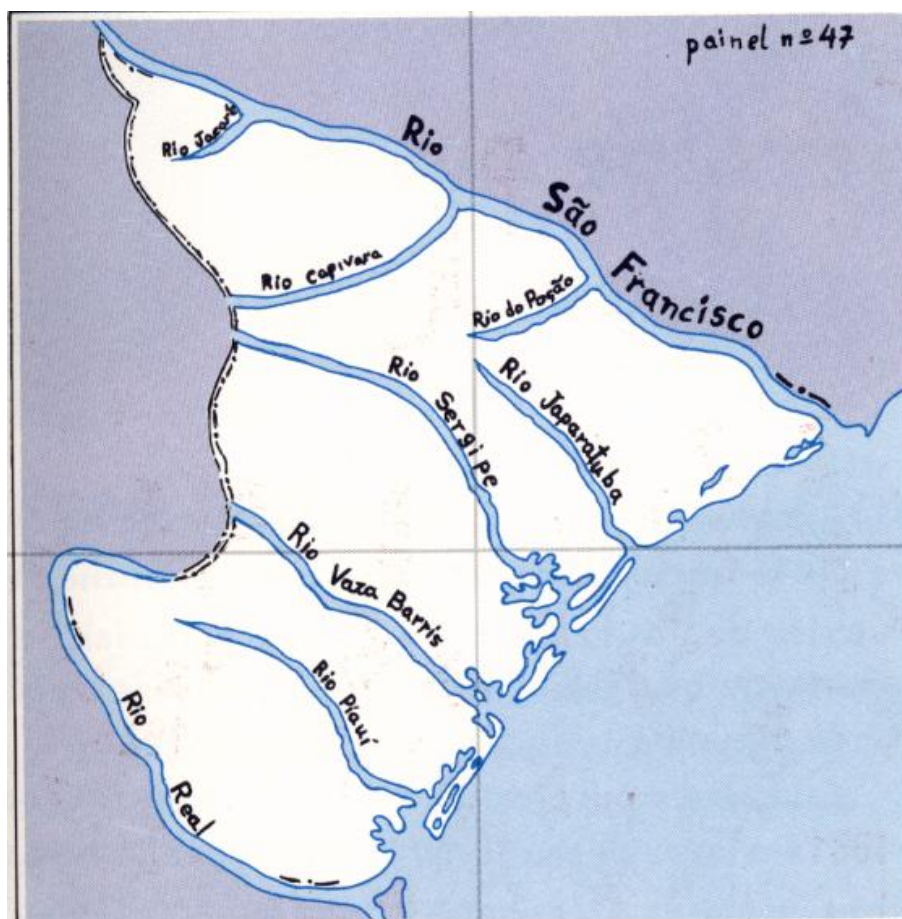
O crescimento econômico percebido é resultado da política do Marquês de Pombal e da boa fase da economia colonial nas primeiras décadas do século XIX<sup>47</sup>. Sobre a Capitania de Sergipe Del Rey, Fontes (2002) relata:

Dá-nos de Sergipe uma imagem de prosperidade. O seu comércio, orientado para a cidade da Bahia, abrangia sobre tudo, açúcar “algum” tabaco, algodão, farinha, feijão, milho, arroz, couros secos [...] produtos agropecuários ou resultado de transformação industrial desses produtos, como açúcar e couro. A exportação era de 869 mil cruzados, 93 mil e 500 réis, para uma importação de 170 mil cruzados, 351 mil, 631 réis. *Superávit*, portanto, de 699 mil cruzados, 263 mil, 131 réis. Província de vida econômica equilibrada (FONTES, 2002, p.145).

<sup>46</sup> Para saber mais sobre a economia de Sergipe, ver Maria da Glória Santana de Almeida, *Sergipe: Fundamentos e uma economia dependente* (1984), e Josué Modesto dos Passos Subrinho, *História Econômica de Sergipe - 1850-1930*, (1987).

<sup>47</sup> Ver JÚNIOR FERREIRA, Fernando Afonso. Derrubando os Mantos e as Negras Sotainas (Sergipe Del Rei na Crise do Antigo Sistema Colonial – 1763-1823). Dissertação de mestrado. Campinas, Unicamp, 2003.

**Figura 3** - Mapa dos Principais Rios de Sergipe (1983)



Fonte: Museu de Arte e História Rosa Faria, Aracaju, 1983.  
Disponível no Instituto Tobias Barreto.

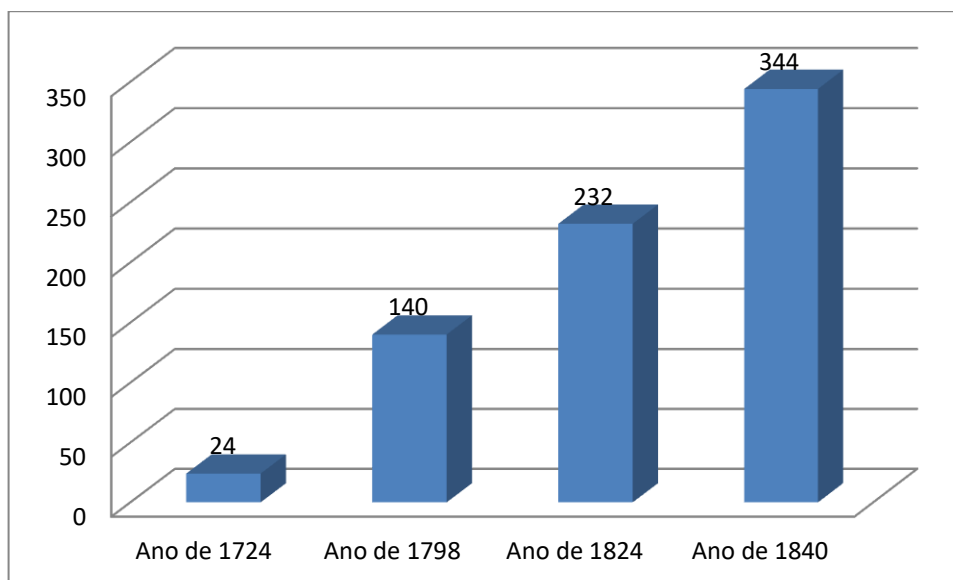
A organização da atividade produtiva fez movimentar a economia da Capitania; propiciou tímido desenvolvimento interno nas vilas, em todo o território; fez crescer os índices populacionais, impulsionados pelo aumento da mão de obra escrava, graças ao tráfico; e gerou enriquecimento provocado pelo sucesso da lavoura açucareira, cujo crescimento no número de engenhos vai ilustrado no **Gráfico 4**.

A economia açucareira no vale do Cotinguiba<sup>48</sup> cresceu ao longo dos anos em razão, principalmente, da alta produtividade, favorecida pela fertilidade do solo e pelo número de senhores de engenho que, juntamente com suas famílias, passaram a investir na atividade açucareira, aumentando o número de propriedades e a produção. Soma-se a esse contexto a instabilidade internacional decorrente de conflitos entre a França e a Inglaterra nas últimas décadas do século XVIII, da

<sup>48</sup> Região situada no leste de Sergipe Del Rey que compreende os espaços territoriais ricos em solo massapê, propícios ao cultivo da cana-de-açúcar.

revolta em São Domingos (atual Haiti), condição essa que resultou em condições favoráveis ao aumento da produção de açúcar no Recôncavo baiano, no sul da Bahia e em Sergipe Del Rey<sup>49</sup>.

**GRÁFICO 4** - Engenhos em Sergipe Del Rey entre 1724 e 1840



Fonte: NUNES, 2000, p. 22.

De acordo com Mott (1979), a população de Sergipe, em 1825, como mostram as **Tabelas 1 e 2**, estava distribuída por três zonas (cana de açúcar, pecuária e policultura) e compreendia brancos, pardos, negros e índios em situação jurídico-social de ingênuos, libertos, cativos ou brancos/índios.

**TABELA 1** - Distribuição da População de Sergipe em 1825

Cores/Etnias	Zonas Produtivas/Municípios		
	Cana de Açúcar / São Cristóvão e Santo Amaro	Pecuária / Lagarto	Policultura / Propriá
Branços	21,1%	17,1%	29,0%
Pardos	44,8%	45,0%	51,5%
Negros	32,8%	36,6%	17,6%
Índios	1,3%	1,3%	1,9%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: MOTT, L. R. B. In: RIHGSE, nº 28, 1979-1982, p. 23.

Constata-se que os pardos são predominantes nas três áreas, com mais de 50% do contingente populacional na área de policultura, cujo epicentro era Propriá. A maior concentração de população negra e branca estava, respectivamente, nas áreas de pecuária e policultura, cujos epicentros eram Lagarto

<sup>49</sup> Para saber mais ver Stuart Schwartz, *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 342-345 e *Escravos, Roceiros e Rebeldes*, 2001, p. 157-170.

e Propriá. A área de policultura tinha o menor contingente de negros e o maior de índios, que, na época, representavam já menos de 5% da população.

**Tabela 2** - Distribuição da População Segundo a Situação Jurídico-Social em 1825.

Situações Jurídico-Sociais	Zonas Produtivas/Municípios		
	Cana de Açúcar / São Cristóvão e Santo Amaro	Pecuária / Lagarto	Policultura / Propriá
Ingênuos	44,1%	34,1%	37,1%
Libertos	1,7%	23,1%	4,9%
Cativos	31,8%	24,4%	17,1%
Branços / Índios	22,4%	18,4%	30,9%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: MOTT, L. R. B. IN: RIHGSE, número 28, 1979-1982, p. 23.

Verifica-se, dos dados apresentados, que a área de cultivo de cana de açúcar, com epicentro em São Cristóvão e Santo Amaro, apresentava a maior concentração de ingênuos e de cativos e a menor de libertos. A área de pecuária, com epicentro em Lagarto, reunia o maior contingente de libertos e o menor de brancos / índios. A área de policultura, com epicentro em Propriá, detinha o menor percentual de cativos.

Segundo Dantas (1975, p. 421–452), a questão indígena pode ser analisada a partir das missões existentes em Água Azeda (área próxima aos rios Vaza Barris e Poxim); Pacatuba (área próxima ao rio Poxim); Japarutuba (área próxima à foz do rio São Francisco) e São Pedro, (área próxima ao rio São Francisco)<sup>50</sup>.

Em *Memórias sobre a Capitania de Sergipe*, Souza (1943), ao descrever o trabalho escravo nos engenhos, compara as condições de vida do negro em Sergipe Del Rey e na Bahia e atribui a produtividade da Capitania ao trato alimentar, fruto da diversificada cultura de mantimentos, que subsidiava e garantia a subsistência do escravo, bem como o tratamento diferenciado dado ao negro pelos senhores de engenho de Sergipe, que precisavam manter suas peças em uso, prolongando ao máximo o tempo de 'vida útil', haja vista os custos de sua substituição. Assim, justifica-se a prosperidade da Capitania e a maior rentabilidade da propriedade rural.

Sobre essa análise, Sharyse Amaral (2007) defende que a descrição não condiz com a realidade dos escravos, considerando que nas primeiras décadas do século XIX, durante as lutas por independência, aspecto analisado mais à frente,

<sup>50</sup> Sobre o tema, ver também o estudo *Aldeamentos Indígenas em Sergipe Colonial: Subsídios para a Investigação de Arqueologia Histórica*. Dissertação de Mestrado de Pedro Abelardo de Santana. UFS, São Cristóvão, 2004.



existiram revoltas de escravos, fugas e formação de quilombos em Sergipe. Contudo, a pesquisadora defende ser possível considerar aspectos relacionados às condições de alimentação dos escravos, uma vez que o território de Sergipe era produtor de gêneros de subsistência incorporados na dieta dos escravos, o que resultava em sua escassez na região do Recôncavo baiano. Além disso, entende as relações conjugais entre escravos como incentivo à reprodução natural, prática que auxiliava a manutenção da força de trabalho.

Dantas (2009), em *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909), o patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe*, descreve o movimento da vida no campo e chega à conclusão de que, nas vilas, o desenvolvimento em geral acompanhava o ritmo da natureza, acontecendo de forma lenta e um tanto estagnado, uma vez que a população vivia dependente do campo e da atividade dos engenhos, que atuavam com relativa autossuficiência.

Nesse cenário, a Comarca de Sergipe Del Rey e a Capitania da Bahia encontram-se interligadas, sendo a influência da Bahia predominante no sul da Capitania de Sergipe, utilizando as rotas dos rios Piauí e Piauitinga, via vila de Estância, e do rio Real, rota de comércio voltada, essencialmente, para o escoamento da produção destinada à exportação para a Europa (DANTAS, 1980, p. 17).

Sobre a destinação e os consumidores dos produtos de Sergipe, Antonio (2012) registra:

As vilas do sul, próximas ao rio Real, com as de Santa Luzia do Itanhy e Estância, tinham seus produtos basicamente direcionados ao mercado baiano; a região do baixo São Francisco, mais especificamente em Vila Nova, enviava os produtos de Sergipe para a capitania de Pernambuco. Nessas áreas estavam, os consumidores dos subprodutos do gado, além de milho, feijão e, sobretudo farinha de mandioca. Comida básica dos escravos e da população pobre e livre (ANTONIO, 2012, p.30).

A conjuntura deixava Sergipe Del Rey em situação de dupla dependência: da vizinha capitania baiana e da metrópole lusa, que, no entanto, não obstante sua pouca autonomia, construía seu espaço de representatividade, cuja caracterização Dantas (1980) faz nesses termos:

[...] com a sua igreja matriz, as missas conventuais, a presença dos senhores e senhoras a movimentá-las com suas riquezas de vestidos farfalhantes, roupas de casimira inglesa, chapéus-coco e bengala de

castão de ouro. O pároco a pregar sermões de simpatia aos senhores. O comércio de representação grossistas e retalhistas, tudo isso compõe uma tradição de participação política que elevou a vida municipal a destaque inusitado na sociedade provincial (DANTAS, 1980, p. 16).

O movimento religioso urbano contribuiu para reforçar e assegurar o prestígio dos possuidores de riqueza, cuja influência, legitimada pela relação desenvolvida com os membros do clero, ultrapassava os limites de seus currais e engenhos.

#### **2.4 A Família Fontes: Origem e Relações Políticas em Sergipe Del Rey**

A sociedade e a economia do século XIX mantiveram-se fundamentalmente relacionadas às questões agrárias e tiveram sua sustentação no trabalho escravo; além das questões sociais e econômicas, destacava-se a vida política, enquanto espaço de atuação do homem moderno.

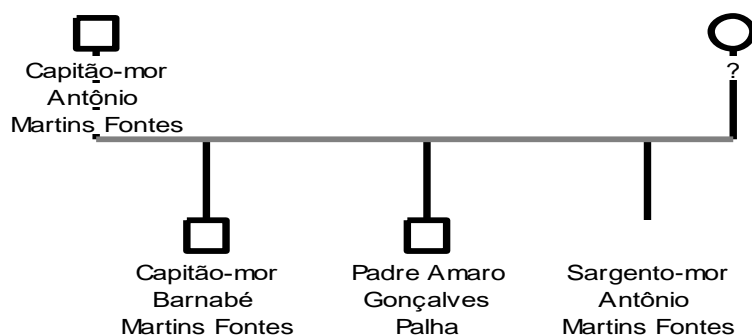
Em Sergipe Del Rey, algumas famílias se sobressaíam em riqueza e influência, como os Dias Coelho e Melo, em Itaporanga, o Barão de Itaporanga, o Barão de Estância, unidos por laços de matrimoniais à família do comendador Botto e aos Faro Rollemberg; os Nabuco de Araújo e os Silveira, na vila de Estância; os Martins Fontes, em Lagarto; os Rabelo Leite, e os Barros Pimentel, da vila de Laranjeiras, que buscavam, em regime de aliança e camaradagem, defender seus interesses e os daqueles representados por eles.

Os descendentes de Gaspar de Fontes, no século XXI estima-se que já estaria em sua quarta geração. Araújo (2006, p. 206) conta que moravam na vila de São Cristóvão, em 1647, Antônio de Fontes e sua esposa Ana Dalpoem, possível elo entre o antigo Gaspar de Fontes e a sua prole. E acrescenta Araújo que no livro de registro da *genere* ao sacerdócio, na diocese da Bahia, do ano de 1808, encontra-se registro de José Jacinto de Fontes, natural da freguesia de Nossa Senhora da Estrela, vila da Riba Grande, Ilha de São Miguel, Açores, e morador da Vila da Cachoeira, Bahia, filho de Dionísio de Fontes, natural da Ilha de Santa Maria, e dona Maria Benevides, nascida em Ponta Delgada. Jacinto de Fontes é neto do açoriano Gaspar de Fontes, nascido em 1720, provável membro da mesma matriz genealógica de Gaspar de Fontes, o sesmeiro de Sergipe Del Rey, nascido por volta de 1555.

Sobre a matriz genealógica dos Martins Fontes, há algumas lacunas. Tem-se, no entanto, de modo preciso sobre sua origem dados a partir do no século XVIII, período em que capitão-mor Antônio Martins Fontes (1679 – 1753), destaca-se nas vilas de Lagarto e Campos. Sua atuação política é marcada pela ativa participação junto com seus filhos, capitão-mor Barnabé Martins Fontes, Padre Amaro Gonçalves Palha, e o sargento-mor Antônio Martins Fontes.

Da parte do capitão-mor Barnabé Martins Fontes em seu matrimônio com dona Ana Josefa dos Anjos não se pode constar a existência de filhos<sup>51</sup>. O Padre Amaro dedicou-se a vida sacerdotal sendo adepto do celibato. O sargento-mor Antônio Martins Fontes, homônimo de seu pai, casou e constituiu família com Mariana Brandão de Barros, com a qual teve por filhos, João Martins Fontes (1762-1848), tenente-mor Antônio Martins Fontes (também homônimo do pai), Barnabé Martins Fontes e Mariana Brandão de Barros.

**Figura 4.** Ramo genealógico do Capitão-mor Antônio Martins Fontes (1679 – 1753)



Fonte: Fundo João Dantas Martins dos Reis. Cx. 26. Documento 034, IHGSE.

O reconhecimento desses clãs por seus contemporâneos provinha de sua projeção social, seja na representatividade política, seja na prosperidade de seus negócios, evidenciada no patrimônio material construído e tornada pública quase sempre nos inventários *post-mortem*, que, mais que testemunho da sua morte, eram demonstração de vida, material e até mesmo, muitas vezes, espiritual.

Segundo Furtado (2013, p.102-103), esses documentos inventariantes eram, em geral, constituídos por considerável número de páginas, nas quais constava síntese dos bens arrolados após morte (*post-mortem*), para serem transmitidos aos herdeiros e entre eles partilhados, e lista de créditos e de credores integrantes do processo de inventário.

<sup>51</sup> Conforme testamento do capitão-mor Barnabé Martins Fontes, documento incompleto datado de sete de novembro de mil setecentos e setenta, disponível no Arquivo Público do Judiciário do Estado de Sergipe. Arquivo Permanente. Fundo São Cristóvão, LRT- 1770/1776.

Em razão da análise do inventário do tenente-mor Antônio Martins Fontes, homônimo de seu pai, por meio do seu legado e à luz do seu inventário<sup>52</sup> de 1831, composto por trinta e uma páginas, tem-se noção do patrimônio deixado para seus herdeiros. Firmiano Martins Fontes (inventariante), Ignácio Martins Fontes, Manuel Martins Fontes e José da Fonseca Dórea, marido da filha Mariana Josefa de Resende, que recebeu como dote, sem mais direitos de herança, um escravo crioulo, de nome Francisco, no valor de 150\$; uma negrinha, de nome Raimunda, avaliada em 50 \$, e 75 \$<sup>53</sup> em ouro. O inventário *post-mortem* apresentava patrimônio constituído por ouro, prata, cobre, gados, imóveis, escravos e outros bens, contabilizando montante de 1:329\$470, com saldo de dívidas do falecido de 1:198\$380, perfazendo patrimônio líquido 131\$090<sup>54</sup>. Pelas somas resultantes o sargento-mor, faleceu aos quarenta e três anos, deixando a família com poucos recursos e um singelo patrimônio.

Cabe considerar o maior legado herdado foi à política construída pelo patriarca e explorada por seus descendentes e que teve no filho, João Martins Fontes (1762-1848), um dos mais atuantes e combativos preservadores dessa herança, capaz de se envolver diretamente em campanhas eleitorais e tudo fazendo para ver prevalecer sua influência e seu prestígio.

A política provincial e a territorialidade do poder perfez a realidade segundo a qual os Martins Fontes souberam atuar com firmeza de desprendimento. Relatos de acusações e denúncias é uma constante e pode ser verificada em volume de maços trocados entre representantes e aspirantes ao poder<sup>55</sup>.

A política, os negócios e a família constituíam pilares de sustentação e consolidação do prestígio e do poder da elite escravista e, associados, potencializavam a formação de clã numeroso, capaz de assegurar e garantir a continuidade das atividades na política, nos negócios e na família por sucessivas gerações.

Desde o período colonial, o casamento, muitas vezes, constituía estratégia ascensão social, e as famílias que não encontrassem bons casamentos para suas integrantes femininas, se dispunham a encaminhá-las para a vida religiosa, o que,

<sup>52</sup> Inventário do tenente-mor Antônio Martins Fontes, caia nº 08, período de 1830-1834. Arquivo Público do Judiciário do Estado de Sergipe. Arquivo Permanente. Fundo São Cristóvão, 1º Ofício, nº geral 21.

<sup>53</sup> Idem.

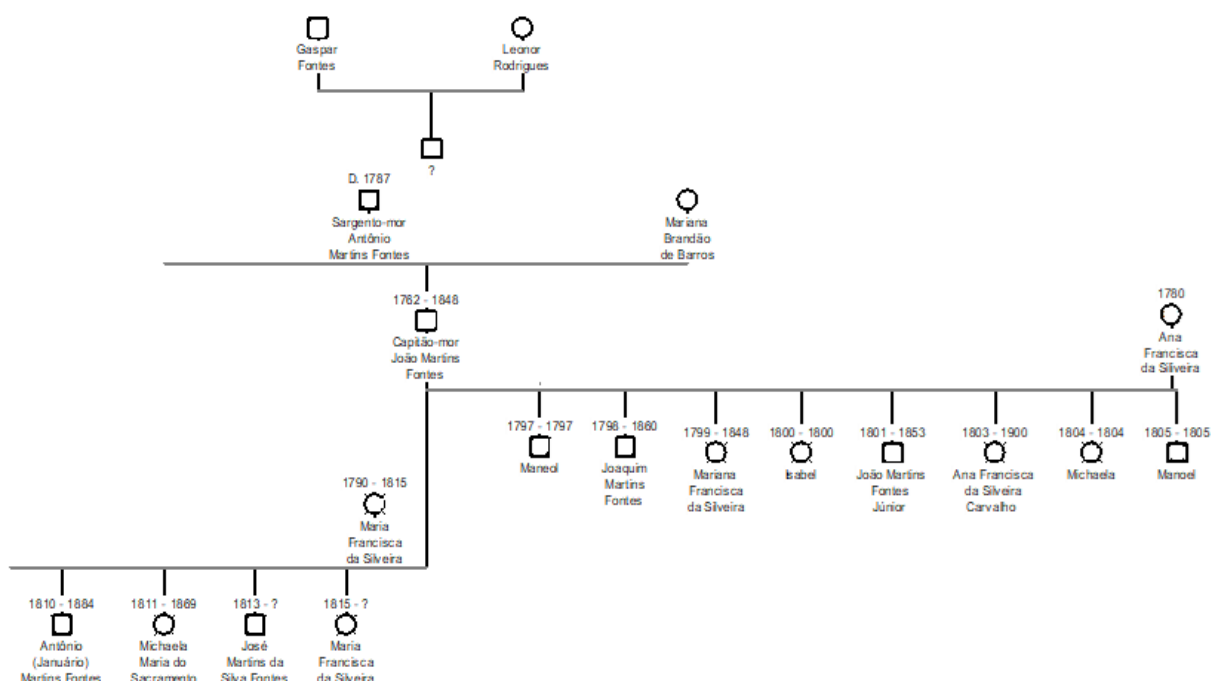
<sup>54</sup> Inventário do tenente Antônio Martins...

<sup>55</sup> AS JUNTAS..., 1973, nº 2, 258 A, p. 755.

ensejou, por exemplo, segundo Mott (2008, p.33), que, nos setecentos, muitas sergipanas ingressassem no Convento da Soledade.

O capitão-mor João Martins Fontes casou-se por duas vezes, nos anos de 1796 e 1807<sup>56</sup>, em razão de viuvez, com senhoras da mesma casa. Um panorama sobre a Família Martins Fontes vai ilustrado na **figura 5**.

**Figura 5.** Esboço de Árvore Genealógica dos Fontes



Fonte: Fundo João Dantas Martins dos Reis. Cx. 26. Documento 034, IHGSE.<sup>57</sup>

Sua primeira união foi com Ana Francisca da Silveira (1780-1806); a segunda, com sua cunhada, Maria Francisca da Silveira (1790-1815), irmã da falecida esposa. A relação conjugal estabelecida aproximou da família Silveira - ligada, segundo Guaraná (1925, p. 42), aos Távora, membros da alta nobreza de Portugal -, berço de figuras como o brigadeiro Manoel Fernandes da Silveira e monsenhor Fernandes da Silveira, respectivamente, primeiro presidente da Província de Sergipe e fundador da imprensa sergipana.

Sobre a família Fontes têm-se ainda, dados de solicitação de auxílio, datado de 1810, ao Coronel Domingos Dias Coelho e Mello – o Barão de Itaporanga<sup>58</sup> -, e

<sup>56</sup> Assunto das idades dos meus filhos, manuscrito escrito por João Martins Fontes. Fundo João Dantas Martins dos Reis, Caixa, 416, documento nº 005, IHGSE.

<sup>57</sup> Dados igualmente presente no livro de anotações do Barão de Jeremoabo, segundo o qual Manoel, Isabel, Michaela e Manuel falecem ainda crianças ou logo após o parto. Camuciata – Itapicuru-Ba, 1895.

sua mulher D. Maria Michaela Coelho Dantas e Melo, moradores da vila de Santa Luiza, via Ouvidoria de Sergipe Del Rey, segundo o qual João Martins Fontes e sua mulher Maria Francisca da Silveira, solicitavam a mediação do casal para testemunharem em seu favor, atestando ser de propriedade dos Martins Fontes o Engenho Campos da Barra, propriedade situada nos termos da vila de Lagarto. A família Martins Fontes, buscava meios para legitimar a posse da sua propriedade, sítio e móveis<sup>59</sup>.

A solicitação demonstra a existência de relações internas pelas quais estavam alicerçadas a economia, a política e o mandonismo local, personificado na atuação do Barão de Itaporanga e da sua família na política de Sergipe Del Rey.

---

<sup>58</sup> Patriarca da emergente família Dias Coelho e Melo, que se destaca na política desde em fins do século XVIII, da qual em razão do seu prestígio agrega para os seus um duplo baronato, Barão de Itaporanga (Domingos Dias Coelho e Melo) e Barão de Estância (Antônio Dias Coelho e Melo), pai e filho respectivamente, permanecendo atuante na política até o século XIX.

<sup>59</sup> Anotações relativas aos filhos do capitão-mor Joaquim Martins Fontes. Manuscrito. Fundo João Dantas Martins dos Reis, caixa 416, documento 040 – IHGSE.

### 3 TRANSFORMAÇÕES NO PANORAMA COLONIAL: REFLEXOS EM SERGIPE DEL REY

As duas primeiras décadas dos oitocentos, o período entre 1808 e 1822, aparecem nos anais da história do Brasil como momento político-social de incertezas e indefinição, condição que o despontava a necessidade da construção de novos arranjos político-administrativos com ajustamento de alianças políticas, para fazer frente à reinante incerta instaurada.

O processo de transição das estruturas políticas coloniais para a proposta de poder da monarquia imperial instaura-se a partir de 1822, momento em que a composição administrativa do poder do nascente Império do Brasil passa a ser organizado.

Maria Odila Dias (2005)<sup>60</sup> defende que a vinda da família real ao Brasil, em 1808, motivada pelo contexto internacional, foi uma das formas encontradas para pôr em prática os rumos da separação do reino de Portugal das terras da América, consolidada pelas políticas de autonomia constituídas, como a abertura dos portos, e fundamentada na continuidade da liderança e poder instituídos pelas elites governantes.

Dado aos últimos acontecimentos político-administrativos, cabe considerar que,

[...] Os anos de 1807 e 1808 assistiram à transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Pouco tempo depois, o Estado do Brasil teve seu *status* institucional alterada para Reino Unido a Portugal e Algarves, bem como D. João VI foi aclamado rei de Portugal na Cidade do Rio de Janeiro. Em menos de duas décadas, o Brasil havia vivenciado experiências extraordinárias, que combinaram em sua emancipação política do império Português em 1822 (GOUVÊA, 2008a, p.17).

A separação do reino de Portugal e a construção da autonomia do Brasil impuseram, como necessária, a construção de novos eixos institucionais internos e externos, numa construção política capaz de organizar o novo governo imperial brasileiro, com sede no Rio de Janeiro, a múltipla administração das províncias sem

---

<sup>60</sup> Sobre o assunto, ver *A interiorização da metrópole e outros estudos* (2005), obra na qual Maria Odila ressalta a vinda da Corte portuguesa para a América, como mais uma etapa de continuidade para a transição da condição de Colônia para o *status* de Império, além de tratar da independência e da manutenção da unidade nacional, dos movimentos centrados na continuidade das elites dirigentes constituídas antes e depois da independência, entre outros temas.

que causasse grandes rupturas políticas e territoriais e o controle das manifestações de insatisfação por parte dos simpatizantes do Reino de Portugal.

Contudo, embora com a mudança do comando do governo, na prática, manteve-se a mesma estrutura social escravocrata e latifundiária, na qual os mesmos grupos sociais compostos por senhores possuidores de terra, renda, e influência local e regional conservaram para si e para os seus as inúmeras vantagens, à moda do período colonial.

A proclamação da independência, assim analisada, é parte do processo interno de ajustamento colonial, segundo o qual, influenciado por alterações provocadas pela interiorização da Metrópole com a vinda da Corte, construíam-se as bases necessárias para a instituição da separação entre os reinos, do velho mundo europeu e do novo mundo, na América. Assim,

O fato é que a consumação formal da separação política foi provocada pelas dissidências internas de Portugal, expressas no programa dos revolucionários liberais do Porto e não afetaria o processo brasileiro já desencadeado com a vinda da Corte em 1808. [...] a opção de fundar um novo Império nos trópicos já significaram por si uma ruptura interna dos setores políticos do velho reino. [...] A história da emancipação política do Brasil tem a ver, no que se refere estritamente à separação política da Mãe Pátria, com os conflitos internos e domésticos do reino, provocados pelo impacto da Revolução Francesa. [...] Em Portugal, a devastação e a miséria da guerra, agravada pela pressão da antiga nobreza, foram ainda mais acentuadas pelo tratado de 1810 que não só retirava qualquer esperança de reviver o antigo comércio intermediário de produtos coloniais exercido pelos comerciantes dos portos portugueses, como também prejudicava o processo incipiente de industrialização [...]. Ante a miséria desse período de crise e de extrema decadência, confrontavam-se o reino com a relativa prosperidade e otimismo de perspectivas que se abriam então para o Brasil (DIAS, 2005, p. 12-14).

A formação do Império monárquico brasileiro criou espaços de rivalidade marcados por disputas entre representantes do poder nas diferentes regiões e entre as instituições que o compunham, provocando tensões internas e raciais, princípio da fragmentação, do regionalismo e da falta de unidade (DIAS, 2005, p. 17).

O sistema político e administrativo do Estado monárquico brasileiro, no entender de Martins (2007), estava associado a uma teia de solidariedade recíproca na elite, com a qual buscava enfraquecer o poder local resultado de alianças inter-regionais.



O Estado, assim entendido, deixa de ser um representante das classes dominantes consideradas exclusivamente no sentido econômico, ou mesmo um instrumento das classes sociais ou arena de conflitos de classe, para revelar-se como resultado de uma interação permanente entre os agentes sociais e políticos que compõem a sociedade e que sobre ela atuam diretamente, a partir de sua inserção na estrutura do governo. Nesse sentido, ele surge e se transforma tomando por base a organização e mobilização desses grupos de agentes, organização esta que se torna possível graças não apenas a uma identidade comum entre seus membros, mas também a partir das redes sociais e práticas de negociação que os ligam uns aos outros e que competem com outros grupos pela capacidade de influenciar o Estado e dele obter benefícios (MARTINS, 2007, p.27).

Assim, os interesses regionais se sobrepuseram ao poder exercido pelas antigas câmaras municipais, construindo novo espaço nas diferentes províncias. O que antes estava restrito ao âmbito das câmaras municipais, agora se apresentava como nova possibilidade da dinâmica política iniciada nas primeiras décadas do século XIX, com a construção de novo modelo político: a monarquia brasileira.

Os diversos grupos existentes e espalhados pelo interior das províncias estavam associados ao governo imperial instalado no Rio de Janeiro e, de todo modo, buscavam ascender junto às novas propostas político-administrativas em voga<sup>61</sup>.

A Assembleia Provincial passou a representar o meio pelo qual era possível alimentar e criar novos sentidos e movimento aos diferentes desejos de ascensão, atuando ainda como conexão entre poder local e regional, de forma a assegurar participação e a presença na Corte Imperial, situada no Rio de Janeiro, que impunha, no entanto, como ensina Gouvêa (2008b), limites, nem sempre acatados, à ação da instância provincial:

[...] as regras jurídico-institucionais limitavam de modo bastante significativo o raio da ação executiva da assembleia provincial - fortemente submetida às jurisdições do presidente de província [...] Por outro lado, várias foram as estratégias adicionadas pelos deputados provinciais no sentido de transformar essa mesma assembleia em poderoso espaço de expressão e de negociação política os grupos de interesse existentes no interior da província, bem como é entre esses, o governo provincial e o governo Imperial sediado na corte do Rio de Janeiro (GOUVÊA, 2008b, p.120-121).

Nessa análise é preciso, no entanto, ponderar as diferentes realidades existentes nas províncias durante o processo de formação da Monarquia

<sup>61</sup> Cf. Graham 1997; Martins, 2007.

Constitucional no Brasil. Entre os anos de 1808 e 1821, estavam em desenvolvimento os princípios das novas práticas políticas sugeridas no período e, embora se tenha começado este fragmento apresentando as mudanças nas competências regionais e locais, com restrição do poder e atribuições exercidas pelas câmaras municipais em favor do ascendente poder das Assembleias Provinciais concedido pelo Governo Imperial, é importante atentar para o fato de que em Sergipe Del Rey esse processo não aconteceu. Passa-se agora a conhecer a trajetória desenvolvida nesses sertões.

### **3.1 Sertão: Cultura, Política, Negócios e Família**

Decorridos três séculos do início do processo de colonização, nas duas primeiras décadas dos oitocentos, a estrutura econômica no Brasil permanecia latifundiária e de base agrária, centrada nas relações comerciais e econômicas ligadas à exploração de grandes propriedades, à extração de minérios e ao comércio, operadas pelo trabalho da mão de obra escrava.

A administração pública se organizava graças ao trabalho de uma burguesia letrada, detentora, sobretudo de uma proteção paternalista e fundamentada na indicação e no apadrinhamento político. A construção de alianças reforçava a defesa dos interesses destes e dos seus agregados, constituindo grupo social formado por duradouros laços de compromisso.

No universo rural, contudo, ‘reinava’ o chefe da família<sup>62</sup>, personagem responsável por fazer todas as provisões necessárias ao seu eixo de parentesco e aos seus agregados<sup>63</sup>. Esse chefe local, no campo político atuava como mandante responsável por resolver questões ligadas a finanças, moradia, auxílio à saúde e até mesmo formação de família. A lógica do seu poder estava nas necessidades dos que o cercavam.

O monopólio exercido lhe rendia acumulação de capital econômico e cultural. Sua posição lhe permitia transitar por diferentes espaços impondo a censura, quando julgasse necessário, dentro do seu universo de atuação. Em contrapartida, esses senhores tornaram-se prisioneiros de seu poder, por necessitarem manter, a todo custo, seu prestígio social, além de serem

---

<sup>62</sup> Esse modelo de chefe local encontra-se descrito na obra clássica *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, (1933).

<sup>63</sup> Para compreender a história da família para além do modelo patriarcal nordestino, ver: *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XXI*. SAMARA. E. M. Marco Zero. São Paulo. 1989.

responsáveis por perpetuar gerações, estabelecendo inclusive alianças com outros senhores com igual expressão política. O jogo exigia que fossem selados acordos de solidariedade e respeito mútuo, para garantir a manutenção da prosperidade alcançada.

Essa tradição se estabeleceu desde o princípio da sociedade colonial e, nesse contexto, tem-se a família do casal Francisco Gonçalves Leite e Joana Vitória de Souza, sesmários que, nos idos do século XVIII, vindos provavelmente da região portuguesa do Moinho ou do Douro, aportaram na capitania da Bahia, então sede do governo colonial português, com as filhas Leandra Sancha Leite e Maria Leite de Souza. A família fixou moradia nas sesmarias Salgado e Poço Grande, região sertaneja de Tiuiu<sup>64</sup>, território integrado a Vila de Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru de Cima, na época freguesia de Santana, e Santo Antônio dos Tucanos, desenvolvendo atividades de subsistência relacionadas com agricultura e pecuária. A divisão político-administrativa da Província da Bahia, em 1827, vai ilustrada na **Figura 6**.

Leandra Sancha Leite casou-se com o alferes Baltazar dos Reis Porto, oficial de baixa patente, que, acumulou bens e em razão de seu capital político e econômico, tornou-se capitão-mor. Parte de seu patrimônio resultou de sua atuação como representante da Casa da Torre iniciada por Tomé de Sousa, primeiro Governador-Geral do Brasil a partir de 1549.

Menção deve ser feita aos Garcia D'Ávila, que desempenharam papel decisivo no processo de conquista de Sergipe Del Rey e parte do Piauí, tornando-se, de acordo com Vainfas (2001, p.262-263), proprietários de aproximadamente cinquenta por cento do território, depois de muitas lutas, inclusive contra os nativos. A extensa propriedade da família Garcia D'Ávila era administrada por procuradores, que dispunham de autoridade para fazer prevalecer, em nome do proprietário, sua vontade e despotismo<sup>65</sup>.

---

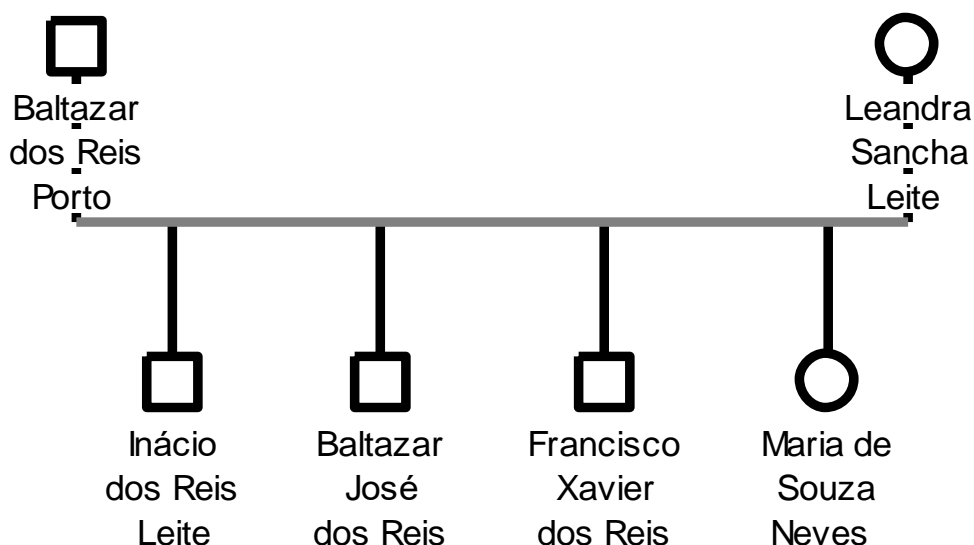
<sup>64</sup> O termo faz referência à ave tuiuiú (jaburu ou jabiru), uma ave da família das *Ciconiidae*, nome científico *Jabiru mycteria*, do tupi *yabi'ru* ou *iambyrú*, conhecida por ser ave símbolo do pantanal matogrossense, é também encontrada na Bahia. Ver mais em Dicionário ilustrado tupi-guarani (WEB).

<sup>65</sup> O procurador atuava na administração das rendas e as demandas do seu senhor, cuidando do seu patrimônio. Sobre a relação entre os procuradores e Garcia d'Ávila, consultar a obra de Pedro Calmon, *História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros*, 1958.



seus filhos, a **Figura 7** ilustra a composição da família, o novo proprietário montou um engenho de moer cana e fixou residência.

**Figura 7.** Tronco Genealógico dos Reis



Fonte: CARVALHO JÚNIOR, 2006.

Coube também a capitão-mor Baltazar a construção da casa grande, da capela dedicada a São Antônio, nome que deu origem ao engenho – Santo Antônio do Camuciatá - e da senzala.

Os varões da família Reis prosseguiram na trajetória do pai, exercendo cargos públicos, mantendo o prestígio político, econômico e social na região e garantindo o *status* adquirido pelo capitão-mor Baltazar dos Reis Porto.

Cabe assinalar que a atuação do Estado ultrapassava a abrangência do poder local. Ignorar, portanto, sua existência ou desrespeitar a sua eficiência constituía erro em que nenhum senhor rural ou urbano queria incorrer e que o capitão-mor Baltazar e sua descendência souberam articular, provendo meios de atender as necessidades do Estado, da Igreja e das instituições econômicas que asseguravam seu poder.

Faleceu o capitão-mor Baltazar já em estado de viuvez após o ano de 1764, haja vista que nesse ano, alforriou a escrava Josefa, “pelos bons serviços que dela tina tido, e pelo amor com que criou seus filhos e senhores”<sup>68</sup>.

O filho, Inácio dos Reis Porto, que também assinou Inácio Gonçalves Leite<sup>69</sup>, sem jamais se afastar da lida no engenho da família, exerceu na vila de

<sup>68</sup> Ver mais em DANTAS, Júnior, 1968, p.10.

Itapicuru os cargos de vereador e avaliador e se beneficiou do poder para amealhar patrimônio e prestígio, por alvará de 23 de julho de 1752, tornava-se sesmeiro em Tiuiu. Inácio casou-se com Maria Francisca de Souza Dantas, filha do português Manoel Alves Martins e Teodosia Maria de Souza Dantas, dando, segundo Carvalho Júnior (2006, 47-52), origem à família Dantas. Sobre a trajetória política de Inácio dos Reis Leite, Carvalho Júnior (2006) registra:

Inácio dos Reis Leite exerceu na vila de Itapicuru os cargos públicos de vereador e avaliador. Membro que era da elite colonial dominante beneficiou-se com a política real não só pelas grandes porções de terra que recebeu com as doações de sesmarias, como pelo controle que assumiu dos organismos políticos locais. [...] Além de vereador, Inácio assumiu o cargo de avaliador em Itapicuru. Este posto estava dentro do organograma da Provedoria de Depósitos e Ausentes e Depósito Geral que abrangia os seguintes cargos: Juiz de Fora do Cível, Provedor, Avaliador e Partidor do Conselho, 2º Avaliador e Partidor, Escrivão da Receita do Depósito e Tesoureiro do Depósito Geral. O Avaliador e Partidor do Conselho recebia de emolumento 100\$000 e o 2º Avaliador e Partidor 29\$000 (CARVALHO JÚNIOR, 2006, p.48-51).

Como vereador, ele foi responsável por fiscalizar os impostos municipais e as obras públicas, zelar pela aplicação da lei pelos juízes ordinários e revolver questões relativas à dinâmica local, como roubos, agressões e outras situações atentatórias ao sossego público.

Esses acontecimentos ocorreram em meio às transformações econômicas e sociais operadas regionalmente no interior da Colônia portuguesa, em meados do século XVIII, por Sebastião José de Carvalho e Melo - o Marquês de Pombal (1699-1782) -, com ajustes administrativos no território, inclusive a mudança da capital colonial, o que implicou na mudança de direção do vetor da atuação do Estado, deslocando-se de Salvador para o Rio de Janeiro em agosto de 1763.

A decisão da transferência da sede do vice-reino para o Rio de Janeiro se deu em decorrência da morte do primeiro Marquês de Lavradio e da posse

---

<sup>69</sup> Na tradição portuguesa e no Império não havia uma legislação específica para determinar regras civis referentes à composição de sobrenomes. Assim, qualquer um podia batizar seu filho com os nomes da mãe ou dos avós. Irmãos tinham às vezes sobrenomes diferentes e as mulheres não adotavam os nomes dos maridos. Também parecia ser relativamente fácil trocar de sobrenome, ao que tudo indica, o ajuste dos nomes dependia de questões como sentimento de identidade social, cultura e política. Sobre o tema, ver *Vida Privada e ordem privada no Império*. In: Novais & Alencastro, 1997.

governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade<sup>70</sup>, que alegou ser o Rio de Janeiro, naquele momento o maior “Empório do Brasil, pois tem este porto as circunstâncias de uma posição e defesa fortíssima e de uma barra incomparável (...) as principais forças militares que há no Brasil nele se acham”, além de que “a maior causa das demandas no Brasil são sem dúvidas as mineiras” e que essas eram julgadas no Tribunal da Relação do Rio. Os acontecimentos desdobraram-se ainda com a morte de Gomes Freire, em janeiro de 1763, e a posse, em 11 de maio do mesmo ano, como 9º vice-rei do Brasil, do 1º Conde da Cunha, António Álvares da Cunha, residente no Rio de Janeiro (MONTEIRO, 2014, p. 129-133).

A transferência da sede do Estado colonial de Salvador para o Rio de Janeiro repercutiu na dinâmica de outras capitanias, como foi o caso de Sergipe Del Rey, que passou a ser Comarca da Bahia, que, com a reestruturação, passou a ter em seu território Sergipe, Porto Seguro, Ilhéus e Espírito Santo (NUNES, 1978; ANTONIO, 2012).

Esses fatos contribuíram para que novas relações de poder se formassem no universo político, proporcionando a reorganização das diferentes esferas que nem sempre convergiam para os mesmos propósitos, contudo constituíam propostas impositivas para aqueles que os acompanhavam e em torno deles se mobilizavam.

### **3.2 O Processo de Autonomia da Capitania de Sergipe**

Novos investimentos e privilégios trouxeram oportunidades de modernização e para a Colônia<sup>71</sup>, e esse processo foi acompanhado pelos descendentes do capitão-mor Antônio Martins Fontes (1679 – 1753) das vilas de Lagarto e Campos.

O início do século XIX demarcou período de reestruturação política no espaço colonial do Brasil. Em 1808, o monarca português passou a residir fora da sede da Metrópole, em território da América, especificamente na cidade do Rio de Janeiro, situação que modificou toda a dinâmica colonial.

Em Lisboa, a população, sentindo-se órfã e abandonada, clamava pelo retorno do rei, que estrategicamente se mudara para a América buscando salvar a monarquia, mesmo que colocando em o risco o Reino e a unidade do império luso-brasileiro.

---

<sup>70</sup> Ofício do Conde de Bobadela para o Conde de Oeiras, relativo à sua transferência para a Bahia, 12 de abril de 1762. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Rio de Janeiro (RJ), Documentos Avulsos, Cx. 70, doc. 40.

<sup>71</sup> Sobre o assunto, ver Monteiro (2014).

Em decorrência do descontentamento dos grupos mercantis em Portugal, em 1817, o general português Gomes Freire de Andrade, militar português de alta patente e de tradicional família lusa, juntou-se a outros aliados inconformados como a situação de penúria que vivia Portugal e organizou tropas para depor o general Beresford e os oficiais ingleses, que agiam desde a saída da família real para a Colônia. Segundo Souza (1999, p. 57-65), o plano do general Gomes Freire consistia em destituir o governo de Beresford e formar um Conselho Regenerador a partir do qual, juntamente com a Corte em Portugal, instituiriam um governo constitucional. O plano foi descoberto, e os envolvidos foram punidos com o enforcamento.

Em 6 de março de 1817, estourou uma rebelião de natureza republicana e separatista na Província de Pernambuco, que, segundo dados historiográficos, não possuía nenhuma relação com o movimento ocorrido em Portugal. A ação em Pernambuco resultou do descontentamento com a política de Dom João VI (1767-1826) para com as províncias do Norte. A ação surgiu da insatisfação manifestada em jantares e assembleias, na qual os militares expunham a inconformidade com o descaso em que viviam. Durante uma discussão, um militar que defendia o monarca, foi mortalmente ferido, o que fez crescer os tumultos. O governador da Província, Caetano Pinto de Miranda, refugiou-se no Rio de Janeiro, ação que provocou a ruptura das relações entre a Corte e os revolucionários de Pernambuco.

A insatisfação avançou pelas esferas militar e civil, em parte por sentirem-se pouco valorizados e mal recompensados, os provincianos que sempre se mantiveram fiéis ao domínio português, apoiando inclusive no momento da restauração portuguesa. Os revoltosos organizaram um governo provisório, do qual faziam parte membros do clero, do comércio, da agricultura e da magistratura (VAINFAS, 2008, p.650-652).

O fracasso do movimento resultou das discordâncias políticas internas dos líderes do movimento, principalmente quanto aos temas escravidão e participação popular. A organização do movimento de insurreição buscou apoio em outras praças, como nas capitanias da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Sergipe Del Rey e, internacionalmente, em Washington e Londres.

Em Sergipe Del Rey, região estratégica por ser via de acesso e comunicação a outras partes do Reino em razão do controle do eixo do Rio-São Francisco, os revoltosos buscaram as Câmaras, enviando um representante para



convencer os homens de bem a participar do movimento. De acordo com Freire (2013, p.275), essa missão coube ao padre José Ignácio Roma, que, embora argumentando com convicção, foi incapaz de convencer as Câmaras a se rebelarem contra a Coroa portuguesa.

De acordo com Freire (2013) o posicionamento das Câmaras em Sergipe Del Rey foi resultado da ausência de entendimento claro das razões da insurreição, e do pouco envolvimento da classe média local que vivia alheia aos princípios norteadores do liberalismo reinante no mundo de então, e disseminado no Seminário de Olinda. E mais, que a notícia da insurreição pernambucana não foi aceita por se temer a contraofensiva do governo colonial, de quem segundo Freire, os representantes da Comarca de Sergipe Del Rey era simpatizante.

O movimento de controle dos revoltosos pernambucano contou com a colaboração estratégica de João Martins Fontes, oferecendo abrigo e víveres ao exército do Reino. Sobre sua participação, Araújo (2006) escreveu:

Em 1817, quando do movimento revolucionário em Pernambuco, [João Martins Fontes – *grifo nosso*] acolhera por três dias, no seu engenho Barra (também conhecido de Campo da Barra), o esquadrão de cavalaria da Província da Bahia que se dirigia para o norte. E não só municiara dos víveres, como ofertara ao referido esquadrão comandado pelo tenente-coronel Francisco de Paula e Oliveira algumas cavalgadas, de que estava o mesmo necessitado (ARAÚJO, 2006, p.211).

O posicionamento militar dos colonos da capitania de Sergipe mostrou-se fundamental para a organização de uma rápida repressão, que, sob o comando do Conde de Arcos, estabeleceu o bloqueio por mar aos revoltosos, e, em 19 de maio, depois de 72 dias, o movimento chegou ao fim (ANTONIO, 2012, p. 57-62).

Diante das insurreições no interior dos domínios coloniais do Brasil, Dom João VI, sob pretexto de diluir o poder das capitanias<sup>72</sup>, criou estratégias para enfraquecer essas iniciativas. Em 8 de julho de 1820, decretou a emancipação da Capitania de Sergipe Del Rey e nomeou para governá-la o brigadeiro Carlos César Burlamaqui (1775-1844). A ação Dom João VI coincide com a Revolução do Porto, movimento de contestação à presença da Corte na Colônia do Brasil e que é apresentada pela historiografia como reconhecimento da fidelidade dos sergipanos à

<sup>72</sup> Sobre o assunto, ver MARTINS. (2014).

causa do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e de apoio à resolução da insurreição pernambucana de 1817.

No ano de 1821, intensificaram-se os movimentos favoráveis à causa do Brasil e à autonomia do território colonial da Metrópole portuguesa, pois o panorama se havia agravado com o romper da Revolução do Porto, em 1820. Segundo Antonio (2012, p. 65), em 1821, a província da Bahia aderiu à causa portuguesa<sup>73</sup>, com o propósito de voltar a possuir as mesmas condições de privilégio que possuía antes da vinda da comitiva real para a América.

Para Dom João VI, o movimento do Porto colocou em risco seu poder soberano e a unidade do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, haja vista que estava sujeito a perder o poder deliberativo que possuía em razão da organização das Cortes em Lisboa, que buscavam submeter sua soberania a um sistema consultivo das Cortes, subordinando o trono ao poder Legislativo.

No Brasil, como informa Vainfas, (2008, p. 652-654), a situação se agravou com a adesão do Grão-Pará (1821) e com pressão exercida pelas tropas portuguesas, que tomaram o Rio de Janeiro em 26 de fevereiro e, dois meses depois, obrigaram Dom João VI a regressar a Portugal, deixando o Império colonial aos cuidados do seu filho, o príncipe Pedro de Alcântara. O regresso do monarca à Metrópole exigiu dos que aqui ficaram maior empenho para manter coesa a unidade do território.

No sertão da Bahia, o capitão-mor Inácio dos Reis Leite, filho do também capitão-mor Baltazar Reis, cujo tronco familiar está delineado na **Figura 8**, aderiu à causa do Brasil.

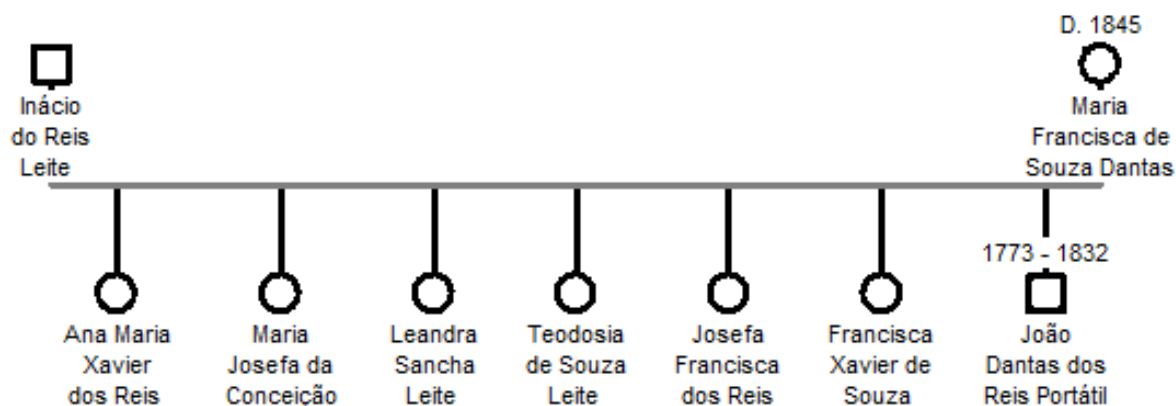
A família Dantas Leite dedicou-se à atividade agropastoril e à fabricação de açúcar mascavo e aguardente, e, seguindo a tradição familiar, seus filhos se dedicaram a atividades públicas.

Em Sergipe Del Rey, a outorga da autonomia, decretada por Dom João VI, ocorreu em meio a essa divergência do Estado. Os senhores da terra, que fundamentavam sua economia nas relações estabelecidas com negociantes da Bahia, sobretudo os senhores produtores de açúcar do vale do Cotinguiba e da vila de Estância, eram defensores da causa baiana e estavam dispostos a jurar a Consti-

---

<sup>73</sup> Movimento associativo entre os mundos luso e brasileiro, segundo o qual se buscava uma conexão capaz de reordenar a recolonização das Cortes portuguesas, mantendo unido Portugal e Brasil. Ver sobre o assunto em Lucia M. B. P. das Neves, *Corcunda e Constitucionais – a cultura política da Independência, (1820-1822)*, 2003.

**Figura 8.** Tronco Genealógico dos Dantas Reis



Fonte: CARVALHO JÚNIOR, 2006.

-tuição a ser elaborada.

Esse grupo e os partidários a causa portuguesa na Bahia somaram-se à Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, para a qual todas as províncias da América portuguesa deveriam enviar um representante para, juntamente com o órgão máximo de representatividade, as Cortes de Lisboa, votar as bases da reforma. De Sergipe, não foi enviado nenhum representante.

Diante da turbulência, para a Comarca de Sergipe foi designado o brigadeiro Pedro Viera de Melo<sup>74</sup> (1751-1833), partidário da Província da Bahia e de sua Junta Regenerativa.

Na contramão a proposta de adesão a Lisboa, pelos senhores do Vale do Cotinguiba e da vila de Estância, principalmente, tinha-se os senhores do sertão, que, a exemplo do capitão-mor José Matheus da Graça Leite Sampaio, da vila de Itabaiana, inconformados, conclamavam as Câmaras a promover a insurreição contra a imposição da Bahia e o desrespeito à Carta Régia de 8 de julho. Assim, foram convocadas todas as Câmaras a reunir-se em 15 de janeiro de 1822, para eleger uma Junta Governativa independente, episódio sobre o qual Antonio (2012) escreveu:

[...] O ouvidor interino da comarca, Manoel Gomes Coelho, informou, em 1º de janeiro de 1822, sobre a “tentativa de instalação de um governo separado e independente do da capital da província”. Os envolvidos foram presos, e o caso foi remetido à espera de ordem da junta. Segundo o ouvidor, foi-lhe informado que “a Câmara de

<sup>74</sup> Natural da Comarca de Sergipe, desempenhou destacadas funções em Sergipe Del Rey desde 1775. Em 1800, após mais de quatro décadas no serviço militar, solicitou reforma no posto de brigadeiro, pedido deferido por Dom João VI, em 1818 (LAGO, 1943, p. 112-114).

Itabaiana havia dirigido às outras câmaras uma carta circular” [...] visava a formar um governo autônomo em São Cristóvão (ANTONIO, 2012, p. 99).

Poucos foram os que aderiram ao movimento, o que resultou na clandestinidade dos propositores e dos que acorreram ao chamado de adesão.

Em 20 de fevereiro de 1821, deu-se a posse do governador Burlamaqui, realizada após consulta à opinião e à vontade geral do povo. Travassos (1915, p. 94) informa que na sequência do cerimonial tocou-se corneta em todas as ruas, com expressa proibição de falar sobre a constituição, constituindo crime a desobediência.

Diante das rápidas transformações processadas, os Martins Fontes assistiram à deposição do governador Burlamaqui. Essa ação foi orquestrada por José Lino Coutinho, secretário da Junta de Governo Provisório da Bahia, associado aos corpos de milícias de Santo Amaro e da vila de Estância, que, juntamente com Bento França, emissário enviado da Bahia, marcharam sobre São Cristóvão, depuseram Burlamaqui e o levaram preso, com seus filhos, para a Bahia (CARVALHO, 1914, p. 66-67).

A essa altura o velho capitão-mor João Martins Fontes, com 60 anos de idade e prole constituída por seus filhos Marianna (Ana) Francisca Silveira, Joaquim Martins Fontes (1798) e João Martins Fontes Júnior (1801)<sup>75</sup>, acompanhou os acontecimentos de instalação e deposição do primeiro governador de Sergipe autônomo, cujo governo durou apenas vinte e oito dias.

Ele presenciou também, em sua vila, o controle exercido pelo exército baiano, acompanhou a oposição instalada na Vila de Estância pelo brigadeiro Guilherme José Nabuco de Araújo e a nomeação, pela Junta de Governo Provisório da Bahia, do novo governado de Sergipe Del Rey, que teve a liderança do brigadeiro Pedro Vieira de Melo, militar reformado que já havia atuado na cidade de São Cristóvão em 1812 e 1815, respectivamente.

A chegada de Vieira de Melo fortaleceu o constitucionalismo das cortes, a que haviam aderido a Bahia e o agrupamento liberal do qual ele fazia parte. Obediente aos princípios do liberalismo da Corte, o governador empossado fez divulgar às demais vilas e povoações as novas determinações políticas e o retorno à

---

<sup>75</sup> Informações genealógicas escritas por João Martins Fontes em texto intitulado *Assunto das idades dos meus filhos*. Caixa 416, documento 005 (manuscrito). Fundo João Dantas Martins dos Reis, IHGSE.

condição de interdependência entre Sergipe e Bahia. A respeito de suas medidas, Antonio (2012) registrou:

Na correspondência que enviou à junta da Bahia, está claro o seu alinhamento ao governo, dando boas notícias sobre o panorama geral da capitania com a aceitação do juramento constitucional e reafirmando sua lealdade à gestão baiana, referindo-se a Sergipe como 'comarca'. Pedro Viera de Melo era amplamente conhecido com um dos líderes e agente do grupo defensor da anexação de Sergipe à Bahia e à proposta constitucional das cortes (ANTONIO, 2012, p.96).

O sucesso do seu governo estava, assim, fundamentado no apoio recebido dos senhores de engenho do vale do Cotinguiba e de Estância e da Junta de Governo Provisório da Bahia, entre os quais se destacaram o coronel do corpo de milícias Domingos Dias Coelho e Melo, o vigário José Gonçalves de Figueiredo, da freguesia de Nossa Senhora do Socorro, e o português José Pinto de Carvalho.

No Rio de Janeiro, diante das pressões exercidas pela revolução do Porto, em abril de 1821, Dom João VI cedeu às suas exigências e regressou a Portugal, deixando o Reino da América entregue ao príncipe Pedro de Alcântara, com a responsabilidade de governar provisoriamente<sup>76</sup>.

Em agosto de 1822, chegou ao Rio de Janeiro a decisão da Corte de Lisboa em relação ao Brasil, com determinação do regresso do príncipe à Metrópole e orientações limitadoras da autoridade do Pedro de Alcântara. Em face da incontornável necessidade de tomar partido, em 7 de setembro, o Príncipe Regente proclamou a independência do Brasil, aclamada em todas as partes em 12 de outubro, data do aniversário do jovem soberano (VAINFAS, 2008, p. 371-372).

Assim, em meio à efervescência política do período, Pedro de Alcântara tornou-se Imperador do Brasil. O jovem Imperador contratou o mercenário francês Pedro Labatut (1776-1849), para debelar a oposição das províncias do Norte, logrando, desse modo, fortalecer a posição do Rio de Janeiro como metrópole na América e a unidade das províncias.

### **3.3 Guerra de Independência do Brasil em Sergipe Del Rey: a Contribuição do Homem Local**

A década de 1820 foi marcada pela simultaneidade de eventos promotores da transformação na conjuntura do Brasil e na dinâmica da Capitania de Sergipe,

<sup>76</sup> Sobre o assunto, ver VAINFAS (2008, p. 652 - 654).

ambos, no entanto, acompanhados de perto pelo general Pedro Labatut, imagem representativa na **Figura 9**, oficial francês contratado por Dom Pedro de Alcântara para fazer aclamar a independência do Brasil nas províncias do Norte, haja vista a desconfiança quanto ao posicionamento das províncias do Grão-Pará, da Bahia, do Piauí e do Ceará.

**Figura 9.** General Pedro Labatut



**Fonte:** Revista do IHGSE, Ano V, volume V, número 9/1, 1920, p. 55.

A escolha de Pedro Labatut gerou uma série de descontentamentos entre os Oficiais do Império, acredita-se pela importância potencial do controle da região Norte da Colônia. O preferido para chefiar o Exército Pacificador era o brigadeiro baiano Domingos Alves Branco Muniz Barreto, o entanto, por influência de José Bonifácio, coube ao francês Labatut a diligência. Embora o general possuísse larga experiência em atividades prestadas à causa de independência espanhola, atuava nestas partes como mercenário na causa nacional (NUNES, 1978; BANDEIRA, 2000; ANTONIO, 2012).

Em razão do reordenamento político-militar que resultou na independência do Brasil e da necessidade de manter unido o território imperial do Brasil, a presença da força externa fez-se necessária para assegurar a aceitação das províncias, seja de forma voluntária, seja por força das armas. À dificuldade em si da empreitada, somou-se, ainda, a acirrada rivalidade econômica entre distintos grupos políticos, tendo, de um lado, conservadores, senhores fiéis à Corte do Rio de Janeiro e com comércio de exportação e intenso comércio interprovincial, e, do outro, os políticos

liberais, correligionários de Lisboa e a ela ligados em razão do intrincado comércio interimperial.

A construção da política de governo organizada teve por base a estratégia do Estado Imperial do Brasil de estabelecer negociações eletivas e convenientes à construção de alianças entre oligarquias locais, de modo a manter unido todo o território do Brasil, através, por exemplo, da outorga de patentes e títulos em troca do apoio necessário ao fortalecimento do Estado e à aclamação de Dom Pedro.

Na cidade de Salvador, o brigadeiro Inácio Madeira de Mello mantinha-se fiel a Lisboa, embora a região do Recôncavo demonstrasse lealdade à causa do Brasil. Os movimentos de combate entre os proprietários do Recôncavo e os partidários de Madeira passaram por duas fases distintas: o período de junho a outubro de 1822, marcado por movimentação das forças internas; e de outubro de 1822 a julho de 1823, com apoio externo do Sul, sob a liderança de Pedro Labatut.

Freire (2013, p. 303) entende que, na Bahia, Madeira representava a luta em defesa dos interesses portugueses contra o processo de Independência do Brasil; em Sergipe, nutriam os mesmos interesses o brigadeiro Pedro Vieira de Mello, o capitão-mor José de Barros Pimentel; o ouvidor Ignácio Gomes Camacho e os portugueses José Álvares Quaresma, José Joaquim Ricardo e João Gustavo.

A chegada de Pedro Labatut ao Norte ocorreu por Maceió, em julho de 1822. As tropas comandadas pelo general eram compostas por centenas de praças, canhões e outros armamentos, e contavam com reforço pernambucano. No final de setembro alcançou as terras de Penedo, onde foi barrado no Rio São Francisco por oposição organizada pelo capitão-mor Bento de Mello Pereira (NUNES, 1978, p.54-69).

Na Capitania da Bahia e no Noroeste de Sergipe Del Rey, o capitão-mor João Dantas Reis Portátil e seus dois filhos Inácio Dantas dos Reis Leite (1793-1836) e João Dantas Reis Portátil Júnior (1802-1872) atuavam em defesa da aclamação do Imperador. De forma autônoma organizaram exército de dois mil homens, composto por portugueses e indígenas, que, partindo da Vila de Itapicuru, onde residiam, para as vilas de Campos, Lagarto, Santa Luzia e Estância, aclamavam Dom Pedro, como ilustra o mapa da **Figura 10**.

A participação interna contribuiu para que as tropas estabelecidas às margens do São Francisco, sob o comando militar de Labatut, avançassem sobre a comarca de Sergipe Del Rey, ação que favoreceu o grupo de Dom Pedro I e os

defensores do liberalismo em Sergipe, criando condições para a desmobilização política das forças militares opositoras, compostas por chefes locais.

Em Sergipe, região densamente povoada por portugueses, o controle requereu maior habilidade de negociação por parte do general. Seu sucesso deveu-se em parte à atuação do capitão-mor João Dantas. Nunes (1978) relativizou o papel do general Labatut como decisivo para a submissão das forças de oposição e destacou a atuação da elite local e das câmaras como fatores significativos da Independência.

Em face do avanço das tropas do Labatut, o governador Pedro Vieira de Mello e o ouvidor Manoel Gomes Coelho, buscaram, na Comarca de Sergipe Del Rey, meios para organizar resistência, ação tornada sem efeito, por não ter conseguido arregimentar o apoio necessário, devido à presença das forças do sul, com seu contingente de dois mil homens, chefiados pelo capitão-mor Dantas.

O capitão-mor João Dantas Reis Portátil (1773 - 1832), morador da vila de Itapicuru de Cima, Comarca da Bahia, desde cedo, seguindo exemplo de seus antepassados, dedicou-se à atividade pública. Coube a João Dantas Reis Portátil, como cabeça da família, após a morte do pai, administrar as propriedades, que, por herança, passaram aos seus cuidados, e em que essencialmente desenvolveu atividades de pecuária.

Na condição de agente público, manifestou inconformismo com imposição por parte do movimento regenerativo do Porto, ao brigadeiro Inácio Madeira de Melo, nomeado para a função de chefe das Armas da Bahia, e por essa razão engajou-se na causa nacionalista em 1821 e, em 25 de junho de 1822, aderiu ao movimento de proclamação do Príncipe Regente Dom Pedro.

Por sua atuação, em 17 de agosto de 1822, participou de reunião pelo Senado da Câmara de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira, juntamente com os membros de São Francisco do Conde e de Santo Amaro, em que ficou estabelecida a adesão de outras vilas da Capitania da Bahia. O Conselho Interino do Governo da Bahia foi formado tendo como presidente Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, senhor de engenho e membro da família da Casa da Torre de Garcia D'Ávila<sup>77</sup>.

---

<sup>77</sup> As Juntas Governativas..., doc. 261, 1973.



**Figura 10.** Mapa do Movimento das Tropas para Adesão a Independência por Sergipe (1820)



Fonte: ANTONIO, Giovanna Matos, 2017

Pela vila de Itapicuru, ficou como conselheiro o capitão-mor João Dantas dos Reis Portátil, que passou a ser João D'Antas dos Imperais Itapicuru. O seu comportamento não ocorreu de forma isolada, como registra Dantas Júnior (1929):

“Por ocasião das lutas por Independência e talvez como um gesto de patriotismo, vultos então em destaque, resolveram adotar nomes indígenas ou designação original. Assim, é que João D'Antas dos

Reis Portátil passou a chamar-se João D'Antas dos Imperais Itapicuru; Francisco Gomes Brandão a Francisco Gê Acaiabá de Montesuma; José da Silva Gomes a José Corona Cristo Paraíba; Joaquim Pereira Lisboa a Joaquim Caribé Morotova. Houve Rejianaldo Saraiva Tigre de Borburema, Pedro Jequitibá Marinho e outros, sendo que o Bel. Antônio Calmon de Pin Almeida, auditor do exército pacificador, passou a chamar Antônio Calmon de Pin Patativa" (DANTAS JÚNIOR, 1929, p. 83-84.).

As alterações de sobrenomes reforçaram o engajamento de alguns senhores no processo de formação política desencadeado, resultando, segundo Novais (1997, p. 53), em "um movimento lusófono e nativista de troca de nomes de batismo. Há casos conhecidos de 'tupinização' de sobrenomes". Pode-se ainda aventar ter-se tratado de estratégia política voltada a estabelecer proximidade com a Corte Imperial, por ser esse um momento propício diante da formação de novo eixo político no espaço das Cortes do Rio de Janeiro.

Diante dos fatos, somaram-se à causa do Brasil outros partidários, convencidos de que um conflito local seria nocivo à prosperidade de suas propriedades, e, dessa forma, o avanço iniciado pelo capitão-mor Dantas, somado à presença do Exército Pacificador sob o comando de Labatut, fez com que antigos adversários da emancipação aclassem Dom Pedro e a causa do Império.

Os embates nas terras de Sergipe, em especial em decorrência da presença do Exército, trouxeram inquietação à população. Focos de resistência à aclamação do imperador Dom Pedro I foram encontrados em Vila Nova (atual Neópolis) e, principalmente, em Laranjeiras. A comarca de Vila Nova solicitou auxílio ao governo baiano, que, não tendo condições de atender ao pedido de reforço, por meio do general Inácio Madeira Melo reconheceu a lealdade desse povo à Coroa portuguesa.

A comarca de Laranjeiras, recanto lusitano, e região mais próspera do Cotinguiba, foi o reduto que mais ofereceu resistência. Antes do movimento, o vigário Luís Antônio Esteves e o abastado proprietário José Barros Pimentel, latifundiário da vila de Santo Amaro, região do Vale do Cotinguiba, sobrinho do marechal José Inácio Acciavoli de Vasconcelos Brandão, influente proprietário da província da Bahia, haviam sido os principais representantes dos grupos opositores

à aclamação da emancipação, atitude que, ante as mobilizações, mudou, vindo essa frente, liderada pelo capitão-mor Pimentel, a também aclamar Dom Pedro<sup>78</sup>.

Os acontecimentos resultaram em reacender o sentimento de defesa da separação de Sergipe da Bahia, em observância ao Decreto de 8 de julho de 1820, instituído por Dom João VI, contexto sobre o qual Freire (2013) escreveu:

[...] o major Cristóvão de Abreu Carvalho, como representante da tropa e do povo pede que seja instalado um novo governo provisório e independente, afim da província aproveitar a concessão feita pelo soberano, por Decreto de 8 de julho de 1820, de cuja graça foi ela espoliada sem legítima ordem em contrário e à força das armas da Bahia. A indecisão do juiz Luiz Francisco Freire, perante intimativa tão formal, faz com que o major Cristóvão de Abreu Carvalho replique, dizendo que, “a tropa e o povo não convêm em demora alguma e queriam que já se instalasse o governo, que há tanto tempo por todos é desejado, e que a tropa estava firme no lugar em que estava postada, do qual, protestava não mover-se, em quanto o governo não fosse de pronto instalado, e que a tropa está com as armas carregadas e balas em cartuxames” (FREIRE, 2013, p. 306).

Os embates relativos aos interesses separatistas possuíam diferentes abordagens, porquanto nem todos os seus membros eram possuidores da mesma opinião política, mas fazendo valer o Decreto de 8 de julho de 1820, o capitão-mor José Matheus Leite Sampaio, presidente da Junta Independente de Sergipe, em 4 de março de 1823<sup>79</sup>, envia correspondência à Corte Imperial, reverenciando a Majestade Imperial e suplicando a autonomia da Província de Sergipe.

A solicitação busca tornar oficial a Junta da Província de Sergipe. O documento de apresentação consiste em relatório dos negócios na Província, incluindo denúncias de abusos cometidos por Labatut e seus aliados. No corpo do documento, o capitão-mor e presidente da Junta, José Matheus L. Sampaio, solicita “em Nome de todos os Sergipanos Rogamos a Vossa Majestade Imperial a Sanção, e aprovação de todas as medidas, providências, e deliberações que temos tomado, como especialidades as que cooperam para a felicidade da Província”<sup>80</sup>.

A Junta de Governo Provisório formada tem como membros José Matheus Leite Sampaio, presidente, o sargento-mor Dionísio Rodrigues Dantas, o coronel

<sup>78</sup> A aclamação consiste na organização de um ato celebrativo de caráter oficial e realizado em praça pública, organizado pela Câmara para homenagear o Imperador. A cerimônia compreende procissão, pódio, apresentação do estandarte imperial, sermões, bênçãos e homenagens a D. Pedro. O ato torna pública a Independência e a obediência ao Imperador, pelos senhores de influência e pelo povo. Culmina com o envio de correspondência documentando a celebração. Ver mais em Souza (1999).

<sup>79</sup> As Juntas..., 1973, doc. 256, p.735.

<sup>80</sup> As Juntas..., 1973, doc. 256, p.739.

Domingos Dias Coelho e Mello, o vigário geral Serafim Álvares da Rocha e o reverendo João Francisco de Menezes Sobral. O governo das armas foi assumido por Guilherme José Nabuco de Araújo<sup>81</sup>, por conta da recusa ao cargo anteriormente oferecido a José de Barros Pimentel.

A junta inicialmente foi posta na ilegalidade pelo general Labatut, em 18 de outubro de 1822, o que comprova a dificuldade em encontrar um caminho coerente entre as forças de representatividade política do território de Sergipe Del Rey e do cumprimento da determinação de autonomia com relação à Capitania da Bahia, conforme decreto de Dom João VI.

Para organizar a Comarca, o comandante do Exército Pacificador empossou o capitão-mor José de Barros Pimentel como chefe do governo local. Outras medidas relevantes para o momento foram à determinação da suspensão do envio de provimentos por parte da Comarca de Sergipe Del Rey para a Cidade de Salvador, ação voltada a enfraquecer a resistência e a capacidade de subsistência do movimento liberal, e a ameaça de punir aqueles que não aclamassem o novo governo.

Rivalidades internas quanto à organização do governo impuseram período de situações de violência e tumulto, ocasionando a alternância de governos e a constante perseguição política. Os reflexos desse movimento implicaram ainda situações de fraudes e perseguições, transformando Sergipe em área de conflito político.

### **3.4 A Letra é Morta Quando o General é Amigo: Pedro Labatut e Sua Intervenção em Sergipe Del Rey**

Segundo os opositores, a Junta de Governo Provisório de Sergipe Del Rey, sob a chefia do capitão-mor José Matheus Leite Sampaio, agia na clandestinidade, o que não impedia sua atuação. O líder conservador do grupo favorável à autonomia de Sergipe não se deixou vencer e, sem descanso, atuou em defesa do imperador Dom Pedro e na defesa da autonomia do território de Del Rey. Solidário à causa foi o capitão-mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru, pois manifestou seu apoio à independência de Sergipe (NUNES, 1978, p.55).

---

<sup>81</sup> Ofício enviado pelo secretário da Junta, Serafim Alvares, ao brigadeiro Guilherme Nabuco Araújo da vila de Estância, em 28 de março de 1823. APES. Notação G<sup>1</sup>, correspondências recebidas, documento número 2204.

Durante sua estada em Sergipe Del Rey, o general francês instituiu ordens e princípios constituindo o crime de lesa-nação, como punição a ser imputada a todos aqueles que não jurassem apoio ao Imperador. Esse ato, que estabelecia inclusive o confisco de bens, foi objeto de queixas como:

Vila de Lagarto, quarto de junho de mil oitocentos e vinte e três, e Segundo da Independência. – O Luiz Ordinário – Nicolau da Costa Silva – [...] no dia seis do corrente se ajuntou nesta Vila uma parte do Povo em massa, [...] e a razão é que Lançando Sua Majestade Imperial um Decreto para se devassar contra os partidista e Demagogos, não tem o dito Juiz praticado na forma da razão, antes tem convocado testemunha para Criminar de contra a causa aqueles que nunca o foram, com o título de serem facinorosos, pelo rancor que lhes tem antecipadamente das ordens que alguns têm executado contra os Europeus seus parciais e antigos amigos [...]. Uns poucos homens vendo-se gravados da dita Devassa por causa dos Europeus, e outros Brasileiros, da mesma natureza se determinaram até a expulsar o resto dos Europeus que há nesta Vila, os quais continuamente cochicham com alguns Brasileiros, e não os achando botam portas abaixo de algumas casas, por verem ultrajados, e Criminosos por aquelas Testemunhas que o deveriam ser<sup>82</sup>.

O relato das queixas e da devassa instaurada contra o europeu e outros brasileiros descreve o clima de conflitos, decorrentes da ameaça à integridade das famílias, e constitui cenário para a eclosão de guerra civil.

Em meio ao clima de hostilidade, o general Labatut soube articular-se com os líderes políticos locais, despertando na elite a ânsia pelo poder, seja por reunir condições para outorga de títulos, *status* que assegurava diferenciação entre os notáveis locais<sup>83</sup>, seja por usar sua condição de representante da Corte do Rio de Janeiro para tomar decisões e legitimar na posse de cargos de comando a alguns indivíduos locais, como o governador José Barros Pimentel, aceito pela Junta de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira para atuar na Comarca de Sergipe Del Rey. A passagem do general Pedro Labatut contribuiu, em suma, para acirrar os ânimos entre os notáveis locais.

Durante o governo do tenente-coronel José Elói Pessoa da Silva, nomeado pelo chefe do Exército Pacificador em substituição ao governo Pimentel, a tranquilidade na política local foi pontualmente estabelecida. O governador Elói

<sup>82</sup> Ofício da Vila de Lagarto, referente à imputação do crime de lesa-nação. Publicação do Arquivo Nacional, As Juntas..., doc. 258 A, nº 2, 1973, p. 759-760.

<sup>83</sup> Sobre as questões de titulação, a busca de títulos é uma forma de ser reconhecido e de perpetuar seu nome, esse desejo foi nutrido pelo capitão-mor da vila de Lagarto, Joaquim Martins Fontes, que durante o Império buscou tornar-se Barão de Lagarto. Ver mais em Fonseca (2015).

Pessoa empenhou-se em organizar a estrutura local, enviando inclusive carta-convite a João Dantas de Itapicuru, na perspectiva de que o capitão-mor tivesse o intento de incorporar o território Itapicuru à Comarca de Sergipe Del Rey, argumentando existir maior proximidade e melhor condição para prover meios e auxílios à prestimosa Itapicuru, o que faria até quando achasse necessários os préstimos<sup>84</sup>.

A atuação de José Elói Pessoa contribuiu para a organização a força militar. Criaram-se companhias militares, desenvolveu políticas de reestruturação dos canais fluviais de transporte de pessoas e mercadorias. Foi deposto em 1823, por conta dos agentes políticos locais, descontentes com sua forma de governar.

Para chefia da Comarca, regressou José Barros Pimentel, agora respaldado pela Junta de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira, que, para empossá-lo no cargo, destacou tratar-se de alguém de grande influência na Província de Sergipe, sobretudo, por conta, segundo Antonio (2012, p. 143), das suas “relações com as famílias de fortuna e estado”. Destoando da descrição, é farto o número de denúncias a órgãos do Estado contrárias à sua boa índole. No entanto, prevaleceu sua influência política na Comarca, quer por suas relações no interior das famílias mais afortunadas, quer pelas necessidades do cenário político de independência constituído em Sergipe<sup>85</sup>.

Mesmo em meio à dinâmica política estabelecida, membros da antiga junta provisória, destituída por Labatut, fizeram consulta ao Imperador sobre a situação da Comarca de Sergipe Del Rey e, em 5 de dezembro de 1822, por meio de Carta Imperial dirigida à Junta da Bahia, o Imperador assegurou a emancipação de Sergipe e a necessidade de constituir na Província um governo formado por cinco membros.

O Imperador, ao confirmar o decreto de Dom João VI, inaugurou nova fase da história da Província de Sergipe, que teve como primeiro presidente Manuel Fernandes da Silveira (1757-1829), natural da vila de Estância e próximo da família Martins Fontes.

No cenário imperial, a sede do governo ficou estabelecida no Rio de Janeiro, de onde se criaram meios para assegurar a credibilidade interna e internacional. Em

---

<sup>84</sup> APES, Correspondências recebidas, fundo G1, doc. 259, 1823.

<sup>85</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia. Ofício da Câmara Municipal de Cachoeira dando posse a Barros Pimentel. Seção História colonial e provincial. Correspondência. Maço 425.



1823, em meio à necessidade de organizar uma Constituição foi convocada uma Assembleia Constituinte, que em princípio buscou submeter os poderes de Dom Pedro I, assim como ocorrera em Lisboa. Percebendo essa pretensão, Dom Pedro dissolveu o Congresso pelas armas e, entre 12 de novembro de 1823 e no início de 1824, outorgou uma Carta Magna, redigida por um conselho de notáveis, em que instituiu o Poder Moderador e definiu as diretrizes que seriam utilizadas para o governo do Império brasileiro e de suas províncias.

Findas a guerra por independência do Brasil, com a vitória em de 2 de julho de 1823<sup>86</sup>, muito ainda precisava ser apaziguado em Sergipe Del Rey.

As disputas internas envolveram todo o território, acompanhadas de delicadas instabilidades políticas. Em 25 de janeiro de 1824, foi emitida da vila de Lagarto notificação denunciando o capitão-mor Joaquim Martins Fontes e seu pai, João Martins Fontes, como amotinadores do sossego público desse termo e do termo de Jeremoabo<sup>87</sup>.

---

<sup>86</sup> A guerra pela independência na Bahia passou por distintas fases: iniciou com guerrilhas na Vila de Cachoeira, em 25 de junho de 1822, entre portugueses e baianos, numa fase regional. Em uma segunda fase, a partir de 28 de outubro de 1822, sob o comando do general Pedro Labatut, a guerra ganha dimensões nacionais, o grande marco é a Batalha de Pirajá, 8 de novembro de 1822. A terceira e última fase sob o comando do Coronel Joaquim José de Lima e Silva (1788-1855), inicia-se em 27 de maio com a entrada do Exército Pacificador em Salvador, o fim da guerra dar-se-á em 2 de julho de 1823, após a retirada da frota portuguesa comandada pelo brigadeiro Madeira de Melo e a entrada dos baianos, sob o comando do General Lima e Silva em Salvador. Ver mais em TAVARES, LHD. Independência do Brasil na Bahia, EDUFBA, 2005. Sobre o tema, ver JANCSÓ, István. Independência: história e historiografia. Editora Hucitec, 2005. MATTOS, Hebe Maria. Escravidão e cidadania no Brasil monárquico. Zahar, 1999

<sup>87</sup> Correspondência (cópia) de BARROS, Arlindo Costa (3º Oficial de Secção da Secretária Geral do Quartel da Villa de Lagarto), informando sobre o desportismo e desassossego público provocado por FONTES, Joaquim Martins (Capitão). Coleção Sebrão Sobrinho, 1824. SS. CX. 12. Doc. 217. APES.

## 4 FAMÍLIA DANTAS FONTES: POLÍTICA, VIZINHANÇA E RELAÇÕES

A família é um eixo pelo qual a história do século XIX se fundamenta. Enquanto instituição é um fenômeno que extrapola dimensões biológicas e assume abrangências culturais, sociais e históricas. No mundo ocidental, seu modelo padrão é a família nuclear, composta por pai, mãe e filhos, mesmo não sendo essa a sua única forma de composição<sup>88</sup>. Cabe, pois, considerar a existência de uma ideologia familista<sup>89</sup> que considera o parentesco como parte do processo da composição familiar, que igualmente usufrui de responsabilidades e obrigações.

Na Bahia da primeira metade do século XIX, a composição de blocos familiares também possuía como fundamento a ajuda mútua e se fundamenta no aspecto financeiro, onde a economia era base para o reconhecimento social, valendo-se para tanto de estratégias variadas, como apadrinhamento, compadrio ou mesmo aliança matrimonial. O fundamental consistia em construir aliança e ampliar o *status* e a estabilidade familiar.

Segundo Mattoso (1997, p.178)<sup>90</sup>, na Bahia do século XIX, a sociedade era formada observando-se como princípios o rico, e sua família, ter por dever o socorro do pobre e sua prole, tendo assim, cada família têm seus protegidos, constituindo também uma engendra segundo a qual as elites davam proteção e apoio uma à outra.

Nos sertões, a solidariedade representa a composição de um corpo estável e de familiaridade fomentador das bases necessárias ao desenvolvimento do estado social, das instituições políticas, da oportunidade de crédito, e da manifestação da religiosidade permitida pelo Estado, sobretudo, o catolicismo. Essa característica é uma herança da nobreza portuguesa, incorporada e adaptada no Estado brasileiro pela elite.

A cumplicidade e a identidade forjam-se em razão da instituição do respeito e por vezes da proximidade do homem com seu meio, estabelecendo bases de

---

<sup>88</sup> Sobre o tema, ver Eni Samara, *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. 1989, a autora apresenta uma constituição de família de elite para além do modelo de família patriarcal, ao considerar a existência de um núcleo central e uma camada periférica que a compõe, e além de outros modelos em que não é o patriarca o 'cabeça da família'. Ou ainda Maciel Henrique Silva e Kalina Vanderlei Silva, em *Dicionário de conceitos históricos*, termo *família*. 2010, que apresenta um panorama histórico do conceito de família ao longo do tempo.

<sup>89</sup> Relacionado a questões de família, que inclui diversos tipos de parentes, como primos e cunhados, entre outros, além dos membros da família nuclear. Ver Silva & Silva, 2010, p. 137.

<sup>90</sup> Ver *A opulência na província da Bahia*, Katia Mattoso. In: *História da Vida privada no Brasil: Império*, 1997.



confiança e mútua proteção. Empenhando-se assim em garantir espaços e prestígio social. Os que herdaram o prestígio familiar veem-se obrigados a manter e a ampliar sua área de influência, condição que implica estar atento às oportunidades.

Logo, ser importante e influente não era sinônimo apenas de ser afortunado<sup>91</sup>, possuir de terras, era também de pertencer a uma matriz familiar e a partir dela prosperar, mesmo que por uma proximidade enganadora ou constituída em decorrência de casamento.

Em decorrência das transformações encetadas com o fim da guerra de independência do Brasil na Bahia (1823) e com o reconhecimento da autonomia da Província de Sergipe (1824), urgiam novas possibilidades de ascensão. Novos eixos de poder foram organizados a partir da conjuntura familiar. Para bem entender, tomaram-se por base a família Martins Fontes, moradora do termo da vila de Lagarto, e, por outro, a família Dantas Reis, moradora do termo da vila de Itapicuru, ambas pertencentes à mesma região fronteiriça, entre os termos dos sertões das Províncias da Bahia e de Sergipe, escolhidas não de forma aleatória, mas com base na sua contribuição e participação nos diferentes momentos da construção da história regional e do Brasil.

A nova dinâmica política provocou e possibilitou novos espaços para a reorganização da política e da sociedade do sertão. Os senhores da elite local passaram a investir na formação dos seus filhos, ação que provocou a ampliação e o controle dos espaços de atuação. Nesses termos, possuir uma rede de solidariedade constituía condição necessária para assegurar antigos *status* e conquistar novos, considerando não serem os títulos hereditários. No contexto de formação do novo Estado, emergiam as transformações e a modernização institucional, a ação burocrática ganhou novos significados e importância no Império do Brasil.

As transformações na forma de pensar decorrentes da formação acadêmica chegavam ao sertão, obrigando à revisão na forma de constituir a política, mas permanecia quase que inalterada quanto à importância dos laços familiares. A mentalidade do Estado nacional chegava para transformar antigos costumes do sertão ao litoral.

---

<sup>91</sup> Sobre os tipos de fortuna e riqueza e ostentação, ver Katia Mattoso, *A opulência na província da Bahia*. Op. cit., 1997.

#### 4.1 Constituindo Relações

A origem dos Martins Fontes, em Sergipe, decorre, como visto, do açoriano Gaspar Fontes, que se tornou senhor donatário de sesmarias nas proximidades do rio Vaza-Barris. Os dados sobre a descendência de Gaspar Fontes são imprecisos, contudo, tudo leva a crer que dele descende o capitão-mor Antônio Martins Fontes (1679 – 1753).

Os primeiros senhores enveredaram na carreira político-militar, além de desenvolverem atividades ligadas à terra e à criação de animais, que lhes proporcionaram prestígio e fortuna. Joaquim Martins Fontes (1798-1860), imagem ilustrativa na **Figura 11**, destacou-se na vida pública, levado pelo exemplo do seu genitor, João Martins Fontes (1762-1848). De acordo com Fontes (1992, p.133), possivelmente realizou o estudo das primeiras letras na vila de Estância e, na mocidade, participou ativamente da guerra da independência nos termos das vilas de Lagarto, de Jeremoabo e de Itapicuru, envolvendo-se na defesa do partido conservador, com o monsenhor Silveira, e o comendador Sebastião Gaspar de Almeida Boto, líder do mesmo partido e também seu aparentado. Fonseca (2015, p. 185) informa que foi nomeado capitão-mor das Ordenanças e se tornou presidente da Câmara e Juiz de Órfãos da Vila de Lagarto<sup>92</sup>.

**Figura 11.** Capitão-Mor Joaquim Martins Fontes



Fonte: Revista do IHGSE, Ano V, volume V, número 9/1, 1920, p. 97.

<sup>92</sup> Livro de receitas e despesas da Câmara de Lagarto. Arquivo Público do Estado de Sergipe. Coleção Sebrão Sobrinho, doc. 09, cx. 54, 1932.

O destacado político foi eleito deputado-geral e presidente indicado da Província de Sergipe. Atuou como capitão-mor, deputado provincial em vários biênios e deputado geral na legislatura de 1834-1837<sup>93</sup>. Em sua atuação política destacou-se pela preocupação com as questões de reordenamento do espaço geográfico<sup>94</sup>, criando a Vila de Maruim, e empenhando-se em prol da elevação da Vila de Santo Amaro, solicitando a mudança da Barra dos Coqueiros e de Rosário do Catete<sup>95</sup> e questionando os limites territoriais entre Sergipe e Bahia<sup>96</sup>.

O periódico *Correio Sergipense* (1839) fez publicar sua atuação na condição de vice-presidente em exercício do Governo de Sergipe, cargo em que esteve por quatro vezes. No relato do periódico é possível acompanhar a sua atuação a serviço da justiça e na nomeação de cargos eletivos<sup>97</sup>.

Casou-se com Ana Maurícia da Silveira, em 1799, com quem teve os seguintes filhos: Joana Narcisa Fontes da Silva, José Guilherme da Silveira Fontes, Eugênio Teles da Silveira Fontes, Rosa Viterbo da Silveira Fontes, Mariana Leonor da Silveira Fontes, Rita de Cássia as Silva Fontes, Francisco da Silveira Fontes, Barnabé da Silveira Fontes, Clara Júlia Pinto de Carvalho e José Martins Fontes<sup>98</sup>, este com Maria Francisca da Silveira.

Sobre sua atuação pública, no entanto, pesam acusações de abusos e arbitrariedades, justificadas em razão da sua postura conservadora e da sua atuação política em um período de acentuada instabilidade política regional.

Contra Joaquim Martins Fontes, seu pai e familiares, os Fontes e Silveira, pesam denúncias relativas a fraudes eleitorais. A representação realizada por Antônio Nunes de Medeiros, em dezoito de março de 1823, sobre o capitão-mor Joaquim Martins Fontes, assim o diz, “seu Regimento é o sei querer, o despotismo é a sua Prática, o gado alheio, a farinha, e os mais víveres o seu sustento e porquê? A Câmara é sua cativa, ali é o que ele quer que batendo na mesa, ninguém lhe resiste”<sup>99</sup>.

<sup>93</sup> Arquivo público do Estado de Sergipe. doc. 09. Cx. 55. SS.

<sup>94</sup> Ofício sobre a demarcação política das Freguesias de Estância, Nossa Senhora de Campos e Vila de Lagarto. Arquivo Público do Estado de Sergipe. Coleção Sebrão Sobrinho, v. 52, nº 1513, 04/07/1933.

<sup>95</sup> Ofício. Arquivo Público do Estado de Sergipe. Coleção Sebrão Sobrinho, vol. 52, 1516, 21/01/1935.

<sup>96</sup> Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Ano V, volume V, número 9/1, 1920, p. 97.

<sup>97</sup> *Correio Sergipense*, Trimestre III, número 138. 28 de agosto de 1839.

<sup>98</sup> Livro de notas do Barão de Jeremoabo. Camuciata – Itapicuru-Ba, 1895.

<sup>99</sup> Ofício nº2, documento 258 A, de Domingos Gonçalves Morim. As Juntas..., doc. 258 A, nº 2, 1973, p.753.

A oposição lhe foi implacável<sup>100</sup>. Segundo, Fonseca (2015, p. 188), mais odiado que amado, foi alvo do jornal *Correio Mercantil*, da Bahia, na década de 1840, e em razão das denúncias contra si, perdeu o apoio do seu partido, unindo-se a oposição chefiada por Antônio José da Silva Travassos.

Sobre o político, além das denúncias e acusações da oposição, há também, no entanto, registro de ações voltadas à defesa da justiça, como no caso das investigações iniciadas, e não concluídas, do assassinato do vigário Caetano da Silva da Natividade<sup>101</sup>, supostamente morto por envenenamento do vinho realizado por um sacristão inimigo político do vigário, fato que teria acontecido em 1822, no calor da guerra de independência e da indefinição da emancipação de Sergipe da Bahia.

A família Martins Fontes se manteve unida, e o capitão-mor fez anotar dados dos seus filhos, “nasceu Izabel a 1 de outubro de 1800, às 9 horas da manhã, foram seus padrinhos o capitão-mor Barnabé Martins Fontes e D. Francisca Maria. Batizada pelo Padre Caetano Morta”<sup>102</sup>.

Nos registros paróquias da vila de Lagarto, nos livros de batismo e casamento, é possível identificar as ramificações da família. João Martins Fontes Júnior (1801), casado com Luiza Oliveira da Silveira Fontes, deu em batismo seu filho Gaspar José de Carvalho Fontes, ao tenente-coronel Domingos José de Carvalho e Ana Francisca da Silveira Carvalho, em 1834<sup>103</sup>, procedimento seguido em outras oportunidades.

Os laços familiares ampliavam-se. As filhas do capitão-mor João Martins Fontes e Luiza do Coração de Jesus<sup>104</sup>, Prima da Silveira Fontes (1837), foi batizada em vinte e seis de abril de 1838, em seu batizado teve por padrinhos o capitão-mor

<sup>100</sup> Arquivo Público do Estado de Sergipe. Coleção Sebrão Sobrinho, 1824, doc. 16. Cx. 12.

<sup>101</sup> Na nave principal da entrada do Santuário Mariano de Nossa Senhora da Piedade, cidade de Lagarto, tem-se numa lápide vertical a relação de todos os párocos, desde a fundação da freguesia, em 1679, e, no mesmo consta a atuação do pároco Caetano da Silva da Natividade entre 1801 e 1822. Sobre sua estada, a tradição oral reserva ter sido o vigário assassinado por envenenamento do vinho eucarístico, transubstanciado em Sangue de Cristo, e que a motivação seria de natureza política decorrente do processo da guerra de independência e do processo de autonomia de Sergipe da Província da Bahia. Sobre a existência da investigação realizada pelo capitão-mor João Martins Fontes, não se identificaram dados consistentes, somente relatos publicados por memorialistas. Fica esse capítulo da história reservado a futuras investigações.

<sup>102</sup> Assunto das idades dos meus filhos. 1796. Fundo João Dantas Martins dos Reis, cx. 416, nº 005, p.4 – IHGSE.

<sup>103</sup> Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Batismo. Acervo do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Lagarto/ SE. Livro 1, folha 115, registro 277.

<sup>104</sup> A ausência de normativo cível para a composição do nome permite que, em razão características pessoas, nomes sejam alterados, acredita-se que Luiza do Coração de Jesus, seja uma dessas variações.

Fiel José da Carvalho e Maria Francisca da Silveira<sup>105</sup>, e Delmina da Silveira Fontes (1836), batizada em quatorze de dezembro de 1836, foi batizada pelo coronel João Dantas dos Reis e Mariana Francisca da Silveira<sup>106</sup>.

A política de batizados nessa família possui características muito familiares, de linhagem endogâmica, e talvez consista em uma estratégia para manter a unidade familiar e o poder de influência exercido pelos padrinhos aos em seus afilhados, evitando-se assim num futuro próximo situações de conflitos, aos quais os padrinhos como tutores dos seus afilhados possuem a capacidade e a benção divina para recomendar e aconselhar em questões pessoais, fortalecendo novo laço de consanguinidade, por toda vida.

As questões matrimoniais eram igualmente tratadas e preservadas pela família. O matrimônio equiparava-se à realização de contrato entre pessoas abastadas da região e/ou entre membros da mesma família – a endogamia acontecia, mas sua prática é justificada pela historiografia em razão da escassez de cônjuges que possuíssem a mesma condição política e financeira ou ainda como estratégia para assegurar à mesma parentela a manutenção e continuidade do patrimônio construído, evitando assim seu fracionamento.

Nesses termos, há que se ter em consideração as transformações na forma de favorecimento entre o Estado e os senhores de posse no final da década de 1830, período de consolidação política do Império, marcado pela atuação do governo Regencial no Brasil e pela necessidade de manutenção da unidade territorial.

A inconstância das leis e o avanço liberal notadamente marcaram a trajetória política voltada a descentralizar e a pulverizar o poder das antigas elites coloniais, ação percebida, como registra Vainfas (2008, p. 308), nos ajustes de natureza político-administrativa, realizados, por exemplo, na criação da Guarda Nacional (1831), que extinguiu os antigos corpos de milícias e guardas municipais, função exercida geralmente pelos senhores das terras.

Esses aspectos reverberaram nos cuidados e na escolha das alianças a serem construídas, principalmente as matrimoniais. Embora a endogamia constituísse prática comumente observada na época, a Igreja, em conformidade com

---

<sup>105</sup> Livro de Tombo... Livro 1, folha, 310, reg. 172.

<sup>106</sup> Livro de Tombo... Livro 1, folha, 249, reg. 581.

as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia<sup>107</sup>, em seus diversos compêndios teológicos, impunha uma série de regras para os nubentes e para o pároco, de modo a evitar o incesto e a bigamia, uma vez que o sacramento cristão do matrimônio se fundamenta no princípio da inseparabilidade. A observância dos preceitos é matéria primordial para a igreja cristã católica.

A organização social assim descrita determinava e reforçava a complexidade da vida social e privada. As famílias, nesse caso, deviam seguir os preceitos que regiam a sociedade, de acordo com as prerrogativas vistas do catolicismo e orientadas pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que tinham por finalidade a propagação da espécie humana, a perseverança na fé e na lealdade e a inseparabilidade matrimonial.

Submissa aos preceitos religiosos, Marianna Francisca da Silveira (1799-1848)<sup>108</sup>, filha de João Martins Fontes e Ana Maurícia da Silveira<sup>109</sup>, casou em primeiras núpcias com o capitão-mor Francisco Felix de Carvalho, filho do sargento-mor Antônio Pereira de Carvalho e Anna Pereira da Silva<sup>110</sup>.

A construção da família presume-se ser do mesmo período da guerra da independência do Brasil na Bahia, da qual participaram o capitão-mor Francisco Felix de Carvalho, do termo de Jeremoabo; capitão-mor João Martins Fontes, do termo da vila de Lagarto; e o capitão-mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru, do termo de Itapicuru.

A aproximação entre João Martins Fontes, pai de Marianna, e o capitão-mor Francisco Felix de Carvalho teria sido iniciada anteriormente a 1822, ano em que as ações pela independência se intensificaram, tendo inclusive o engenho Caritá, de propriedade de Francisco Felix, servido de quartel-general em defesa de Dom Pedro de Alcântara e o local onde o genitor de Marianna e seu irmão, Joaquim Martins Fontes, teriam aclamado Dom Pedro I como imperador do Brasil. Carvalho Júnior

<sup>107</sup> A Igreja Católica, enquanto instituição cristã voltada a normatizar preceitos sociais, econômicos, culturais e familiares, obedecia às determinações das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. O compêndio com as determinações era seguido por toda a Igreja e tratava de temas práticos da normativa clerical durante o período Colonial e Imperial. Suas determinações foram alteradas com a instituição do casamento civil, em 1916. Ver ALMEIDA, Candido Mendes de. Ordenações Filipinas. Ordenações e leis do Reino de Portugal, 1870.

<sup>108</sup> Há diferentes grafias do nome, ora como Maria ora como Mariana e ainda como Marianna. Optou-se pela última em razão de ser dessa forma a assinatura encontrada na declaração de testamento do capitão-mor Francisco Felix de Carvalho, seu falecido esposo.

<sup>109</sup> Livro de notas do Barão... Arquivo do Barão de Jeremoabo. Itapicuru/BA

<sup>110</sup> Testamento do capitão-mor de Jeremoabo, Francisco Felix de Carvalho, de 22 de janeiro de 1825. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 17. Volume XII. 1943, p. 125-130.

(2006, p. 70-71) atesta que aconteceu durante a guerra a aproximação entre João Martins Fontes e João Dantas dos Imperiais.

O capitão-mor já havia sido casado em primeiras núpcias com Clara de Almeida Carvalho<sup>111</sup>, em período não identificado. Viúvo, casou-se com Marianna Francisca, muito possivelmente entre os anos de 1822 e 1825.

Do matrimônio entre Marianna Francisca da Silveira Carvalho e o capitão-mor Francisco Felix de Carvalho, do termo de Jeremoabo, não houve filhos, situação também vivenciada anteriormente pelo capitão-mor em seu primeiro matrimônio com Clara Almeida Carvalho. Diante da ausência de herdeiros e preocupado com as questões legais, o capitão organizou seu testamento<sup>112</sup>, deixando como principais testamentários, sua esposa, Marianna; seu sobrinho, Antônio Lourenço de Carvalho; e seu cunhado, o capitão-mor Joaquim Martins Fontes. A organização do testamento, prática comum no Brasil oitocentista, dava ao testador possibilidade de exercer seu direito sobre o que possuía.

Imbuído desses preceitos e demonstrando habilidade, o capitão-mor Francisco Felix de Carvalho dividiu sua fortuna. Em seu testamento, lavrado em 22 de janeiro de 1825, na cidade São Cristóvão, auxiliou a muitos e não descuidou das questões da fé, deixando ofertas e encomenda de missas e esmolas. Por sua vontade alforriou alguns escravos, inclusive o “escravo de nome Joaquim mulato, que foi declarado no testamento da falecida primeira mulher para me servir em quanto eu fosse vivo; portanto, apesar de se não ter comportado bem, fica forro”. O documento ainda aponta uma série de doações e cobranças a terceiros<sup>113</sup>.

À esposa, Mariana Francisca da Silveira, couberam algumas propriedades, como as fazendas Caritá, Rosário, Geremuns e Cassimba da Pedra, além de

<sup>111</sup> Testamento do capitão-mor de Jeremoabo, Francisco Felix de Carvalho, de 22 de janeiro de 1825. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 17. Volume XII. 1943, p. 125.

<sup>112</sup> Ao fazer o testamento, organiza-se o plano de gestão *post mortem*, que pode ser realizado na forma de expressão oral da sua vontade, presença de amigos e do pároco, ou de testamento escrito, documento lavrado e assinado pelo testador e pelo testamentário da sua confiança. Em razão da vontade do testador, a morte torna-se um importante instrumento de ordenação econômica para com as pessoas vivas e beneficiárias. Nesses documentos, é comum também fazer constar a correção de erros do passado, como reconhecimento de filhos; a doação esmolas aos santos de devoção; o número de missas a serem rezadas; a escolha da mortalha e do tipo de caixão; e a organização de todo o rito de passagem. A morte ideal, nesse caso, seria na tranquilidade do lar, cercado por familiares, padres, constituindo espetáculo social de encerramento da vida pública e privada. Ver mais em João José Reis, *O cotidiano da morte no Brasil oitocentista*. IN: Novais & Alencastro, 1997.

<sup>113</sup> Testamentos, In RIHGSE, Nº17, v. XII, 1943, p.128,

escravos e gado. Acredita-se que o capitão-mor tenha morrido entre 1825 e 1827, por ter ocorrido em 31 de dezembro de 1827 a abertura do seu testamento<sup>114</sup>.

Marianna Francisca da Silveira ficou viúva antes de completar trinta anos. A família conta que antes de falecer o capitão-mor Francisco Felix de Carvalho recomendou a sua esposa que, se viúva, ela somente se deveria casar com o coronel João Dantas do Camuciatá<sup>115</sup>, como de fato ocorreu em 12 de janeiro de 1829.

Sobre Marianna Francisca da Silveira, pouco se sabe. Mas devido a ter nascido e sido criada em meio a engenhos de açúcar e a criação de animais, possivelmente teve educação muito rigorosa, e voltada ao exercício do papel de senhora do sertão, responsável por zelar pelo bem-estar da família, sendo submissa e respeitadora das questões paternas, raramente aparecendo nos escritos históricos, pouco se conhece sobre sua juventude, mocidade e memórias.

#### **4.2 Capitão-Mor João Dantas dos Reis Portátil ou João Dantas dos Imperiais Itapicuru (1773-1832)**

A força da liderança do capitão-mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru sobressaiu no episódio da aclamação do Brasil independente, em função dos movimentos de resistência na cidade de Salvador. A participação do capitão-mor destacou-se no início da peleja, quando se associou às Câmaras que, constituídas com os senhores do Recôncavo da Bahia, atuaram na defesa da causa do Brasil. Sua contribuição possibilitou que o general francês Labatut avançasse por terra em direção à região de conflito bélico, conforme referido anteriormente.

Na ata da Câmara de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira<sup>116</sup>, quando da aclamação ao Imperador Dom Pedro I, em 9 de janeiro de 1823, estava presente João Dantas dos Reis Portate<sup>117</sup>, participando do ritual de aclamação do imperador representado pelo general Labatut.

A solenidade foi iniciada com breve discurso do Ouvidor Interino da Comarca, Antônio Cerqueira Lima, ao povo, declarando a aclamação do Império, ao

<sup>114</sup> Apontamentos de João Dantas Martins dos Reis sobre informações relativas à família. Fundo João Dantas Martins dos Reis, IHGSE, doc. 035– caixa 26.

<sup>115</sup> Depoimento coletado junto ao senhor Álvaro Pinto Dantas de Carvalho, no Engenho Santo Antônio do Camuciatá, Itapicuru/Bahia, em 13 de março de 2017, que assegura ter ouvido do seu tio Lourenço Pinto, essa passagem transmitida de geração em geração dentro da família.

<sup>116</sup> Ata de aclamação de sua Majestade Imperial o senhor dom Pedro Primeiro, na vila de Cachoeira, em 1823. AS CÂMARAS..., doc. 75, 1973, p. 135-138.

<sup>117</sup> Portate, variação da escrita do sobrenome Portátil.



que o povo e as tropas levantaram vivas à “Santa Religião, a Assembleia Geral Legislativa e Constituinte do Império, e sua futura constituição”. Na cerimônia, benzeram-se as novas bandeiras do Império, celebrou-se uma missa, cantando o hino *Te Deum*, e, na casa da Câmara, foi prestado o juramento ao Império e fidelidade a Dom Pedro I, “juro obediência às Leis, e à futura constituição do Império, juro obediência e fidelidade ao Augusto Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil o Senhor Dom Pedro Primeiro e aos seus sucessores”. Os presentes assinaram a ata de aclamação<sup>118</sup>.

Buscando comprovar a sua participação e atuação na conjuntura política, o capitão-mor João Dantas, em dez de janeiro de 1823, organizou e coletou depoimento, confirmado em cartório da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, de sua participação e defesa na causa do Brasil<sup>119</sup>, o que lhe facultou requerer e receber a condecoração imperial.

O imperador Dom Pedro I, em reconhecimento pela participação de Dantas, distribuiu títulos honoríficos. Carvalho Júnior (2006, p. 62-63) relata que o capitão-mor Dantas foi admitido na Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo e professou grau na catedral da Bahia, em 5 de fevereiro de 1822, tendo por padrinho o capitão-mor Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque. Em 17 de outubro de 1823, recebeu a comenda de oficial de Ordem Imperial do Cruzeiro. Os três filhos do capitão-mor, Inácio, José e João, foram agraciados, em 18 de outubro de 1823, com o grau de cavaleiro da Ordem do Cruzeiro e, em abril de 1824, como professo do Hábito de Cristo.

A vida do homem público capitão-mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru é resultado das bases estruturais herdadas. Ele foi promovido ao posto de capitão do terço das Ordenanças de Itapicuru, pelo governador Fernando José de Portugal e Castro, com patente confirmada em 3 de junho de 1801; atuou como arrematante do governo colonial, funcionário responsável pela cobrança dos dízimos reais<sup>120</sup> sobre o gados. Condição de prestígio e propícia para o acúmulo de riquezas e

<sup>118</sup> Ata de aclamação ... AS CÂMARAS..., doc. 75, 1973, p. 135-138.

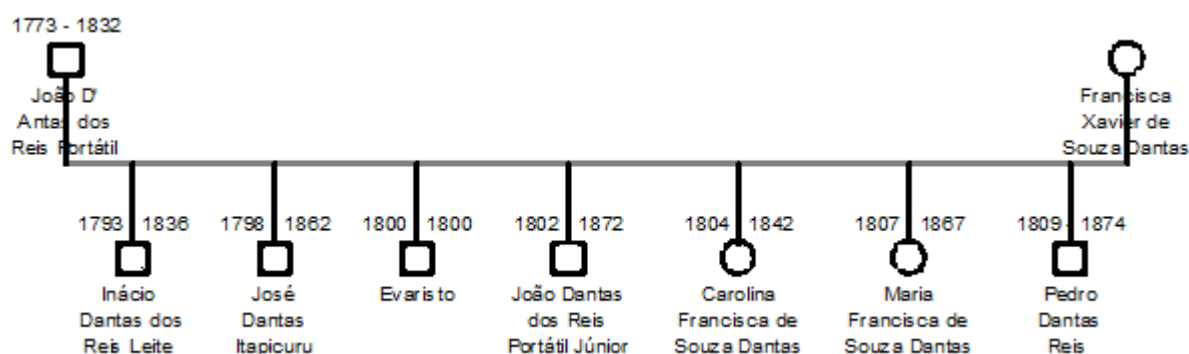
<sup>119</sup> Instrumento público em forma de requerimento do capitão-mor João Dantas dos Reis Portátil com o ter de uma atestação, reconhecimento e Selo Real da Índia e Mina. Fundo João Dantas Martins dos Reis. Caixa 417. Documento nº 049. IHGSE.

<sup>120</sup> Em carta de 1812, o capitão-mor Geraldo José Carvalho reconhece uma dívida contraída junto ao capitão-mor João Dantas dos Reis Portátil. Fundo João Dantas Martins dos Reis, doc. 23, cx. 14, IGHSE.

dissabores<sup>121</sup> - em razão das constantes cobranças naturais de sua profissão, obteve licença, de 27 de abril de 1814, para andar pelos sertões em companhia de dois pajens depois de ter sofrido atentado. E, em 3 de julho de 1807, foi promovido a sargento-mor e, em 20 de setembro de 1816, a capitão-mor, sem ter pertencido a nenhum corpo de milícias<sup>122</sup>.

Havia em 1795 o capitão-mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru contraído matrimônio com sua prima Francisca Xavier de Souza Dantas, e sua prole de seis filhos, ilustrada na **Figura 12**, destacou-se na vida pública.

**Figura 12.** Tronco Genealógico dos Dantas dos Imperiais Itapicuru



Fonte: Carvalho Júnior & Dantas Tourinho. 2014

Em sua vida constituiu variado patrimônio e, além dos cargos exercidos no Estado, atuou nas atividades da lavoura, pecuária e indústria açucareira. Seu testamento registra o montante de 161:215\$ 244<sup>123</sup>.

Propiciou instrução a seus filhos. João Dantas dos Reis Júnior (1802-1872), ilustração na **Figura 13**, de acordo com Carvalho Júnior (2006, p. 65-68), estudou no seminário Arquiepiscopal de São Dâmaso, em Salvador, mas não seguiu a vida religiosa, retornando ao engenho Camuciatá onde se envolveu na guerra da independência do Brasil e se engajou na vida pública em Itapicuru, tornando-se o tenente-coronel João Dantas Júnior e vereador entre 1829-1832. No período de 1833-1872, elegeu-se vereador pela Câmara de Jeremoabo e atuou como juiz de paz e coronel da Guarda Nacional.

<sup>121</sup> Sobre as contendas do João Dantas, ver BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Góes. Longos serões do Campo. O Major Pedro Ribeiro. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.

<sup>122</sup> Capitão-mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru. J. C. Pinto Dantas Júnior. In Revista do Instituto Histórico de Sergipe, Ano XIV, volume IX, número 14, 1929, p.83.

<sup>123</sup> Auto de testamento de João d'Antas dos Imperiais. Arquivo do Estado da Bahia, doc. Nº 1, maço 1.101. Itapicuru. 33 fls.

Durante o processo de ajustes e reformas governamentais, com a gradual diminuição do prestígio e da força locais, em decorrência da centralização do poder na Corte Imperial, o coronel testemunhou as transformações decorrentes do Código Criminal, de 3 de dezembro de 1841, pelo qual o juiz de paz viu seus poderes de atuação reduzidos, o que não o impediu de assegurar a sua descendência a continuidade na atividade política.

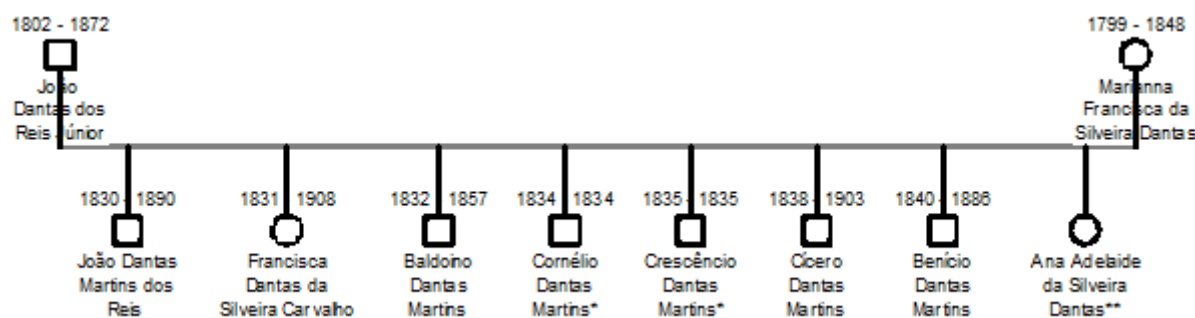
**Figura 13.** João Dantas dos Reis Júnior (1802-1872)



Fonte: Arquivo do Barão de Jeremoabo. Fotografia de André Monteiro Pinto Dantas de Carvalho.

De seu casamento com Marianna Francisca da Silveira Dantas (1799-1848), resultou a prole indicada na **Figura 14**<sup>124</sup>.

**Figura 14.** Tronco Genealógico Dantas dos Imperiais Itapicuru Júnior



Fonte: Carvalho Júnior, 2006<sup>125</sup>.

<sup>124</sup> Livro de notas do Barão.

Está-se diante de tronco de família extensa que se ramificou por grupos e diferentes regiões do Império e que vivenciou toda a dinâmica do período imperial.

#### **4.3. Geração dos Bacharéis: Suas Estruturas e Redes de Atores Sociais**

A organização do recém-criado Estado do Brasil, a partir de fins da segunda década dos oitocentos, foi realizada aos poucos, sobretudo, por meio de estratégias de barganhas pensadas de modo a promover a governabilidade dos diversos grupos do território imperial, num período em que não havia um único grupo claramente definido como dominante. E também se vivia num momento de ascensão de diferentes indivíduos, vindos não só de tradicionais famílias coloniais, mas também de núcleos urbanos que enriqueceram e possibilitaram aos seus, formação<sup>126</sup>.

O eixo de poder constituído no Império resultou da associação entre tradicionais senhores latifundiários rurais e senhores urbanos, enriquecidos graças a comercialização no Império e nos grandes centros cosmopolitas. Nas palavras de Freyre (1968, p. 574), “a valorização social começara a fazer-se em volta de outros elementos: em torno da Europa, mas uma Europa burguesa, donde nos foram chegando novos estilos de vida, contrários aos rurais e mesmo aos patriarcais”. Inaugurava-se, assim, novo tempo, o da nobreza dos doutores e bacharéis.

Na perspectiva de Freyre (1968, p. 574-575), a ascensão dos bacharéis brancos se fez de modo rápido no contexto político, e em particular, no segmento social. No início do segundo reinado com Dom Pedro II (1840-1889), teve-se o começo dessas alterações. Com Dom Pedro II, sistematizou-se nova perspectiva política, não mais fundamentada na tradicional experiência acumulada pela idade, aspecto característico observado na tradição colonial, mas assentada agora na nova mística, a do bacharel, do moço, formado em Coimbra, Paris, Alemanha, ou em Olinda, São Paulo, Bahia e no Rio de Janeiro, conhecedor do Direito, da Medicina, da Filosofia ou da Matemática, em substituição ao velho capitão-mor. A vez agora era dos bacharéis.

No campo da política, as famílias de maior tradição colonial permaneciam com maior poder de atuação. Essa particularidade resultou na organização da administração com contornos paternalistas, em que o *status* era critério importante para seleção, participação e organização da nova máquina administrativa. Gouvêa

<sup>125</sup> \*Falecidas ainda criança. \*\* Datas de nascimento não identificadas.

<sup>126</sup> Sobre a relação entre senhores de diferentes condições sociais, ver Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcalismo rural e desenvolvimento urbano*, 1968.

(2008, p. 73-74) informa que, no século XIX, era a administração Imperial que apresentava melhor capacidade de absorver parte considerável da força de trabalho disponível na época. O caráter administrativo do serviço público assumiu conotação positiva, de tal modo que, na sociedade da época, mesmo os setores mais engajados aceitaram o *establishment*, “emprego disfarçado”, em geral para construir ou manter um padrão de *status* inerente a diferentes cargos e setores administrativos, criados para atender interesses comuns dos grandes proprietários de terra e de seus agregados.

As estratégias do período colonial de nomeação em cargos e de distribuição de possessões territoriais e títulos foram herança presente nos primeiros anos de Império para assegurar a governabilidade de território tão extenso e enaltecer e valorizar correligionários. A distribuição de patentes da Guarda Nacional, como juiz, delegado, subdelegado, inspetor, tabelião carcereiro etc., somada à possibilidade de redistribuição e nomeação de pares pelas autoridades constituídas, representava demonstração de prestígio e influência, além de assegurar a autonomia dos notáveis de uma região para governar de acordo com as necessidades do seu território. O poder confiado a essas autoridades constituídas representava, porém, objeto de cobiça e, em situações diversas, se converteu em ato de insubordinação aos desígnios do Imperador.

As experiências valorativas fizeram com que a concepção de família, relação interpessoal, dependência, obediência e serviço ao império fossem estabelecidos como princípios norteadores e legitimadores de liderança e obediência. A reprodução dos códigos de conduta, costumeiros a Europa, nas terras dos trópicos estabeleceu-se em decorrência das relações de parentesco, muitas vezes consolidadas por meio de arranjos matrimônios e pelo estabelecimento de princípios clientelistas, alicerçados em dívidas de somas monetárias e dívidas decorrentes de favores. A ascensão de bacharel pobre<sup>127</sup>, que não dispunha de protetores políticos, dava-se muitas vezes por meio do casamento.

Martins (2007) e Gouvêa (2008) entendem que o uso desses expedientes garantiu a legitimidade de comando social em esfera local e possibilitou os meios para a ampliação dessas práticas, por conta de novos desbravamentos e

---

<sup>127</sup> Aquele que não possuía tradição latifundiária na família e que se formou mediante o esforço dos pais, graças ao recebimento de herança ou por piedade de religiosos que bancaram seus estudos.

conquistas, fazendo surgir ampla e bem articulada rede de poder e colaboração e, por consequência, de representatividade social.

Sobre a escolha de líderes locais, Graham (1997) informa que os homens que governavam uma localidade estavam ligados à propriedade da terra e que essa prática era comum no Império:

José Dantas (1816-67), grande proprietário de terras no nordeste da Bahia, ostentava a patente de capitão da Guarda Nacional e ocupava o cargo de juiz municipal substituto. Podia até mesmo proteger ladrões de gado e de cavalo, mas se esses o desagradassem, matava-os a tiros até na igreja durante a missa. 'Em razão da sua influência, [ele], é extraordinariamente projeto na Bahia (...) e sua influência maléfica estende-se até esta província [de Sergipe] (...) [1856] José Dantas apoiou as ambições eleitorais de seu sobrinho e afilhado Manuel Pinto de Souza Dantas, que venceu a eleição para deputado e logo surgiu como um importante político, vindo a se tornar primeiro ministro (GRAHAM, 1997, p. 173-174).

Graham, ao analisar o período, considera as constantes associações entre forças de uma localidade como ação estratégica necessária para a perpetuação dos grupos na atividade da política imperial, ou seja, para construir rede de solidariedade entre atores sociais e criar mecanismos para que grupos rivais possam participar da partilha dos cargos e se manter no jogo político.

A família Dantas Martins herdou prestígio e tradição política. Segundo registro de Cascudo, no periódico *A Tarde* (1939): “os Dantas baianos nascem políticos como os pássaros voam e os peixes nadam”<sup>128</sup>. O caráter de nobreza difundido no seio familiar constituiu fator para que a família permanecesse unida politicamente, uma vez que para o período, conforme Marco Morel (2003, p.32), não existia “partido político”, ao menos no sentido moderno do termo, considerando que o entendimento sobre partidização comprometia o princípio da unidade nacional, o que não obstava a existência de variadas formas de organização política, reunidas em torno de um líder e fundamentadas em princípios de lealdade ou afinidades intelectuais, econômicas, culturais etc.

Elementos necessários à manutenção do poder local passavam a influenciar o governo, que nos diferentes gabinetes estabelecia as estratégias de reforma da política. O período requeria maiores habilidades, pois tinham de ser equacionadas questões como a manutenção da unidade política e territorial iniciada com o movimento da independência do território da matriz luso e a superação da

<sup>128</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. “O barão de Jeremoabo”. In *A Tarde*, 1º de agosto de 1939.

instabilidade decorrente do governo regencial, por meio da adoção de medidas enérgicas e precisas para combater movimentos locais que apontassem para a fragmentação da unidade integradora. Dessa forma, o espaço da política precisava obedecer à nova mentalidade que advinha dos filhos da tradicional aristocracia da terra, agora formada nos bancos acadêmicos de São Paulo, Recife e Olinda principalmente.

**Quadro 2.** Formados e Diplomados em Direito em Pernambuco (1832 a 1851).

<b>Províncias do Nordeste</b>	<b>Número de Formandos</b>
Pernambuco	276
Bahia	221
Paraíba	53
Ceará	50
Maranhão	50
Alagoas	29
Rio Grande do Norte	19
Piauí	15
Sergipe	13

Fonte: Clóvis Bevilacqua. *História da Faculdade de Direito de Recife*. Brasília, 1977, p. 32-68.

O cenário político requeria novo perfil, a chamada geração dos bacharéis era agora o propósito necessário. A família Dantas Fontes, moradora da província da Bahia e de Sergipe, enviou seus filhos varões para o estudo, e eles, ao retornarem, encontraram maior facilidade para ingressar nas assembleias provinciais e gerais. O sentimento aristocrático era ainda prevalecente, o caráter colonial e escravista da sociedade permanecia atuante, mesmo com o Estado Imperial se empenhando para enfraquecer o poder e a influência da elite local.

Na família Dantas, encontram-se preparados com formação acadêmica para enveredar na política,

Cel. João Gualberto Dantas, dr. Manuel Pinto de Souza Dantas, dr. João Reis de Souza Dantas, cel. Maurício José de Souza Dantas, cel. João Dantas Portátil, cel. José Inácio Dantas de Brito, cel. João Dantas Martins dos Reis, dr. Benício Dantas Martins e dr. Fiel de Carvalho”, a nova geração da família (Carvalho Júnior, 2006, p. 94).

O eixo manteve-se unido em torno do projeto do partido conservador voltado a manutenção do Estado e da ordem. Transformações estruturais tiveram início com a edição do Decreto-Legislativo nº 842, de 19 de setembro de 1855, (1ª Lei dos Círculos), que determinava restringir-se a representatividade do deputado a distritos da província e não mais geral, devendo a eleição dos membros das Assembleias

Provinciais ser Distrital<sup>129</sup>. Em razão desse novo quadro legal, acirraram-se as disputas locais, o que influenciou na harmonia e união política dos Dantas, instituindo ruptura e disputa interna entre membros da família, embora eles se mantivessem partidários conservadores. Os líderes passaram a concorrer entre si nos diferentes distritos provinciais e a agir conforme seus interesses. O barão de São Lourenço chegou a tentar a conciliação entre as partes, sem sucesso<sup>130</sup>.

A disputa interna reforçou a necessidade de construção de novas alianças para além do âmbito familiar, para, no entender de Carvalho Júnior (2006, p.117), assegurar a coerência interna e a perpetuação do poder imperial ligado à oligarquia dos Dantas, agora dividida entre conservadores, principalmente capitão-mor João Dantas (o comendador Dantas) e seus filhos, de um lado, e, de outro, José Dantas, aliado a outro grupo político de natureza progressista liberal.

As disputas resultaram em espaços de conflito, circunstanciados pelo abuso da violência e da fraude eleitoral. Pelo eixo conservador, obteve cargo de representação Cícero Dantas, que, ainda na condição de estudante de direito, assumiu a função de parlamentar no lugar seu cunhado, Fiel de Carvalho, eleito por Sergipe<sup>131</sup>. Em contrapartida, o agrupamento de oposição construiu sua carreira política passando por diferentes estágios de maturidade e tendo exercido funções de acordo com a trajetória de formação acadêmica.

João dos Reis de Souza Dantas (1834-1897), primo de Cícero Dantas, iniciou na vida pública pelo exercício da magistratura e, a partir daí, avançou pela carreira política, chegando à vice-presidente da Província da Bahia, em 1882<sup>132</sup>.

Fábio Koifman (2002, p.39-89) conta, sobre os Dantas. Que Manuel Pinto de Souza Dantas (1831-1894), casado com Amélia Josefina Barata de Almeida (1835-1907), bacharelou-se em 1851 na Academia de Direito de Recife. Formado atuou como procurador interino da Fazenda e depois juiz de órfãos na Bahia, até 1857, como procurador público, voltando a juiz atuou até 1864. Conseguiu conciliar a política com a magistratura. Entre os anos de 1852-1857, atuou como deputado provincial, chefe da província do Maranhão em 1859, e no final do mesmo ano tornou-se presidente da província de Alagoas. Entre 1865-1866 tornou-se presidente

<sup>129</sup> Lei dos Círculos. Decreto nº 842, de 19 de setembro de 1855.

<sup>130</sup> Sobre o tema, ver O barão de Jeremoabo e a política do seu tempo, 2006.

<sup>131</sup> Em razão da Lei dos Círculos, o 3º distrito era formado por Bahia, Sergipe e Alagoas, com sede na Bahia. Almanak Laemmert (R.J.) – 1891 a 1940, 1897.

<sup>132</sup> Relatório do Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, Administrador da Província da Bahia, e Dr. João dos Reis de Souza Dantas, Vice-Presidente, 1882.



da província da Bahia, mantendo-se eleito como deputado entre 1861-1868 e entre 1878 e 1881. Participou na organização de voluntários para a Guerra do Paraguai (1864-1870). Em 1878 articulou para o avanço do Partido Liberal, representante do qual passou a fazer parte do Senado do Império. Entre 1880 e meados de 1882, atuou no ministério de Saraiva como ministro da Justiça e do Império interinamente. A convite imperial, constituiu-se Ministro da Fazenda, até mais 1885. O Senador Dantas destacou-se como abolicionista, tornando-se chefe parlamentar do abolicionismo em 1885, contribuindo para a constituição da lei Saraiva-Cotegipe, a lei do sexagenário, promulgada no mesmo ano. Seguiu atuante, destacou-se no periódico *Diário da Bahia* e atuou na advocacia.

O Senador Dantas, em razão dos seus contatos, articulou a ascensão política seu filho, Manuel Pinto de Souza Dantas Filho (1852-1937). Formado em direito na Academia de São Paulo (1872, tornou-se membro do Partido Liberal, atuou como presidente das Províncias do Paraná (1879-1880), e do Pará (1881-1882) e construiu influência e poder que ultrapassaram as barreiras do Estado Imperial<sup>133</sup>.

Segundo Sampaio (2001), durante o Império, de 1856 até 1889, quando se proclamou a República, foi constante a presença de um representante da família nas estruturas do poder legislativo provincial ou nacional.

#### **4.4 Engenho Camuciatá: Relações Interpessoais e Referência Familiar**

O sítio do Camuciatá por cinco gerações pertenceu aos D'Ávila, passando ao capitão-mor Baltazar dos Reis Porto e Leandra Sancha Leite, em 1754. A propriedade foi transformada em moradia do casal e sua família, nela se desenvolvendo atividades de cultivo de cana-de-açúcar e fabrico do açúcar. Inicialmente, o sítio passou por processo de reforma e ampliação para atender as demandas referentes à produção do açúcar e, dado à prosperidade da propriedade, foi transformado no Engenho Santo Antônio do Camuciatá.

O engenho consistia, segundo Vera Lucia (1988), em uma casa grande, construída em alvenaria, que abrigava picadeiros de pedra e cal, onde se depositava a cana utilizada no processo, e um conjunto de moendas. Posicionadas em plano mais alto, estavam as caldeiras, local de cozimento e depuração do açúcar.

---

<sup>133</sup> Sobre a influência da família Souza Dantas, ver *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*, na obra Fábio Koifman, editora Record, Rio de Janeiro e São Paulo, 2002.

Compunham o conjunto arquitetônico do engenho, além das fornalhas, o tendal, a casa de purgar, o galpão de secagem e peso, última etapa do processamento, e as dependências reservadas ao abrigo dos escravos.

No entorno da estrutura do engenho, havia currais, carpintaria, marcenaria para reparos de peças, olaria e casa de farinha, gênero primordial na dieta do sertanejo.

Os negócios produzidos no engenho Santo Antônio do Camuciatá contribuíram para o crescimento do prestígio dos seus proprietários, em termos latifundiários e de política, na vila de Itapicuru e região. Os senhores dessa casa se destacavam em cargos públicos, assumindo o controle dos organismos da política local e regional. O engenho Camuciatá, ao longo dos anos, constituiu para família num eixo integrador e laço maternal com Itapicuru, espaço originário da família, de onde a descendência do capitão-mor Baltazar dos Reis Porto prosperou.

Durante a guerra de independência, sob a chefia do capitão-mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru (1773-1832) e de seus filhos, partiu dessa propriedade contingente de dois mil homens para fazer aclamar Dom Pedro I como defensor perpétuo do Brasil, no termo da vila de Campos, associada às vilas de Lagarto, de Santa Luzia, de Estância e de São Cristóvão, no sertão de Sergipe Del Rey.

A propriedade também serviu de quartel-general para Pedro Labatut e seu exército, em 1823, e dela partiu o capitão-mor João Dantas dos Imperiais, um dos membros da Junta Interina que governou a Bahia em Cachoeira, com tropa de quinhentos homens para lutar em prol da independência da Bahia, nos campos de Pirajá, sob o comando do general Pedro Labatut.

A memória do espaço territorial do Camuciatá ultrapassa as questões familiares. Como postulou Le Goff (1996), em seus ensaios sobre história e memória coletiva, o papel desempenhado pelos documentos e monumentos na construção do saber científico constitui herança do passado perpetuada e resistente ao tempo. Enquanto os documentos constituem e persistem a partir da escolha do historiador, o monumento é perpetuação voluntária ou involuntária das sociedades históricas, sendo um legado para a memória coletiva por ser testemunha que sobreviveu ao tempo.

O Camuciatá da época de Baltazar e Leandra sofreu grandes alterações em sua arquitetura. A modesta casa-grande ganhou novos contornos a partir da atuação

de Cícero Dantas Martins (1838-1903), seu descendente, filho do seu bisneto João Dantas dos Reis Portátil Júnior, e de Mariana Francisca da Silva Dantas. O político e senhor de terras e engenho Cícero Dantas Martins (ilustração na **Figura 15**) constituiu sua família com Mariana da Costa Pinto (ilustração na **Figura 16**), filha de tradicional família do recôncavo baiano, reunindo um sertanejo e uma senhora, filha do litoral, condição que ampliava ainda mais a área de influência do universo político dos Dantas.

Para Carvalho Júnior (2006), Cícero venceu duas barreiras existentes na sociedade da época, conseguiu casar-se com filha de um proprietário de terras, sem possuir outras na mesma região para anexar as da noiva, e dobrou o sogro que já havia selado vários casamentos entre seus filhos e sobrinhas. A união realizou-se em novembro de 1865.

A vida de Cícero Dantas Martins ficou então dividida entre o sertão, o litoral e a política. Atuou como vereador e presidente da Câmara da vila de Bom Conselho (1876); em Itapicuru (1893-1896), atuou como intendente, elegeu-se deputado provincial (1860-1861 e 1870-1871) e deputado geral pela Bahia (1869-1877 e 1886-1889), perpetuando sua influência política também na República, onde foi senador (1891-1896), primeiro-secretário e presidente do Senado estadual.

**Figura 15.** Cícero Dantas Martins



Fonte: Arquivo do Barão de Jeremoabo.  
Fotografia de André Monteiro Pinto Dantas de Carvalho.

**Figura 16.** Mariana da Costa Pinto



Fonte: Arquivo do Barão de Jeremoabo.  
Fotografia de André Monteiro Pinto Dantas de Carvalho.

A morte do pai, aos setenta anos, em 1872, marcou sua vida e exigiu de Cícero Dantas Martins ainda maior empenho na gestão de seu patrimônio, sem, contudo, se descuidar das questões políticas.

Em sociedade com seu sogro, Antônio da Costa Pinto, o visconde de Sergimirim, (1807-1880) e Antônio da Costa Pinto Júnior, barão da Oliveira (1838-1920) e seu cunhado, fundaram o Engenho Central do Bom Jardim, inaugurado em 1880 e destinado ao processamento do açúcar. O projeto Bom Jardim significou uma tentativa da velha oligarquia aristocrática de conservar seus privilégios.

O resultado alcançado não foi o esperado e, por falta de investimentos e apoio do governo aos donos de engenho, o projeto fracassou. A ação, no entanto, segundo Carvalho Júnior (2006. p. 173-177), rendeu a Cícero Dantas Martins o título de Barão de Jeremoabo; a Antônio da Costa Pinto, o título de conde de Sergimirim; e ao barão da Oliveira, o título de visconde da Oliveira, condecorações dadas pelo Imperador Dom Pedro II.

No sertão, o Barão de Jeremoabo empenhou-se na reconstrução do sobrado Camuciatá para perpetuar memória do pai. As obras tiveram início em 1888, e a nova casa-grande foi concluída em 1894.

No engenho existem marcas do trabalho escravo, observadas em sua arquitetura repartições destinadas ao abrigo dos escravos, testemunho de que a economia e as relações de poder prosperaram e se multiplicaram com emprego da força laboral dos cativos<sup>134</sup>.

Destaca-se em meio ao sertão a casa-grande o Engenho São Antônio do Camuciatá, o que segundo depoimento de Álvaro Pinto Dantas de Carvalho, descendente do Barão e provedor do Sobrado Camuciatá, quando questionado sobre as razões que teriam levado o Barão de Jeremoabo a construir o sobrado, ele respondeu ter ouvido dos seus familiares a justificativa de que o Barão costumava dizer que: “quando os ingleses tomarem o Brasil verão que aqui morou um homem de bom gosto!”<sup>135</sup>.

**FIGURA 17.** Dependências Internas e Senzalas do Solar Engenho Camuciatá.

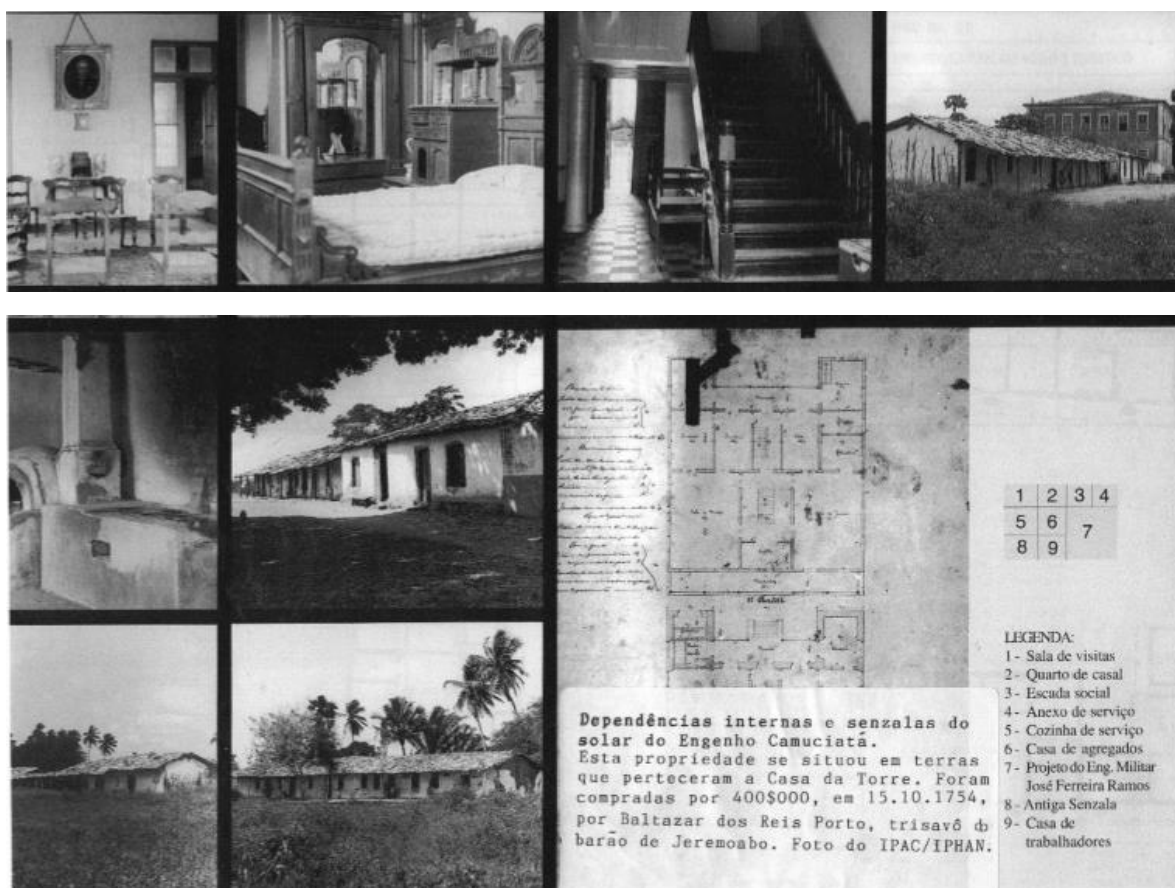


Foto do IPAC/IPHAN, 1983. Arquivo do Barão de Jeremoabo.

<sup>134</sup> Sobre o tema, ver o trabalho monográfico de Geferson José dos Santos Reis, *Arqueologia da escravidão no engenho Santo Antônio do Camuciatá (Itapicuru-BA)*. Laranjeiras, UFS, 2011.

<sup>135</sup> Depoimento colhido no Engenho Santo Antônio do Camuciatá, Itapicuru/Bahia, em 13 de março de 2017.

A imponente construção (ilustrada na **Figura 17**) do terceiro quartel do século XIX é ornamentada interna e externamente. Seu interior é formado por vãos em forma de arco pleno e pilastras; possui pórticos de entrada ornamentados e dupla escadaria com acesso para o terraço. O estilo do sobrado possui clássica influência da arquitetura estética europeia, com paredes forradas de papel. A mobília é composta por madeiras nobres, trabalhadas em seus detalhes.

O sobrado possui em seu espaço interior uma capela neoclássica. No interior da Bahia, de acordo com Azevedo (2009, p. 106), a influência neoclássica pode ser verificada em outras construções da época, como Monte, em São Francisco do Conde (destruído); Subaé, em Santo Amaro; Europa, em Teodoro Sampaio; Camuciatá, em Itapicuru de Cima; e Santo Antônio, em Santo Antônio de Jesus.

Em torno do sobrado, a família reúne amigos, o que torna o espaço signo do poder de toda uma prole, que sabe utilizar o espaço sertanejo para construir sua cultura, sua economia e preservar suas origens e influência.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É certo que as relações de poder que compõem o universo humano político é muito apreciada em estudos por apontar para o aspecto institucionalizado que emana do Estado. Contudo, cabe refletir sobre sua relação na estrutura de micropoder presente na família e nas relações mais próximas e cotidianas. O presente trabalho buscou examinar aspectos da construção do poder e de política presentes nos sertões do Brasil Imperial, estabelecida com a junção das famílias Fontes e Dantas, nos territórios, respectivamente, da Província de Sergipe e da Província da Bahia, no período de 1820-1850.

Além de buscar a gênese das famílias, pretendeu-se expor em que medida os aspectos sociais, culturais e políticos externos à família interferiam em sua composição. Para isso, o *corpus* deste trabalho relata a singularidade da composição das famílias Fontes e Dantas, para desvendar singularidades, retratando o processo de consolidação das primeiras matrizes familiares, bem como das tradições e as rotinas da vida colonial. A análise político-familiar permitiu, em parte, desenhar a gênese das famílias, a trajetória econômico-cultural dos anos de 1820 e a construção da família e suas manifestações de poder e prestígio.

Especial destaque deu-se ao momento inicial da guerra de independência do Brasil em Salvador de que resultada a aproximação ideológica entre duas famílias distintas. É sabido que a guerra compõe cenário maior em que, entre 1820 e 1823, Dom Pedro I necessita ser aclamado e o território do Brasil figurar como autônomo de Portugal, em cujo contexto a atuação do homem local teve papel relevante.

Por outro lado, alguns senhores impuseram resistência, o que justifica a guerra na região. Para além das questões imperiais, vivia-se também uma *guerrilha* na defesa da autonomia da capitania de Sergipe Del Rey da Província da Bahia (1820-1824). Para parte dos senhores locais, isso era motivo suficiente para se posicionarem na defesa do Império.

Assim, o contexto em que as famílias Fontes e Dantas se entrelaçaram era de instabilidade externa contrastando como o interior familiar, onde, mesmo estando os *cabeças* envolvidos no processo, predominavam a estabilidade e obediência disciplinada.

A união entre o coronel-mor João Dantas Reis Portátil e Mariana Francisca Silveira marca a aliança política familiar no período da guerra de independência do

Brasil na Bahia, e nas lutas de autonomia de Sergipe da Bahia. O desenvolvimento da família consta de fontes escritas, como manuscritos, registros paroquiais de batismo e casamento, testamentos, inventários e dezenas de artigos e produções construídas sobre a família Dantas Fontes, de origem sergibaiana.

Os Dantas, moradores dos sertões da Bahia, envolveram-se na guerra de independência do Brasil (1820) e, nesse contexto, estreitam relações com a família Fontes, moradora da fronteira região de Sergipe Del Rey. O espinhoso momento impôs barreiras políticas aos participantes, tornando rivais grupos políticos, mas estabeleceu a cumplicidade entre os senhores dessas famílias. O saldo da guerra para Fontes e Dantas foi a união de seus filhos, a senhora Fontes, na condição de viúva, e o jovem Dantas.

Transpostas as barreiras, a família Dantas Fontes soube barganhar para si e para os seus as vantagens de se manter fiel ao Império do Brasil, amealhando títulos e aumentando seu prestígio, influência e latifúndios.

Em razão do contexto de formação do Estado Imperial do Brasil e da participação das famílias Fontes e Dantas, o estudo identificou os descendentes do capitão-mor João Dantas dos Reis Júnior (1802-1872) e Mariana Francisca da Silveira Dantas (1799-1848), através de registros de batismo, certidões de casamento, manuscritos e do livro de notas do Barão de Jeremoabo. A família desdobrou-se em diferentes esferas da vida pública, principalmente na aplicação do Direito, encaminhando-se para outros centros além dos sertões de Sergipe e Bahia. Ainda que fosse necessário traçarmos um panorama geral de todos os seus membros da família, a ideia da pesquisa limitou-se, como planejado no estudo dos que perfilaram e atuaram na região dos sertões e deram origem à família.

Optou-se também pela representatividade e pela tradição oral como critério de reconhecimento e prestígio da família, e se elegeu, como núcleo irradiador, o Engenho Santo Antônio da Camuciatá, a principal propriedade do clã, responsável pelo desdobramento familiar e que serviu de quartel durante a guerra de independência do Brasil.

O engenho, posteriormente sobrado, Santo Antônio do Camuciatá representa e personifica a família Dantas Fontes, que em meio às adversidades climáticas e políticas, conseguiu manter viva a representatividade dos senhores de engenho e de todos os que contribuíram na construção e manutenção de sua cultura e de seus costumes.



O sítio do Engenho Santo Antônio do Camuciatá, pelo Decreto nº 3.731, de 1994, foi tombado como patrimônio histórico pelo Estado da Bahia e, desde então, tem o empenho de seus cuidadores em manter de pé como antiga residência e viva a memória dessa família poderosa do sertão.

## REFERÊNCIAS

### Fontes Manuscritas

AUTORES DIVERSOS. **Correspondências recebidas**. Arquivo Público do Estado de Sergipe. Fundo G1, doc. 259, 1823.

BOBADELA, Conde de. **Ofício** para o Conde de Oeiras relativo à sua transferência para a Bahia 12 de abril de 1762. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Rio de Janeiro (RJ), Documentos Avulsos, Cx. 70, doc. 40.

FONTES, Joaquim Martins. **Anotações** relativas aos filhos, 1810. Fundo João Dantas Martins dos Reis, caixa 416, documento 040 - IHGSE.

IMPERIAIS, João D'Antas dos. **Auto de testamento**. Arquivo do Estado da Bahia, doc. Nº 1, maço 1.101. Itapicuru. 33 fls.

INVENTÁRIO. **Tenente Antônio Martins Fontes**. Caixa nº 08, período de 1830-1834. Arquivo geral do judiciário. Arquivo permanente. Fundo SCR/ C. 1º ofício, nº geral 21.

JEREMOABO. Barão de. **Livro de notas** (Assentamentos de nascimentos, batizados, casamentos e óbitos de minha família e amigos). Camuciata – Itapicuru-Ba, 1895.

LIVRO DE TOMBO da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. **Batismo**. Acervo do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Lagarto/ SE.

MAPAS de batizados, casamentos e óbitos de província. 1837. Coleção Sebrão Sobrinho, V012 234. SEAPES

MENDONÇA, Heitor Furtado. **Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil**. São Paulo: Paulo Prado, 1925.

PÁROCOS. **Paróquia Nossa Senhora da Piedade**. Criada em 11 de dezembro de 1679, por Dom Gaspar Barata de Mendonça, 1º Arcebispo da Bahia.

REGISTRO, Sesmarias de Sergipe (1600-1602). Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

REIS, João Dantas Martins dos. **Apontamentos** sobre informações relativas à família. Datilografado. Fundo João Dantas Martins dos Reis. Doc. 035, Caixa 26. IHGSE.

\_\_\_\_\_. **Assunto** das idades dos meus filhos. 1796. Fundo João Dantas Martins dos Reis, cx. 416, nº 005, p.4 – IHGSE.

SEM AUTORIA IDENTIFICADA. **Informações sobre Antônio Martins Fontes**. Manuscrito. Fundo João Dantas Martins dos Reis. Caixa 416. Documento número 26. IHGSE.

TESTAMENTO. Capitão-mor Barnabé Martins Fontes. Arquivo Público do Judiciário do Estado de Sergipe. São Cristóvão, 1. LRT- 1770/1776.

## Fontes Impressas

ALVES, Francisco José. FREITAS, Itamar. (Org.). **Dicionário da Província de Sergipe**. Editora UFS; Aracaju. Fundação Oviêdo Teixeira, 2001.

AS CÂMARAS MUNICIPAIS E A INDEPENDÊNCIA. Volume 1. Nº 71. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Conselho Nacional Federal de Cultura. 1973.

AS JUNTAS GOVERNATIVAS E A INDEPENDÊNCIA. Volume 2. Nº 75. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Conselho Nacional Federal de Cultura. 1973.

BLUTEAU, Rafael. **Diccionario da lingua portugueza**. Officina de ST Ferreira, 1789.

DE CAMINHA, Pero Vaz. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. Disponível em <[http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/livros\\_eletronicos/carta.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf)>, acessado em 27 de março de 2017.

SOUZA, D. Marcos Antônio de. **Memórias sobre a Capitania de Sergipe ano 1808**. IN: Revista de Aracaju. Ano 1, 1943.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia**: um breve histórico. Salvador: SEI, 2001.

## Jornal

BAHIA. Presidente da Província. **Relatório com que o Exm. Sr. Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá passou no dia 5 de Janeiro de 1882 a administração da Província ao 2º. Vice-Presidente e Exm. Sr. Dr. João dos Reis de Souza Dantas**. Typographia do Diário da Bahia – Bahia, 1882

IDADE D'OURO. Bahia, números avulsos de maio de 1811 a junho de 1823. Biblioteca Nacional, Secção de obras Raras (digital).

## Fontes Digitais

ALMEIDA, Candido Mendes de. (Org.). **Código Plilippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Typografia do Instituto Philomathico, 1870.

BRASIL. DECRETO Nº 842, DE 19 DE SETEMBRO DE 1855. **Lei dos Círculos**. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1855, Página 49 Vol. 1 pt. I.

CAMARGO, Angélica Ricci. Câmaras Municipais. In: MAPA. **Memória da administração pública brasileira**. Disponível em <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=4578>>. Publicado em 23 de maio de 2013.

DICIONÁRIO ILUSTRADO Tupi-guarani. **Jaburu**. Acesso em 28 de abril de 2017, disponível em <<http://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/jaburu/>>.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro, 1925.

ITAPICURÚ. Estado da Bahia. In: **Almanak Laemmert** (RJ) - 1891 a 1940. Fundação da Biblioteca Nacional. Edição 60, 1903. Disponível em < <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=105486&url=http://memoria.bn.br/docreader#> >

SOUZA, Antônio Muniz. **Viagens e observações de um brasileiro**. Rio de Janeiro: Tipografia Americana de I. P. Da Costa, 1834.

## Revistas

ARAÚJO, Ricardo Teles. Famílias sergipanas do período colonial (II). Capitão-mor Antônio Martins Fontes. In: **Revista do Instituto Histórico de Sergipe**. Aracaju: Instituto Histórico de Sergipe. Vol. 1, nº 35. p. 199-215, 2006.

BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. Vol. 12, nº 23/24, p. 7-18, 1992.

CARVALHO. José Pinto de. Apontamos sobre alguns aspectos da vida pública do cidadão brasileiro. 1863. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju. Vol.1. nº 3, 1914.

DANTAS JÚNIOR, João da Costa Pinto. “O capitão-mor João D’Antas e sua descendência”. In: **Revista do Instituto Genealógico da Bahia** (Separata). Volume XV, Salvador, 1968.

\_\_\_\_\_. Cap.-mór João D’Antas dos Imperiaes Itapicurú pelo dr. J. C. Pinto Dantas Júnior. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju: Estab. Graph. J. B. C. Aj. N. 14, Volume IX, 1929, p. 83-90.

DANTAS, Beatriz Góis. Índios e brancos em conflito pela posse da terra. (Aldeia de Água azeda – século XIX). **Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH**. Aracaju, setembro 1975. p. 421 – 452.

DANTAS, José Rodrigues. Testamentos. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina. Nº 17. Volume XII. 1943. p. 125-130.

FERNANDES, José Antônio. Informação sobre a Província de Sergipe – Da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Brasileiro. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Ano I, nº 1. Vol. 1, Aracaju, 1913.

FONTES José Silvério Leite. Cidades e vilas de Sergipe no século XIX – depoimentos. IN: **REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Ano I, nº 33. Vol. 1, 2000-2002.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Política provincial na formação da Monarquia Constitucional Brasileira. Rio de Janeiro, 1820-1850. In: **Almanack Braziliense**, número 07, Maio 2008. p.120-121.

GUAPINDAIA, Mayra. O caminho das cartas no tempo das reformas de correios: normatização postal e estratégias de envio de correspondências de Luís Joaquim dos Santos Marrocos (1811-1821). In: Postais: **Revista do Museu Nacional dos Correios**. Brasília: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Departamento de Gestão Cultura. (jul. / dez.), 2013.

IHGSE. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Sergipe, Ano V, volume V, número 9. 1920.

LAGO, Laurenio. Brigadeiro Pedro Vieira de Melo. IN: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 17, v. XII, 1943, p. 112-144.

MOTT, L. R. B. População e economia: aspectos do problema da mão-de-obra escrava em Sergipe (séculos 18 e 19.). In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 28, 1979-1982, p. 19-32.

REIS, João Dantas Martins dos. (Desembargador) A cidade de Riachão do Dantas, como começou. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Livraria Regina. Vol. XX, nº 25, 1960. p. 174-186.

TRAVASSOS, A. J. da S. Apontamos históricos e topográficos sobre a província de Sergipe: 1860. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju. V.3. nº 6, 1915.

## **Livros**

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro**: Minas Gerais—Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

ANTONIO, Edna Maria Matos. **A independência do Solo que habitamos**: poder, autonomia e cultura política na construção do império do brasileiro, Sergipe (1750-1831). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

ARAÚJO, Emmanuel. “Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais.” In: DEL PRIORE, Mary (org.). **Revisão do Paraíso**: os brasileiros e o estado em 500 anos de história. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Engenhos do Recôncavo Baiano**. – Brasília, DF: Iphan. Programa Monumenta, 2009.

BEVILAQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito de Recife**. Brasília, DF: Conselho Federal de Cultura, 1977.

BLOC, Marc Leopold Benjamin, 1886-1944. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. (Org.) **Domínio da História**: ensaios de teorias e metodologias. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, André Monteiro Pinto Dantas de. (org.) **O velho Itapicuru**: a história de um passado de glórias. Edição comemorativa 280 anos. Gráfica e Editora GrafColor, Salvador: BA, 2008.

CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de. PORTO FILHO, Ubaldo Marques. **2 de julho**: Independência da Bahia e do Brasil. 2ª edição. Salvador: Casa de Cultura Carolina Taboada, 2016.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, v. 295, p. 2010-2013, 2008.

CORTESÃO, Jaime. **Os descobrimentos portugueses**. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990.

DA SILVA, Maria Beatriz Nizza. **A primeira gazeta da Bahia: Idade D'Ouro do Brasil**. SciELO-EDUFBA, 2011.

DANTAS, Ibarê. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909)**. O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe. Aracaju, Criação, 2009.

DANTAS, M. T. DANTAS JÚNIOR, A. P. (Org.). **Descendência do capitão-mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru**: Ramo do Barão de Jeremoabo (Cícero Dantas Martins). 2ª ed. Salvador: Étera, 2014.

DANTAS, Orlando Vieira. **A vida patriarcal de Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DE AZEVEDO, Carmen Lucia. **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. Editora Nova Fronteira, 1985.

DE COULANGES, Fustel. **A cidade antiga**. Trad. Frederico O. P. de Barros. São Paulo: Editora das Américas S.A. – EDAMERIS, 1961.

DEL PRIORE, Mary. (Org.). **Revisão do Paraíso: 500 anos e continuamos os mesmo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

\_\_\_\_\_. **Histórias da gente brasileira**. Volume I. Colônia. São Paulo: LeYa, 2016.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

FERLINE, Vera Lúcia Amaral. **Terra, trabalho e poder**. O mundo dos engenhos no Nordeste colonial. São Paulo: editora Brasiliense / CNPQ, 1988.

FIGUEIREDO, N.M.A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2ª ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007.

FONSECA, Floriano Santos. **Febres e fraudes na vila do Lagarto**: apontamentos para o estudo da história de Lagarto. Aracaju: Infographics, 2015.

FONTES, Arivaldo Silveira. **Figuras e fatos de Sergipe**. Porto Alegre: Ed. CFP SENAI de Artes Gráficas Henrique D'Ávila Bertaso, 1992.

FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. **História territorial do Brasil**. Ed. Fac-similar. Salvador, Secretaria de Cultura e turismo; Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998.

\_\_\_\_\_. **História de Sergipe (1575-1855)**. São Cristóvão: Editora UFS. Aracaju: IHGSE, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Editora Aguilar, 1977.

\_\_\_\_\_. **Sobrados e mucambos:** decadência do patriarcalismo rural e desenvolvimento urbano. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olympio, 1968.

FURTADO, Júnia Ferreira. Testamentos e inventários: a morte como testamento da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

GAIO, R.; CARVALHO, R.B.; SIMÕES, R. Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão. In: GAIO, R. (org.). **Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento**. Petrópolis, Vozes, 2008.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O Império das províncias:** Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

IGLÉSIAS, Francisco. **Os historiadores do Brasil:** capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000.

KOIFMAN, Fábio. **Quixote nas trevas:** o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo. Rio de Janeiro: . Editora Record, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. Ed. Campinas: Unicmap, 1996.

LIMA JÚNIOR, Francisco Antônio de Carvalho. **História dos limites entre Sergipe e Bahia:** Estudo de litígio interestadual autorizado pelo Exm. General Manuel P. de Oliveira Valladão presidente do Estado. 2ª edição, São Cristóvão: Ed. UFS. Aracaju: IHGSE, 2005.

LOUREIRO, Kátia Afonso Silva. **Arquitetura sergipana do açúcar**. Aracaju: Universidade Tiradentes, 1999.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar. Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de estado [1842- 1889]**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

\_\_\_\_\_. **Conduzindo a barca do Estado em mares revoltosos:** 1808 e a transmigração da família real. In: O Brasil colonial: 1720-1821. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. GOUVÊA, Maria de Fátima. (Org.). Volume 3. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MATTOS, H. M.; GRINBERG, k. L. Lapidário de si mesmo: Antônio Pereira Rebouças e a escrita de si. In: GOMES, A. M. de C. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra:** índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, Nuno. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a dom Rodrigo de Sousa Coutinho. In: **O Brasil colonial: 1720-1821**. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. GOUVÊA, Maria de Fátima. (Org.). Volume 3. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MOREL, Marco. **O período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro, Zahar, 2003.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe Del Rey**: população, economia e sociedade. Aracaju: Fundesc, 1986.

\_\_\_\_\_. **Sergipe colonial e imperial**: religião, família, escravidão e sociedade. 1591-1882. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2008.

NUNES, Maria Thetis. **História de Sergipe a partir de 1820**. Editora Cátedra LTDA. Rio de Janeiro, 1978.

\_\_\_\_\_. **Sergipe Colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

\_\_\_\_\_. **Sergipe Provincial (1820-1840)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. MACHADO, Humberto Fernandes. **O império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NOVAIS, F. A. ALENCASTRO, L. F. de. (Org.) **História da vida privada no Brasil. Império**: a corte e a modernidade nacional. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

OLIVA, Terezinha Alves de. Estrutura de poder. In: **Textos para história de Sergipe**. Coord. DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. [et al.] 2ª ed. São Cristóvão: editora UFS; Aracaju, IHGSE, 2013.

PRADO, Ivo do. **A capitania de Sergipe e suas ouvidorias**. Memória sobre questões de limites. 2ª edição, São Cristóvão: Ed. UFS. Aracaju: IHGSE, 2015.

PROENÇA, Maria Cândida. **A primeira regeneração**: o conceito e a experiência nacional (1820-1823). Lisboa. Livros Horizontes, 1990.

KARNAL, L. TATSCH, F. G. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. São Paulo. Melhoramentos. Brasília. INL, 1975.

SAMARA. E. M. **As mulheres, o poder e a família**: São Paulo, século XXI. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. A curva do tempo: as transformações na economia e na sociedade do Estado do Brasil no século XVIII. In: **O Brasil colonial, 1720-1821**. Vol. 3. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 307-338.

SAMPAIO, Consuelo Novais (org.). **Canudos**: cartas para o Barão. 2ª ed. São Paulo: editora da Universidade São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.



SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. 1550-1835.** Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia da Letras 1988.

\_\_\_\_\_. **Escravos, Roceiros e Rebeldes.** Bauru / SP:Edusc, 2001.

SILVA, Maciel Henrique; SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos.** Editora Contexto, 2010.

SOUZA, Bernardino José de. **Ciclo do carro de bois no Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia, 2003.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. **Pátria coroada: o Brasil como corpo autônomo.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. (Org.) **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808).** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

\_\_\_\_\_. **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889).** Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Redes de compadrio em Vila Rica: um estudo de caso. In: **Exercícios de micro-história.** OLIVEIRA, M. R. de. ALMEIDA, C. M. C. de. (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História e Foucault revoluciona a História.** Brasília: Ed. UnB, 1998.

VILAÇA, Marcos Vinícios. ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Coronel, Coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1998.

### **Ebooks**

BOMFIM, M. **A América latina: males de origem** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **Independência do Brasil na Bahia** [online]. Bahia de todos collection. Salvador: EDUFBA, 2005.

### **Monografias, Dissertações e Teses**

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Escravidão, liberdade e resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888.** Tese. Universidade Federal da Bahia. UFBA, Salvador, 2007.

CARVALHO JÚNIOR. Álvaro Pinto Dantas de. **Cícero Dantas Martins – de barão a coronel: trajetória política de um líder conservador na Bahia. 1838-1903.** Dissertação. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2000 (2006).

FRUTUOSO, Moisés Amado. **“Morram marotos!”: antilusitanismo, projetos e identidades políticas em Rio de Contas (1822-1823).** Dissertação. Salvador, 2015

JÚNIOR FERREIRA, Fernando Afonso. **Derrubando os Mantos e as Negras Sotainas** (Sergipe Del Rei na Crise do Antigo Sistema Colonial – 1763-1823). Dissertação. Campinas, Unicamp, 2003.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)**. Tese. Universidade Federal de Pernambuco. UFPE, Recife, 2003.

REIS, Geferson José dos Santos. **Arqueologia da escravidão no engenho Santo Antônio do Camuciá (Itapicuru- BA)**. Monografia. Núcleo da Arqueologia. UFS, Laranjeiras, 2011.

SANTANA, Pedro Abelardo de. **Aldeamentos indígenas em Sergipe Colonial: subsídios para a investigação de Arqueologia Histórica**. Dissertação. UFS, São Cristóvão, 2004.

### Artigos

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. In: **Revista Estudos históricos**. V.8, nº 15, 1995, p. 145-151.

BARROS, José D'Assunção. História política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. **Revista do curso de História**. v.1, 2008. Disponível em < <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1278/8103>>.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: **Cadernos de pesquisa**, n. 37, São Paulo, mai. 1981, p. 5-16.

CASCUDO, Luís da Câmara. "O barão de Jeremoabo". In: **A tarde**. 1º de agosto de 1939.

FLORES, Elio Chaves. África e Sertão da Paraíba: Luanda, Aruanda. **Cadernos Imbondeiro**, v. 4, n. 1, 2016.

GRAHAM, Richard. Clientelismo na cultura política brasileira: Toma lá dá cá. **Publicações Braudel Papers**, 15. Ed. 1996. Disponível em < [http://pt.braudel.org.br/publicacoes/braudel-papers/downloads/portugues/bp15\\_pt.pdf](http://pt.braudel.org.br/publicacoes/braudel-papers/downloads/portugues/bp15_pt.pdf)>. acessado em 2 de julho de 2017.

VICENTINI, Albertina. O Sertão e a literatura. In: **Sociedade e cultura**, v.1, n. 1, UFG, jan./jun., 1998, p.41-54.

### Mapas

ANTONIO, Giovanna Matas. **Mapa da Província de Sergipe (1868)**. 2017.

\_\_\_\_\_. **Mapa do Movimento das Tropas para Adesão a Independência por Sergipe (1820)**. 2017.